

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
SOCIAL E INSTITUCIONAL

Irene Antunes Boucinha

**NARRATIVAS DE JOVENS QUE EXPERIMENTARAM A
PROTEÇÃO EM ABRIGOS NA DÉCADA DE 90**

Porto Alegre
2010

Irene Antunes Boucinha

**NARRATIVAS DE JOVENS QUE EXPERIMENTARAM A
PROTEÇÃO EM ABRIGOS NA DÉCADA DE 90**

Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, apresentada como requisito parcial para a obtenção de grau Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Nair Iracema dos Santos

Porto Alegre
2010

AGRADECIMENTOS

Todo o trabalho que questione o instituído e que deseja provocar os pensamentos é sempre uma composição. Meus sinceros agradecimentos:

- à professora Nair Iracema dos Santos, pelo carinho, pelas orientações, por indicar-me os caminhos;
- aos professores do Mestrado de Psicologia Social e Institucional desta Universidade;
- aos colegas e amigos do Mestrado, Lúcia, Marcos e Priscila, o meu carinho;
- à Elizabeth, pelas orientações;
- aos meus pais, Ilo e Amélia, a sabedoria da vida;
- aos meus irmãos, Cláudio, Helena e Homero, pelo estímulo;
- à Marisa, eterna amiga;
- aos meus amigos Jaqueline e Falcão, pelas lembranças do abrigo;
- ao Marcelo, a alegria do encontro;
- às minhas filhas, Mariana Luísa e Anna Gabryela, meus amores;
- aos jovens do abrigo, muito agradeço, sem eles nada disso seria possível.



Figura 1: Abrigo A.A.

“Como fazer no bicho-homem uma memória? Como gravar algo indelével nessa inteligência voltada para o instante, meio obtusa, meio leviana, nessa encarnação do esquecimento?”... Esse antiquíssimo problema, pode-se imaginar, não foi resolvido exatamente com meios e respostas suaves; talvez nada exista de mais terrível e inquietante na pré-história do homem do que a sua mnemotécnica. “Grava-se algo a fogo, para que fique na memória: apenas o que não cessa de causar dor fica na memória”- eis o axioma da mais antiga (e infelizmente mais duradoura) psicologia da terra.

Nietzsche (1998, p. 50)

RESUMO

A presente dissertação analisa narrativas de jovens que estiveram abrigados numa instituição pública, entre os anos de 1992 a 2001 e problematiza as práticas de Assistência em Abrigos. Este período foi marcado pela transição entre o Código de Menores e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), quando várias ações foram propostas para mudanças nas instituições de abrigagem. Nesse sentido, a permanência de crianças e adolescentes em abrigos suscita discussões entre os operadores de direitos. Através do método da história oral, realizei entrevistas com três jovens, que falam sobre suas experiências com a abrigagem. As narrativas destes jovens são a via escolhida para analisar práticas que constituíam a proteção especial em abrigos naquele período, as formas como os jovens experimentaram a passagem por abrigos e as condições de subjetivação de jovens abrigados. Além das narrativas, considere registros de documentos, de reportagens de jornais, relatórios de conferências sobre as políticas de assistência no país. Valendo-me do referencial teórico foucaultiano, analiso as relações de poder que estão presentes nestas práticas, capazes de produzir subjetividades, que se pautam por lógicas que não apenas dividem, excluem, mas também incluem jovens nas estatísticas da criminalização, da marginalização e da vulnerabilidade. Constatamos no abrigo a existência de políticas antagônicas e divergentes no atendimento aquela população. As marcas da institucionalização e a transitoriedade habitam suas vidas, possuem dificuldades de concluir ou fixar-se em atividades, em construir histórias diferentes das prescritas nas experiências de abrigados. O período de transição do Código de Menores para o ECA na proteção em abrigos apresenta marcas de uma política pública fragmentada, com dificuldade de articular-se tanto no processo de ingresso, como de saída destes jovens do abrigo.

Palavras-chave: Narrativas. Políticas Públicas. Proteção Especial. Abrigagem. Subjetivações.

ABSTRACT

The present dissertation examines the narratives of young people who were housed in a public institution, from 1992 to 2001 and discusses the practice of assistance in shelters. This period was marked by the transition between the Code of Children and the Statute of the Child and Adolescent, when several actions were proposed for changes in the shelters. In this sense, the permanence of children and adolescents in shelters enables discussions among the operators of rights. Using the method of oral interviews with three youngsters about their history, they talk about their experiences in shelters. The narratives of these young people was the chosen method to analyze practices that constitute the special protection in shelters during that period, the ways in which young people experience the passage through shelters and the conditions of subjectivity of the sheltered youngsters. Besides the narratives, I have considered records from registries of documents, newspapers reports, conferences reports on the policies in the country. Using the Foucaultian theoretical referential, I analyze the power in relationships that is present in these practices, able to produce subjectivities that are governed by logic, which not only divide, exclude, but also include young people in the statistics of criminalization, marginalization and vulnerability. We found the existence of divergent and antagonistic policy in attendance to that population in the shelter. The marks of institutionalization and the transitory lives they live, having difficulties in completing or setting up activities, to build different stories from those prescribed for the sheltered. The transition period between the Code of the Minor to the Child and Adolescent Statute in the protection in shelters presents marks of a fragmented public policy, with difficulties related to the joining and the leaving of young people.

Keywords: Narratives. Public Policy. Special Protection. Shelter. subjectivity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Abrigo A.A.	3
Figura 2 – Movimento de ingresso e saída do abrigo	126

LISTA DE ABREVIATURAS

A.A. – Abrigo no qual realizo meu estudo.

Bairro D – Bairro onde o abrigo A.A. localizou-se após sair do morro.

A.A 1 – Abrigo no qual realizo meu estudo quando mudou de endereço.

A.B. – Abrigo onde os meninos Marcos e Felipe estiveram abrigados, antes de irem para o abrigo A.A.

Rua Z – Localização do abrigo A.B.

R – Ricardo- Entrevistado.

M – Marcos- Entrevistado.

F –Felipe- Entrevistado.

P.J. – Abrigo onde Ricardo foi abrigado antes de ir para o abrigo A.A.

Rua J. – Localização do abrigo P.J.

F.D. – Albergue frequentado por Ricardo quando adulto.

D.C. – Albergue frequentado por Ricardo quando adulto.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

FEBEM – Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 METODOLOGIA	15
2.1 AS IMPLICAÇÕES DA PESQUISADORA	15
2.2 COM NOMES E SOBRENOMES	18
2.2.1 A História de Felipe	20
2.2.2 A História de Ricardo	21
2.2.3 A História de Marcos	23
2.3 OS OPERADORES CONCEITUAIS E SUAS ARTICULAÇÕES COM AS NARRATIVAS	24
2.3.1 A favor da História – Arrancando-lhe a Veste Drapeada	24
2.3.2 História Oral – A Insurreição dos Saberes Sujeitados	28
2.3.3 A Institucionalização como Experiência	34
2.3.4 A Força das Subjetivações nas Narrativas	36
3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE – O ENUNCIADO DA PROTEÇÃO E DA SEGURANÇA	39
4 O ABRIGO – LOCAL DO DISCURSO	60
5 TECENDO ANÁLISES	76
5.1 DA CONDIÇÃO DE ABRIGADO PROTEGIDO	76
5.1.1 A Chegada no Abrigo	76
5.1.2. O Cotidiano Institucional	91
5.1.3 Dos Corpos Institucionalizados	97
5.1.4 Das Relações com a Escola	111
5.2 DO RETORNO À RUA	113
5.2.1 A Saída do Abrigo	113
5.2.2 Quem Sobrou para Contar a História	122
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131

1 INTRODUÇÃO

Até por volta de 16 anos, sempre que alguém me perguntava sobre quem eram meus pais, invariavelmente eu respondia: o Governo. É óbvio que eu não tinha clareza suficiente para entender quem era esse meu pai nem o que ele fazia, mas isso ficou mais fácil quando tive de entender quem era então minha mãe: a FEBEM. Sempre que um funcionário ou outro menino me negavam alguma coisa ou tentavam impedir-me de entrar em algum lugar, eu sempre protestava: isto não é seu, é do governo; da mesma forma que uma criança diria: isto é do meu pai.

Depois de adulto, já afeito às leituras e à poesia, passei a responder a mesma pergunta de uma outra forma: meu pai é Deus e minha mãe, a Terra. Um dia Deus se entristeceu com o sofrimento dos homens, suas lágrimas fertilizaram a terra e eu nasci.

Quando me perguntaram onde eu nascera, tanto poderia responder “em Garça”, “em São José dos Campos” ou em “Sorocaba”. Dizer sobre minha idade também sempre exigiu de mim uma resposta ambígua; hoje ela pode ser qualquer coisa entre 33 e 40 anos.

Tais respostas serviam para preencher um vazio existencial e para responder a uma questão para a qual nunca tive uma resposta curta e objetiva. Somente em 25 de janeiro de 1996, quando localizei dois dos meus irmãos, pude finalmente ter certeza de que meu pai e minha mãe são aqueles que figuram na minha certidão de nascimento. (SILVA, 1997,p.11-12).

A chegada em um lugar desconhecido nos provoca muitas sensações. Tudo é curioso, mas também estranho. A casa velha é novidade para quem chega. Suas densas paredes, com inúmeras janelas e portas, perfazem como numa história de ficção, um retrato do passado, onde muralhas separavam as pessoas. Os cadeados nas portas revelavam a distância entre uns e outros. Os olhares eram de todos para cada novo personagem que chegava. O olhar potencializava sua força, arrebatado pelo novo. Aparecem os meninos. Estávamos na FEBEM de 1992. Minha tarefa, como monitora de uma unidade, era cuidar deles.

Na entrevista de seleção já havia recebido a instrução: terás que ser mãe dos meninos. Pensei comigo: vou ajudar no que for preciso, vou transformar este lugar, vou fazer estes meninos felizes. Vou fazer Psicologia. Mas, com o passar do tempo, o que eu fui vendo é que naquela casa o morador mais antigo era a Instituição, ela veio antes de mim, eu entrei nela e ela em mim.

Tenho histórias para contar do tempo passado nessa Instituição pública, que abrigava adolescentes. São histórias de vida que se entrecruzam com a minha própria história, onde vários começos são possíveis: o ingresso no abrigo, o

cotidiano institucional, os vínculos familiares, a saída do abrigo, a vida fora da instituição, questões que abarcam variações e ressonâncias distanciando-se de uma história-monumento.

São histórias de jovens que desde muito cedo experimentaram degradações nas suas vidas. Miséria, abandono, violência e negligência fazem parte de seu cotidiano. São existências sofridas, marcadas por regras de disciplina, controle de corpos, determinações jurídicas, políticas públicas, diagnósticos psiquiátricos e pareceres psicológicos. São vidas que fizeram parte de prontuários de instituições de abrigamento de Porto Alegre (RS), que se atualizavam a cada evasão e reingresso no abrigo, ou no encaminhamento para algum atendimento de saúde ou na matrícula numa escola.

Trabalhei naquele abrigo¹ e pude conhecer alguns jovens que passaram por ele e saber mais de suas histórias. Eles estiveram abrigados nesse local entre os anos de 1992 e 2001 e, após mudança para um bairro central de Porto Alegre, lá permaneceram até completarem 18 anos. Experimentaram um período marcado pela transição do Código de Menores para o Estatuto da Criança e do Adolescente², num local particularmente caracterizado por uma arquitetura que me lembrava os grandes orfanatos antigos, com uma imensa área arborizada, voltada para as atividades rurais.

Durante esses anos, acompanhei o ingresso e a saída de muitos meninos do abrigo. Hoje continuo a encontrá-los nas ruas da cidade, alguns são moradores de rua, outros moram com parentes, sozinhos, ou em albergues para adultos. A lembrança desses jovens, a vida na instituição, o trabalho que foi feito, as práticas permanecem na minha memória.

Desde que iniciei meu trabalho na Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor, a FEBEM (RS), lembro que meus colegas e eu conversávamos sobre os adolescentes que estavam no abrigo. Sempre tínhamos o que falar sobre eles, o que

¹ Embora tenham ocorrido alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente, em 3 de Agosto de 2009, Lei nº 12.010, retirando-se o termo abrigo, substituído por acolhimento institucional, optei por continuar utilizando o vocábulo abrigo, haja vista que naquele período utilizávamos este termo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 20 maio 2010.

² Alteração feita pela Lei 12.010, § 2º - "A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art2>. Acesso em: 20 maio 2010.

faziam e o que tinha acontecido para que tivessem ido “parar” ali. Tentávamos buscar soluções para suas vidas porque naquela época, estar na FEBEM já deixava suas marcas. Lembro-me também das reuniões com as direções de outros abrigos, onde pensávamos juntos no que fazer com aqueles jovens e com seus destinos. Talvez nosso pensamento fosse equivocado, mas queríamos tentar melhorar a vida deles de alguma forma. Queríamos que estudassem e trabalhassem, pois a grande maioria tinha sido abandonada pela família, e aqueles que ainda a tinham possuíam tantos problemas que, no futuro, talvez continuassem sem o apoio familiar. A maioria das nossas tentativas sempre esbarrava na ausência de recursos, na baixa escolaridade, que impedia que pudessem freqüentar cursos profissionalizantes, no preconceito que pairava sobre seus corpos. Após inúmeras tentativas, deixávamos tudo como estava com a justificativa de que os jovens tinham personalidade confusa.

Ao escutá-los, fazíamos combinações – agora será feito isso ou aquilo – mas, na maioria das vezes, essas combinações eram apenas formas de concluir uma conversa, ou de encaminhar documento para o Conselho Tutelar, para o Juizado da Infância e da Juventude, ou para o Ministério Público, que demonstrasse alguma coisa sendo feita.

Enquanto isso, os jovens permaneciam na Instituição, passando seus dias e noites esperando os dezoito anos, a idade limite para a saída. Quando alcançavam esta idade, necessariamente tínhamos que fazer alguma coisa que garantisse que também pudessem sair do abrigo, que ficassem bem e que não tivessem mais que retornar para a Instituição; ou que não receberíamos nenhum processo do Juizado ou do Ministério Público, por um encaminhamento inadequado. Assim, todos que viveram ali foram, pouco a pouco, saindo do abrigo e iniciando um novo percurso nas suas vidas, cada um de um jeito, mas todos carregando a experiência da institucionalização.

As primeiras tentativas de contar esta história foram lançadas no meu projeto de pesquisa intitulado Conta tua História. Este projeto surgiu a partir dos contatos com estes jovens. Ao olhá-los, senti a necessidade de pensar, de entender e de escrever sobre a experiência que tiveram de morar em um abrigo. Questionava-me sobre os efeitos desta experiência na vida daqueles meninos e pensava que algo mais deveria ser feito. Esta dissertação é uma estratégia para o pensamento de uma

profissional-pesquisadora, que - tal como os jovens entrevistados - é subjetivada por estas experiências com a proteção especial.

A partir dessas reflexões, sintetizei a questão no seguinte problema: Como estes jovens experimentaram a assistência em abrigos?

O Mestrado deu-me o caminho; as aulas e as leituras oportunizaram-me as provocações; a história oral, como método, ofereceu-me nas narrativas a acolhida necessária para, juntamente com o referencial foucaultiano, possibilitar a análise e a escrita deste texto.

Pretendo, na pesquisa, investigar narrativas de jovens que estiveram abrigados numa instituição pública, entre os anos de 1992 a 2001 e, através de suas narrativas, problematizar práticas de Assistência em Abrigos.

Este período é marcado pela transição entre o Código de Menores e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), quando várias ações foram propostas para mudanças nas instituições de abrigagem.

Segundo Foucault (1984, p. 14) problematizar seria “definir as condições nas quais o ser humano “problematiza” o que ele é, e o mundo no qual ele vive”. Significa como e porque certas coisas tornam-se um problema. Analisemos da seguinte forma, em que condições os jovens abrigados tornam-se um problema a ser discutido?

Nas palavras de Foucault (1984, p. 15):

Parece-me que seria melhor perceber agora de que maneira, um tanto cegamente, e por meio de fragmentos sucessivos e diferentes, eu me conduzi nessa empreitada de uma história da verdade: analisar, não os comportamentos, nem as idéias, não as sociedades, nem suas “ideologias”, mas as problematizações através das quais o ser se dá como podendo e devendo ser pensado, e as práticas a partir das quais essas problematizações se formam.

Problematizar a questão “jovens moradores de abrigo” é relacioná-la a um conjunto de práticas que adquiriu certa importância em nossa sociedade, práticas que perpassam pelos motivos que levam a abrigagem, como a abrigagem tornou-se necessária, como fazer a abrigagem, quem deve fazer, aonde deve ser feita, em que condições deve permanecer o jovem abrigado ou não. Práticas que fixam regras de conduta, do que é normal e aceitável, ou do que deve ser evitado ou punido. Práticas que expressam um saber médico, psicológico e educativo.

Assim, meu campo de trabalho é a Assistência em Abrigos e meu objeto de estudo são as narrativas destes jovens. Além das narrativas, considere registros de documentos, de reportagens de jornais e relatórios de conferências sobre as políticas de assistência no país. Relaciono estas narrativas com o campo de práticas da proteção especial em determinada época, desnaturalizando essas práticas e analisando as forças que estão agindo nessas narrativas, capazes de produzirem diferentes modos de subjetivações, além de pretender produzir conhecimento sobre jovens abrigados em instituições públicas.

A dissertação está organizada da seguinte forma: na Introdução apresento o campo de constituição do problema de pesquisa, minha trajetória como trabalhadora na Proteção Especial, justificando a relevância do tema.

No segundo capítulo, apresento a metodologia da História Oral, minhas implicações como pesquisadora, bem como de meus operadores conceituais e suas articulações com as narrativas. Apresento também meus entrevistados e um pouco da história de cada um.

No terceiro capítulo, sobre as políticas públicas, apresento o cenário das práticas da Assistência no período anterior e posterior a promulgação do Estatuto da criança e do adolescente, destacando alguns discursos presentes nas políticas de proteção. A partir da noção de governamentalidade de Foucault (2008) analiso a instituição abrigo, como parte destas políticas e compreendida a partir de algo exterior e geral, onde a prática de conduzir crianças e adolescentes para abrigos se articula a um projeto absolutamente global, que visa toda a sociedade, que é o governo dos homens.

No quarto capítulo, descrevo o abrigo onde os jovens entrevistados foram abrigados, situando a instituição como local do discurso. Esclareço, que neste capítulo os dados descritos estão organizados a partir das memórias da pesquisadora no período em que trabalhou na instituição.

No quinto capítulo, desenvolvo minhas análises acerca das narrativas, enfatizando os seguintes tópicos: a chegada no abrigo, o cotidiano institucional e a saída do abrigo. Analiso como foi o ingresso destes jovens na instituição, como experienciaram a abrigagem, que relações foram estabelecidas frente às suas necessidades. Na saída da instituição, examino os efeitos da institucionalização na

vida destes jovens, bem como na vida de outros jovens que estiveram abrigados naquele local no mesmo período.

2 METODOLOGIA

2.1 AS IMPLICAÇÕES DA PESQUISADORA

Sempre tive curiosidade de conhecer uma instituição. Acho que a primeira vez que ouvi falar em instituição foi quando meu pai contou-me que havia morado numa no interior de Pelotas (RS). O número dele era vinte e sete. Cada um tinha um número e eram chamados pelos números. Eram 180 meninos numa escola agrícola. Foi em 1946, ele tinha 13 anos na época quando ingressou e saiu em 1952, com 20 anos. Muito orgulhoso de sua história, falou-me que eles eram chamados de educandos e que o ensino era muito bom. Eram acordados às 5h pelo som de um clarim, o café era às 6h, tinham no refeitório a mesa certa e o lugar certo para as refeições. Após o café iam para a escola ou para a lavoura. O banho era obrigatório às quartas-feiras, vestiam roupas e calçados iguais. Nos finais de semana, aqueles que iam para casa eram revistados.

Trabalho num panóptico e sou uma das vigilantes. Foi o que eu pensei ouvindo meu pai falar. Sou uma vigilante do Governo do Estado do RGS. Fui convocada em 1992, para vigiar e controlar jovens de um abrigo da FEBEM. As orientações foram dadas logo no início: eles não devem ficar sozinhos, devem cumprir as escalas de limpeza, não podem brigar, se brigarem intervir, devem tomar as medicações, irem à escola ou ao trabalho, não podem fugir, não podem usar drogas, não podem fumar, não podem transar, devem cumprir os horários das refeições, devem respeitar e obedecer a todos, mas lembre-se você terá que ser mãe deles!

O bom vigilante-monitor era aquele que sabia manejar o grupo. Manejar era governar com eficiência e habilidade, dirigir o grupo, conduzir pessoas.

Desde que iniciei esta pesquisa sempre me questionei que caminho iria seguir nesta análise, por onde começar. São tantos anos nesta instituição, que a sinto em mim. Nos meus sonhos, atravessando meus pensamentos. Toda a semana, acordo para estar dali a pouco na instituição. Volto para minha casa e ela continua em mim.

Como me libertar dessa instituição que também me habita? Como fazer desse hábito uma invenção?

Considerando o fato de já conhecer estes jovens, por ter trabalhado neste abrigo durante estes anos, torna-se fundamental analisar as interferências que estas questões possam ter nesta pesquisa. A primeira força presencia-se no meu corpo afetado³ pela experiência de trabalhar/viver a instituição FEBEM, os efeitos dessa experiência em mim.

Minha experiência neste abrigo foi muito intensa, tremo ao dizê-la. Mas, o fato é que passei por vários momentos, desde o início, quando conheci o abrigo e todos que ali estavam, até este tempo presente, onde transito melhor neste campo de intensidades.

A análise da implicação, conforme Lourau (2004) é um nó de relações. Na pesquisa trata-se da relação com o objeto de pesquisa, com o local da pesquisa, com as demandas produzidas, com as práticas e discursos produzidos no contexto pesquisado e com o conhecimento desenvolvido. Expressa o envolvimento do pesquisador com a pesquisa, revelando que não é mero observador, ou ouvinte, indiferente, distante do seu objeto, mas coloca em evidência durante toda a pesquisa a necessidade de compreender e analisar estas relações.

Ao longo desta pesquisa, questionávamos sobre este lugar de pesquisadora na academia/funcionária do abrigo/Estado, que pretende pesquisar narrativas de jovens que por ela foram cuidados na década de 90. Em alguns momentos das entrevistas, as lembranças do passado também se apoderaram de mim, pois em muitas situações eu também estava lá, e pude recordar fatos e nomes que nos eram comuns.

A partir dessas sensações, observei alguns ideais atravessados em meu trabalho de pesquisadora. No que eu queria ouvir, o que eu esperava ouvir, e no que eles realmente me falaram. Mostrando-me que não estava falando com fontes, mas com pessoas que podem expressar múltiplos sentidos e formas de contar suas histórias. Por exemplo, quando eles falaram que tinham saudades do abrigo, que

³ Ser afetado é uma potência, não uma fragilidade, pois, um corpo se define por suas potências de afectar e ser afectado. O afecto “não só é o efeito instantâneo de um corpo sobre o meu, mas tem também um efeito sobre minha própria duração, prazer ou dor, alegria ou tristeza”. Os afectos “são passagens, devires, ascensões e quedas, variações contínuas de potência que vão de um estado a outro. (DELEUZE, Gilles. Spinoza e as três éticas. In: Crítica e Clínica. São Paulo: Editora 34, 1997, p. 157).

apesar de tudo, foi muito bom, que sentiam aquele lugar como a casa deles. Foram palavras que expressaram saudade, de algo que para mim parecia terrível, para eles não era. O abrigo era a lembrança da infância, da adolescência, de amigos, de pessoas, que fizeram a história de cada um deles. É como se em alguns momentos se rompesse a vigilância e a amizade se manifestasse.

Outro aspecto foi o fato dos jovens estarem encontrando/falando para alguém que cuidou deles quando tinham idades entre 12 e 13 anos. Mas também, estarem falando com alguém que de alguma forma os vigiou e os controlou, o que poderia deixá-los receosos. Desta forma, tornava-se importante retomar os objetivos da entrevistas, registrando a experiência que os jovens tinham do abrigo, procurando estabelecer diálogos que potencializassem a construção das narrativas. Evidentemente, que ao longo das entrevistas, também conversávamos, o que possibilitou inclusive, que se sentissem mais a vontade para falar. Portelli (1997, p. 22) nos sugere ao trabalharmos com história oral:

Mostre-se aberto, fale sobre você, responda as perguntas (se as fizerem...). No que me diz respeito, não revelaria quase nada de importante sobre minha vida a alguém que, ao conversar comigo, assumisse uma atitude neutra, impessoal e distante. Por que devo eu esperar que outros me falem de sua vida se eu não me mostro disposto a contar algo a respeito da minha?

A análise das implicações nos possibilita entender que quando trabalhamos com memórias, devemos estar atentos aos diversos sentimentos, emoções, crenças e interpretações, até erros, invenções e mentiras, que devem vir para o campo da análise. Além disso, devemos também considerar que o processo de comunicação não é tão simples, há os impasses relacionados à dificuldade de falar, o não-dito, o reprimido nas histórias de vida destes jovens. Podendo ocorrer, como nos adverte Fonseca (1999, p. 64), certa adaptação no processo narrativo.

É muitas vezes na tentativa de ajustar sua narrativa às expectativas do pesquisador que o informante tece seus exageros: para entreter seu interlocutor tanto quanto para manipulá-lo.

Segundo Fonseca (1999, p. 63) a alegria, a dor, o desgosto, o ódio são fenômenos que carregam o peso tanto do social quanto do fisiológico e psicológico,

assim torna-se importante observar que estas implicações não se referem meramente ao vivido, mas que estão permeadas por discursos que anunciam modos de ser e fazer de uma sociedade.

Este não é um trabalho neutro, foi construído a partir de posições assumidas como trabalhadora crítica na Proteção Especial e com a vontade de contemplar em um estudo acadêmico a crítica de jovens, desde os lugares de abrigado e protegido, inscritos na rede de políticas públicas.

2.2 COM NOMES E SOBRENOMES

Para realizar esta pesquisa, inicialmente, entrei em contato com cinco jovens que haviam sido abrigados no abrigo A.A., instituição em que trabalhei na década de 90. Os critérios para seleção destes três jovens deram-se da seguinte forma: - aceitação para fazer parte da pesquisa; - tempo disponível para mais de um encontro; - terem sido abrigados entre os anos de 1992 a 2001 no referido abrigo; - e a partir do primeiro encontro definir quais deles possuíam mais elementos narrativos.

Realizei quatro entrevistas com cada jovem, com duração de 1h a 1h e 30min cada entrevista e após transcrevê-las para documento escrito, articulei os depoimentos em si, organizando-os em blocos temáticos para compor a análise, conforme os objetivos desta pesquisa. Saliento que realizei apenas correções de concordância verbal e nominal do documento escrito, por achar importante manter alguns dos aspectos originais da fala dos entrevistados.

Algumas questões norteadoras de minha pesquisa: Como estes jovens chegaram ao Abrigo? Como narram a experiência com as práticas do Abrigo, com o cotidiano da instituição naquele período? Como narram o período de transição entre o Código de Menores para o Estatuto da Criança e do Adolescente? Como experimentaram as práticas de proteção naquele período? Que práticas foram produzidas/engendradas nessas relações e como marcam as trajetórias dos jovens envolvidos? Que outras redes foram construídas nas suas histórias que oportunizaram sua ruptura/aderência à instituição? Como eles narram a saída do

Abrigo e o ingresso nos chamados projetos sociais desenvolvidos pelo Estado? Como eles atualizam esta experiência com Proteção Especial? Como estão vivendo hoje? Quais saberes e práticas operam na subjetivação desses jovens no presente?

Meus entrevistados são três jovens, Felipe (26 anos, 6ª série), Ricardo (28 anos, 5ª série) e Marcos (25 anos, 5ª série). Felipe e Ricardo nasceram em Porto Alegre (RS), e Marcos é de Guaíba (RS). Ricardo e Felipe são mulatos e Marcos é branco. Ricardo e Felipe tinham 7 anos quando ingressaram a primeira vez em abrigos, nos anos de 1988 e 1990, respectivamente. Ambos estudaram até a 4ª série nas escolas que atendiam especificamente a população do abrigo. Na 5ª série foram encaminhados para estudarem em escolas da comunidade. Marcos, que teve seu primeiro ingresso no abrigo em 1995, aos 11 anos, já estava na 5ª série e estudou em escolas da comunidade. Nenhum concluiu o ensino fundamental. Felipe e Marcos saíram com 18 anos e Ricardo saiu com 21 anos do Abrigo.

Costumava encontrá-los pela cidade, principalmente no centro. Inicialmente, conversei com cada um sobre a pesquisa, perguntando se gostariam de participar. Após assinarem o termo de consentimento, iniciamos as entrevistas. Combinamos que nos encontraríamos para as entrevistas, próximo aos locais de sua moradia ou trabalho. Esclareci que todas as entrevistas seriam gravadas e disse-lhes que gostaria que falassem sobre o tempo que viveram no abrigo.

Acrescento que para a realização destas entrevistas inspirei-me nos artigos de Portelli (1997, p. 15) onde ele situa a ética profissional e técnica no contexto das responsabilidades individuais, civis e políticas do pesquisador em relação ao entrevistado e ao material gravado nas entrevistas. Ele salienta que:

Neste contexto, compromisso com a honestidade, significa para mim respeito pessoal por aqueles com quem trabalhamos, bem como respeito intelectual pelo material que conseguimos; compromisso com a verdade, uma busca utópica e a vontade de saber “como as coisas realmente são”, equilibradas por uma atitude aberta às muitas variáveis de “como as coisas podem ser”. Por um lado, o reconhecimento da existência de múltiplas narrativas nos protege da crença farisaica e totalitária de que a “ciência” nos transforma em depositários de verdades únicas e incontestáveis. Por um lado, a utópica busca da verdade protege-nos da premissa irresponsável de que todas as histórias são equivalentes e intercambiáveis e, em última análise, irrelevantes. O fato de possíveis verdades serem ilimitadas não significa que todas são verdadeiras no mesmo sentido, nem que inexistem manipulações, inexactidões e erros.

A seguir descrevo um pouco da história de cada entrevistado.

2.2.1 A História de Felipe

Felipe relata que tinha 6 para 7 anos quando fugiu de casa e foi para o centro de Porto Alegre, ficando ali cerca de 3 a 4 meses, quando foi encaminhado pelo conselho tutelar para um abrigo da FEBEM⁴. Conta que não gostava do seu padrasto e brigava muito com sua mãe, o que determinou sua saída de casa. Neste primeiro abrigo (A.B.), Felipe ficou dos 7 aos 12 anos, quando foi para o abrigo A.A. No abrigo A.B. lembra das visitas de sua mãe e de seu padrasto nos finais de semana, mas que não ia pra sua casa. Recorda, certa vez, que sua mãe ao visitá-lo, levou-o para casa, sem a autorização da equipe do abrigo, mas depois fugiu de casa novamente, pois não aceitava a convivência com seu padrasto. Nesta ocasião, foi direto para o abrigo A.B., alegando que já circulava por tudo e já conhecia o caminho. Durante seu período de abrigagem, tanto no abrigo A.A, quanto no abrigo A.B., Felipe narra que não teve muito contato com sua família, e nos poucos contatos que havia, sempre ocorriam discussões que faziam com que não tivesse vontade de retornar para casa, preferindo ficar no abrigo. Narra sua passagem pelo abrigo A.B. como um período de convívio com crianças e de muitas brincadeiras. Do abrigo A.A. relembra com saudades, onde se relacionou com outro menino, do qual foi muito apaixonado. Lembra que teve algumas “fugas” do A.A. e que numa destas “fugas” quando retornou, veio travestido de mulher o que causou grande impacto no abrigo, principalmente nos outros meninos que começaram a ofendê-lo, mas que soube enfrentá-los não fazendo disso um empecilho para ficar no abrigo. Ao contrário, sempre preferiu ficar no abrigo, mesmo com sua mãe pedindo que fosse para casa nos finais de semana.

Salienta não ter problemas com sua mãe por ser homossexual, já que possui um irmão que também é, mas que não se relaciona bem com ela, por esta pensar ter razão em tudo e não valorizar o que ele pensa. Quando saiu do abrigo A.A., aos 18 anos, retornou para sua família, mas tem muitas dificuldades de convivência com eles, sempre ocorrem brigas, que o fazem sair de casa, mas como não tem para onde ir, acaba sempre retornando.

⁴ Utilizo o termo FEBEM, pois neste período de ingresso dos meninos, ainda não havia ocorrido à extinção da FEBEM e a criação da FPE- Fundação de Proteção Especial do RGS e FASE- Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do RGS.

Conta que foi no abrigo A.A., que conheceu as “drogas”. Fez uso de loló, maconha e *crack*, sendo esta última a que lhe trouxe mais dependência. Relatou muitos episódios de envolvimento com drogas e prostituição, além de agressões e um acidente de carro. Recebia atendimento psicológico e psiquiátrico, sendo-lhe prescrita medicação psicotrópica.

Felipe mora com seu irmão mais velho, que é casado com outro homem. No mesmo terreno, em outra casa mora sua mãe, sua irmã e um sobrinho. No mesmo local, há uma casa de religião, do irmão de Felipe, pai de santo da casa. Felipe tem ligação bem forte com a religião umbanda, não somente frequentando, mas também trabalhando na preparação dos rituais.

Quando encontrei Felipe, ele estava desempregado e já fazia um ano que estava sem usar *crack*. Logo depois, iniciou o ProJovem Urbano⁵ da Prefeitura de Porto Alegre (RS) e no final do ano passado estava trabalhando como cabeleireiro. Em março, deste ano, já havia deixado o trabalho, não frequentava o ProJovem e novamente estava usando *crack*.

2.2.2 A História de Ricardo

Encontrei Ricardo em frente a um albergue de cunho religioso. Como estava albergado, solicitei autorização da assistente social do albergue para realizar as entrevistas naquele local. No início das entrevistas, Ricardo já preparava sua saída do albergue, pois, conforme regra do local, podem ficar no máximo até 3 meses, podendo somente retornar um mês depois, estratégia já utilizada por Ricardo.

Ricardo relata que tinha 7 anos quando ocorreu seu primeiro ingresso numa instituição. Lembra que era um local muito bom, administrado por padres, onde foi batizado, fez catequese e lidava na horta. Ficou neste abrigo até seus 10 para 11 anos, quando novamente foi para a rua, sendo “recolhido” pelo Conselho Tutelar que o levou para o abrigo A.A. da FEBEM. Recorda que já muito novo tinha problemas

⁵ O ProJovem Urbano é uma modalidade do Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Esta modalidade propicia a complementação da formação básica (ensino fundamental) e qualificação profissional em 18 meses.

com drogas, com passagens de internação para desintoxicação no Hospital Psiquiátrico São Pedro (RS).

Conta que tinha uma vida tranqüila até seus 3 anos de idade, quando seu pai faleceu. Seu pai tinha cinco filhos de um primeiro casamento, que moravam juntos com ele, sua irmã gêmea e mais outra irmã do primeiro casamento de sua mãe. Estes cinco irmãos eram mais velhos e bebiam muito. Recorda que bebiam tanto, que acabavam brigando uns com os outros. Certa ocasião, seu pai adoeceu e foi para o Hospital e lá faleceu. Sua mãe ficou com os três filhos pequenos e mais os outros cinco irmãos, que sempre estavam envolvidos com bebidas e brigas. Ricardo relembra de ser muito pequeno e já estar nos vizinhos pedindo comida. Certo dia, sua mãe foi embora e deixou as três crianças em casa. Ricardo que já sabia andar na rua, logo saiu para pedir comida. Os vizinhos ficaram sabendo do ocorrido e trataram de levá-los para uma instituição.

Ricardo quando foi para o abrigo A. A., durante algum tempo não sabia do paradeiro de seus irmãos, nem de sua mãe. Sua irmã gêmea foi para um abrigo da FEBEM para meninas e o outro irmão foi para outro abrigo da FEBEM, o abrigo A.B. Embora, o abrigo conseguisse contato com mãe, tanto Ricardo como seus irmãos permaneceram abrigados.

Ricardo também recorda o abrigo com saudades, pois teve muitos amigos. Fala que o seu maior problema foi sempre relacionado ao uso de drogas, especialmente a bebida e o *crack*. Ficou no abrigo A.A até seus 21 anos, quando foi morar numa casa em Viamão (adquirida com uma pensão do seu pai). Como estava muito dependente do *crack* e da bebida alcoólica, envolveu-se numa briga por droga, que como consequência levou-o para o hospital gravemente ferido. O outro jovem que o agrediu, por sua vez também ficou ferido e prometeu-lhe que iria queimar sua casa. E assim o fez. Quando Ricardo saiu do Hospital, foi morar com sua irmã gêmea, onde novamente desentendeu-se, indo morar com seu irmão, que também já havia saído do abrigo A.B. Como prometeu ao irmão que não usaria drogas, e se caso usasse iria embora. Novamente teve uma recaída, saiu da casa do irmão e foi para este albergue, onde o encontrei.

Ricardo estabeleceu-se neste albergue, conseguiu um trabalho numa empresa de obras, como ajudante de pedreiro e já estava a 1 ano sem usar drogas. Durante o dia trabalhava e à noite retornava para o albergue. No final do ano

passado, saiu do albergue, alugou um quarto numa pensão no centro e ali permaneceu até março deste ano. Envolveu-se novamente com bebida, saiu da pensão e retornou para o albergue. No nosso último encontro, continuava trabalhando, estava bem feliz por ter encontrado uma moça e anunciou-me que iria casar com ela.

2.2.3 A História de Marcos

Marcos narra ter uma relação muito difícil com sua mãe. Ela teve quatro filhos e nenhum deles foi criado por ela, todos foram criados por sua avó. Refere que sua mãe era muito jovem quando teve seu primeiro filho, sendo que tem uma irmã que é do mesmo pai e os demais são de pais diferentes.

Quando tinha 8 anos foi passar as férias com seu pai, que já era separado de sua mãe. Como seu pai não quis devolvê-lo para sua mãe, ficou morando com ele até seus 11 anos. Como apanhava muito do pai, acabou pegando um ônibus, que já conhecia, e veio para Porto Alegre (RS). Aqui chegando ficou no centro, uma senhora o encontrou e providenciou sua ida para o Conselho Tutelar que o levou para o abrigo A.B. da FEBEM. Quando completou 12 anos, foi conduzido a força para o abrigo A.A. e ali permaneceu até seus 18 anos e 1 mês, como relatou-me.

Durante os primeiros 4, 5 anos que esteve nestes abrigos preferiu não contar nada sobre sua família. Lembra que seu pai descobriu que estava no abrigo e foi visitá-lo. Sienta que ali, foi o “erro”, pois acabou ficando no abrigo. Embora, tentasse retornar para a família, as visitas familiares sempre resultavam em brigas, fazendo com que preferisse ficar no abrigo. Com seu envolvimento com drogas as relações ficaram mais difíceis, impossibilitando seu retorno para casa.

Marcos tem péssimas lembranças do abrigo A.A., alegando que sofreu muito. Recorda que encontrou poucas pessoas que lhe ajudaram e que estas pessoas foram muito importantes na sua vida.

Marcos durante sua passagem no abrigo envolveu-se em muitas brigas, que lhe ocasionaram vários registros na Delegacia e conseqüente mudança de medida encaminhada pelo Juizado da Infância e Juventude. Recebeu medidas sócio-

educativas de advertência, liberdade assistida, prestação de serviço à comunidade e internação na FASE⁶. Após cada cumprimento de medida de internação na FASE, retornava para o abrigo A.A. Além disso, por seu comportamento ser considerado agitado, Marcos foi encaminhado diversas vezes para atendimento psicológico e psiquiátrico, fazendo uso de medicação psicotrópica.

Quando saiu do abrigo A.A. foi morar num apartamento, que era de sua mãe, em Guaíba (RS). Ficou neste apartamento durante quase 1 ano e como se sentia muito sozinho, novamente começou a usar drogas e decidiu abandonar tudo e vir para Porto Alegre (RS) indo morar na casa de um amigo. Narra que teve dificuldades para conseguir trabalho, que tentou envolver-se “no mundo do crime”, mas que não “era prá ele”.

Atualmente, Marcos trabalha na rua, oferecendo celulares ou chips para as pessoas que passam. Tem uma companheira, mora com ela e tem um filho de 2 anos de outra relação, que não mora com ele, reside com sua avó, mãe de Marcos. Tem uma rotina de trabalho, preocupa-se com o filho e por não ter condições de criá-lo, teme que este tenha que ir para um abrigo.

2.3 OS OPERADORES CONCEITUAIS E SUAS ARTICULAÇÕES COM AS NARRATIVAS

2.3.1 A Favor da História – Arrancando-lhe a Veste Drapeada

O passado costuma fazer ronda em nossas vidas. Talvez nos questionemos o motivo desta difícil relação com o passado, ou o que poderemos fazer com o conhecimento do nosso passado, já que por via de regra ele já é passado. Para alguns temos dívidas com o passado, para outros temos que nos libertar dele. Mas, de alguma forma o presente sempre nos anuncia um passado que vira e mexe se

⁶ No período que M. cumpriu as medidas sócio-educativas já havia sido criada a FASE-Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do RGS.

apresenta, talvez para nos lembrarmos do que fomos e nos questionar acerca do que estamos nos tornando.

Para Castel (1998, p. 23), o presente não é só o contemporâneo, é também um efeito de herança, e a memória de tal herança nos é necessária para compreender e agir hoje.

Pensemos no passado das crianças pobres brasileiras. Rizzini (2004) relata dados de uma pesquisa onde a Roda dos Expostos da Corte - “a mais concorrida do país”- recebia entre os anos de 1852 e 1853 um total de 630 crianças, enquanto que em Paris no ano de 1852, ingressaram 17.342 jovens. No Brasil, neste período a mortalidade infantil era altíssima; as instituições mantinham amas-de-leite e os proprietários das escravas alugavam-nas para esta função. Por outro lado, segundo, Arantes (1995, p. 191) nos períodos Colonial e Imperial no Brasil, crianças deixadas nas portas das Igrejas, residências e nas ruas dos principais centros urbanos, eram devoradas por animais ou morriam de fome.

Conforme Arantes (1995), as primeiras tentativas de assistência às crianças no Brasil, encontrava-se quase que totalmente vinculada à Igreja Católica. Refere que o Estado só veio manifestar-se, mais concretamente, após 1850, na criação dos institutos, as instituições de recolhimento para menores como eram chamadas. Somente no início do século XX estas iniciativas do Estado ganham relevância, este

pressionado, entre outros fatores, pelo movimento médico higienista que se propagava por todos os cantos do Brasil e pela demanda crescente, por parte de alguns setores, da construção de uma rede profissionalizante de ensino separada da assistência a desvalidos. (ARANTES, 1995, p. 195).

Goffman (1974, p. 17) denomina instituições totais os locais, onde anteriormente as crianças e adolescentes eram atendidos. O autor referindo-se ao cotidiano desta instituição salienta a disciplina, presente nas tarefas, no controle do tempo e na necessidade de serem realizadas sempre em grupo.

Uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes participantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral. O aspecto central das Instituições totais pode ser descrito com a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida. Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados num mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente

grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição.

Poderíamos nos perguntar, qual a relação que esta história do passado tem com a história do presente. Que relações podem ser feitas nesse mapa de acontecimentos? Em determinado período, a igreja torna-se responsável por crianças e adolescentes abandonados; noutra, o Estado assume a assistência desta população em instituições totais, caracterizadas pelo rigor da disciplina; para num cenário contemporâneo, esta mesma instituição total tomar a forma de um abrigo, agora nos moldes do Estatuto e novas formas de participação da sociedade. (MARQUES, 2008).

Foucault nos diria que são as práticas e nos provocaria a vê-las como realmente são, "arrancando-lhe a veste drapeada". (VEYNE, 1998, p. 251).

A prática não é uma instância misteriosa, um subsolo da história, um motor oculto: é o que fazem as pessoas (a palavra significa exatamente o que diz). E a prática está, em certo sentido, "escondida", e se podemos, provisoriamente, chamá-la "parte oculta do iceberg", é simplesmente porque ela partilha da sorte da quase-totalidade de nossos comportamentos e da história universal: temos, freqüentemente, consciência deles, mas não temos o conceito deles. (VEYNE, 1998, p. 249).

Veyne (1998, p. 239), ao discutir o método de Foucault, refere que "os fatos humanos são raros" e que não percebemos a raridade dos fatos, pois estes não estão dispostos na totalidade da razão, "há um vazio em torno deles para outros fatos que o nosso saber nem imagina".

Para encontrar a raridade dos fatos é necessário que afastemos nosso olhar daquilo que nos parece tão natural e perceber as práticas que nos levaram a conceber/tratar este objeto como natural.

Analisar as narrativas não pressupõe uma atitude de julgamento das coisas a partir das palavras, mas como Foucault nos orienta, é necessário sabermos que as palavras "nos enganam, que nos fazem acreditar na existência das coisas, de

objetos naturais, governados ou Estado, enquanto essas coisas não passam de correlato das práticas correspondentes” (VEYNE, 1998, p. 252).

Foucault ao longo de sua trajetória intelectual rompe com um modelo de história baseado em regularidades constantes, em equilíbrios seculares, que nada mais fizeram do que sufocar uma densa camada de acontecimentos marcados por lutas e confrontos nada lineares, díspares e dispersos.

Ele foi influenciado pelas idéias de Nietzsche, que rejeitava a procura metafísica de uma origem ideal do sujeito e passa a compreendê-lo através de uma genealogia, como resultado de relações de poder, através de uma imensidão de forças que o atinge. Para ele o sujeito se constrói no campo dos acontecimentos históricos, das contradições, das relações de força e de poder. Foucault despreza como Nietzsche, uma história voltada para as pesquisas de origem, adotando uma perspectiva metodológica que compreende a produção de discursos numa dimensão política, onde saber e poder estão implicados, sendo as rupturas e descontinuidades que compõem a história.

Segundo este autor, as relações de poder interferem no conhecimento histórico e na verdade. Para ele os processos históricos são movidos por “invasões, lutas, rapinas, disfarces, astúcias” (FOUCAULT, 1979, p. 15).

A história tradicional se detém na história dos apogeu, dos fatos heróicos, dos grandes personagens, na busca de uma linearidade histórica, de uma evolução. Na genealogia, o que importa é conhecer onde este poder afeta, onde atinge os corpos, os modos de ser e fazer em cada configuração social.

Considerando a história sob o ponto de vista de uma linearidade, de uma regularidade de fatos, podemos supor que houve uma evolução na luta pelos direitos de crianças e adolescentes firmadas na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas nossas práticas nos denunciam e nos fazem ver que estas conquistas para muitos ainda não saíram do papel.

A ciência criou verdades sobre a criança e o adolescente, a história tradicional se encarregou de universalizá-las com o tempo, e nos dizer o que devemos fazer com seus/nossos corpos; o que nos faz pensar que ainda continuamos acreditando em ideais de modos de ser e viver.

Pretendo realizar um estudo, que analise outros saberes presentes nas narrativas destes jovens, que falam de uma história de uma determinada assistência que produz modos de existência, de verdades em um determinado contexto social.

2.3.2 História Oral – A Insurreição dos Saberes Sujeitados

Foucault (1999, p. 11) nos fala da insurreição dos “saberes sujeitos”, que são os conteúdos históricos que foram soterrados, esquecidos “mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais”.

Esses saberes sujeitos, considerados por muitos como desqualificados, inferiores, sem importância científica reaparecem no cenário de nossa história.

E foi pelo reaparecimento desses saberes de baixo, desses saberes não qualificados, desses saberes desqualificados mesmo, foi pelo reaparecimento desses saberes: o do psiquiatrizado, o do doente, o do enfermeiro, o do médico, mas paralelo e marginal em comparação com o saber médico, o saber do delinqüente, etc.- esse saber que denominarei, se quiserem, o “saber das pessoas” (e que não é de modo algum um saber comum, um bom senso, mas, ao contrário, um saber local, regional, um saber diferencial, incapaz de unanimidade e que deve sua força apenas à contundência que opõe a todos aqueles que o rodeiam)-foi pelo reaparecimento desses saberes locais das pessoas, desses saberes desqualificados, que foi feita a crítica.(FOUCAULT, 1999, p. 12).

Um movimento nesta história apresenta-se na tentativa de acoplar os saberes sujeitos com os saberes eruditos. Trata-se do saber histórico das lutas, que Foucault chama de genealogia, o acoplamento dos conhecimentos eruditos e das memórias locais. Não se refere a uma união de saberes, mas sim que os saberes desqualificados, não legitimados, possam verdadeiramente ser livres, para que possam intervir contra a tentativa de uma teoria unitária de filtrá-los, classificá-los e ordená-los em nome da ciência, que se organiza num discurso científico hierarquizado.

Trata-se da insurreição dos saberes. Não tanto contra os conteúdos, os métodos ou conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição, sobretudo e acima de tudo, contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa. (FOUCAULT, 1999, p. 14).

A genealogia trava uma luta contra os efeitos de poder característicos do discurso considerado científico. Assim antes de nos perguntarmos se o marxismo e a psicanálise são ciências, deveríamos como sugere Foucault (1999, p. 15) nos perguntarmos “sobre a ambição de poder que a pretensão de ser uma ciência traz consigo”.

Foucault (1999, p. 17) observa mudanças e questiona a força dos saberes sujeitados. Será que esses saberes desencavados, não correm o risco de ser recodificados, recolonizados por esses discursos unitários, como efeitos de saber e de poder? E lança o desafio: tentem então!

O autor não intenta uma hegemonia dos saberes sujeitados, mas pretende traçar os efeitos de saber e de poder que estão em jogo, quando colocamos em oposição os saberes sujeitados e os saberes eruditos.

Tentarei, portanto, através da História Oral, evidenciar esses saberes sujeitados, presentes nas narrativas destes jovens.

Os relatos orais têm sido valorizados, pois oportunizam outras formas de conhecer e entender uma determinada história, fatos e/ou acontecimentos.

Alberti (2003, p. 07) define história oral:

[...] método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo como forma de se aproximar do objeto de estudo [...] Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou testemunharam.

A história oficial, com regras científicas, nos leva a acreditar na crença de um passado fixo e objetivamente recuperável, desconsiderando as fontes orais, qualificando-as como sem validade científica. O modelo de uma história fixa e generalizante ainda impera operando como verdade e como melhor forma de fazer ciência. A história oral é utilizada como instrumento de crítica a esse modelo de história.

Rangel (2006) salienta a diversidade da história oral, pois esta é multidisciplinar, atende a várias áreas do conhecimento. A história oral passou por transformações e no Brasil somente em 1990 afirma-se como método de pesquisa.

A História Oral afirma-se na década de 1990 não mais como um instrumento utilizado para reparar as falhas dos registros escritos, função atribuída às narrativas quando de interesse da história tradicional. Ao contrário, afirma-se como um novo modelo que encontra, nas narrativas biográficas, principal fonte de apreensão histórica, valorizando aquilo que se configura como atual contemporâneo e, portanto, maleável e passível de modificações (RANGEL, 2006, p. 20).

Saliento que embora saibamos que a história oral clássica trabalhe sobre os sentidos atribuídos à experiência vivida, esclareço que não serão estes sentidos objetos de minha análise. Realizo uma análise das narrativas, examinando enunciados e discursos que compõem acontecimentos de determinada época. Para realizar este trabalho, segundo a perspectiva de Foucault, requer que não nos fixemos em simples explicações, mas que também não nos detenhamos em buscar um sentido oculto das coisas, portanto devemos ficar no que realmente é dito.

Nas narrativas podemos encontrar enunciados que evidenciam o que Foucault chamou de discurso como prática social, ou seja, o discurso sendo produzido segundo relações de poder.

[...] gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. [...] não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2008a, p. 54-55).

Estes jovens, assim como eu, guardam na memória situações, momentos, um pequeno detalhe, que ao ser evocado, nos traz de volta lembranças do passado que se atualizam no presente. A princípio temos a tendência, quando falamos em memória, de nos referimos a uma lembrança fixa, mas se exercitarmos nossa memória, ou seja, se começamos a falar sobre algo que nos aconteceu/acontece logo vamos lembrando outras coisas, revelando que a memória não é fixa, ela é móvel, a oscilar em torno da relação presente-passado.

Os historiadores contrários a uma concepção de memória vinculada ao inconsciente, evitando “que a memória se torne faculdade explicável por

mecanismos psicológicos” (RODRIGUES, 2004, p. 27), nos provocam a rejeitar tal perspectiva e nos convidam a outras experimentações. Rodrigues (2004) refere-se ao trabalho de Thomson, como sendo uma nova conceituação para a memória. O trabalho deste autor destaca-se por ser capaz de integrar o trabalho de campo à idéia de uma memória-composição. A autora nos faz lembrar o contraponto indivíduo x sociedade e as inúmeras (e infrutíferas) discussões acadêmicas na tentativa de reuni-los e os “domínios instituídos de saber funcionando como obstáculos político-epistemológicos difíceis de ultrapassar”.

Certas vicissitudes da história oral podem ser entendidas sob a mesma égide: fenômeno psicológico, privado e dificilmente fidedigno, a memória não é fonte confiável para a representação do passado – argumentam os tradicionalistas, defensores incondicionais da exclusividade do documento escrito como fonte histórica; fenômeno social, público e objetivável, a memória é passível de rigorosa coletivização – replicam os que para ela buscam uma conceituação de peso, ancoradas nas teorias da produção sócio-cultural das lembranças. Menosprezados por ambas as tendências, os ativistas, mais atentos à relevância da memória para o *empowerment* de movimentos do que às querelas acadêmicas, não chegam a encontrar um lugar confortável neste mapeamento intelectual permeado de armadilhas (RODRIGUES, 2004, p. 31).

Thomson (1997, p. 56-57) desenvolve um modelo de trabalho acerca da memória. No primeiro movimento deste modelo, ele utiliza o termo compor-“compomos reminiscências para dar sentido à nossa vida passada e presente”. Thomson reconhece que a palavra composição é ambígua, mas neste caso ela é vista como sendo uma construção. Afirma que o “mais fácil de lembrar é do domínio comum, ou seja, o que permite apoiar-se nas memórias de outrem”, mas que “as imagens e linguagens disponíveis usadas pelo público nunca se encaixam perfeitamente às experiências pessoais” e que estas se manifestam “através de um desconforto latente, da comparação ou da avaliação”. Acrescenta que “a memória gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas”. As lembranças podem manifestar-se em épocas e lugares diferentes. Refere ainda, que experiências novas constantemente ampliam as imagens que temos do nosso passado, produzindo em nós outros entendimentos sobre o passado e presente.

Esta conceituação de memória de Thomson poderá ajudar-me como ferramenta para compreender que memórias os jovens escolheram para recordar e

relatar, visto que, o tempo passou, eles tiveram outras experiências, nos encontramos em outros lugares, num outro contexto social.

O segundo movimento do modelo de Thomson (1997, p. 57) relaciona-se a reminiscências.

Nossas reminiscências também variam dependendo das alterações sofridas por nossa identidade pessoal, o que me leva a um sentido, mais psicológico, da *composição*: a necessidade de compor um passado como qual possamos conviver. [...] Nossa identidade (ou “identidades”, termo mais apropriado para indicar a natureza multifacetada e contraditória da subjetividade) é a consciência do eu que, com o passar do tempo, construímos através da interação com outras pessoas e com nossa própria vivência.

Rodrigues (2004) percebe que Thomson recorre, neste segundo movimento a ideais psicológicos-identitários, “funcionalizando as lembranças em torno da necessidade de preservação de uma unidade previamente posicionada.” Mas, Thomson também vai dizer que possuímos identidades no plural e que estas são construídas através do processo de contar histórias para nós mesmos e para os outros, no convívio social.

Ao narrarmos algo que nos aconteceu construímos nossas identidades, reconhecemos o que pensávamos que éramos no passado, o que somos no presente e o que gostaríamos de ser.

Segundo este autor, as histórias que recordamos não são representações exatas de nosso passado, mas possuem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais. Logo, afirma que “reminiscências são passados importantes que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa, e para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes”. Rodrigues (2004), no entanto, questiona “será realmente tão inabalável o vínculo entre consonância e rememoração” e nos provoca a seguirmos a leitura de Thomson, que admite igualmente a presença daquilo que não se harmoniza.

Thomson (1997, p. 58), nos fala que as reminiscências podem tumultuar e colocar em xeque nossa identidade, assim estamos frequentemente tentando estabelecer uma coerência entre o nosso passado e o nosso presente.

Nossas tentativas de compor um passado nunca são inteiramente bem sucedidas [...]. A composição, por ser baseada em bloqueios e exclusões, nunca é plenamente alcançada; é constantemente ameaçada, abalada, despedaçada.

O entrevistado pode descarregar sentimentos e impulsos reprimidos-sonhos, erros, sintomas físicos e piadas - que vislumbram um doloroso passado oculto revelando “experiências e sentimentos que foram silenciados porque não se ajustaram às normas usuais ou à própria identidade da pessoa.

Rodrigues (2004) percebe que Thomson implicitamente recorre à teoria psicanalítica para entender essas identidades fragmentadas e contraditórias, e sugere que pensemos na composição que a memória realiza com o presente, um presente sempre a se realizar, penso que aí resida um bom encontro com a História Oral.

[...] que o processo aparentemente pessoal de compor reminiscências seguras é, na verdade, um processo inteiramente público. Nossas reminiscências podem ser temerárias e dolorosas se não corresponderem às histórias ou mitos normalmente aceitos, e talvez por isso tentemos compô-las de modo a se ajustarem ao que é normalmente aceito. Assim como buscamos a afirmação de nossa identidade pessoal da comunidade específica em que vivemos, buscamos também a afirmação de nossas reminiscências. (THOMSON, 1997, p. 58).

Refere que necessitamos de reconhecimento, termo que utiliza para descrever o processo de afirmação pública de identidades e reminiscências. Sermos reconhecidos é fundamental para nossa sobrevivência social e emocional. As reminiscências são compostas de modo a serem reconhecidas e confirmadas.

Observe o terceiro movimento do modelo de Thomson.

O terceiro movimento do modelo de Thomson está em conexão direta com o dispositivo metodológico da história oral: aquilo que os depoimentos colhidos comportam de eloquência, segredo, oficialismo, omissão, imprecisão, envolvimento ou distorção encontra-se em uma relação complexa, transformável, tanto com as histórias e mitos aceitos quanto com as circunstâncias da situação de entrevista – relação entrevistador-entrevistado, pergunta disparadora, reações do pesquisador, objetivos declarados (e supostos) da investigação etc. Neste sentido, a memória nem é social-coletiva nem individual-psicológica: é uma *composição* ou, voltando a apelar aos termos de Deleuze e Guattari, um *agenciamento de enunciação*. O lembrar se faz, portanto, *acontecimento* formado de *elementos heterogêneos*, ao invés de função, mecanismo, estrutura etc. (RODRIGUES, 2004, p. 37-38).

Neste terceiro movimento, Rodrigues refere-se à segunda série de pesquisas que Thomson (1997) realizou com os anckas⁷. O autor retoma esta estrutura teórica da memória composição agora explorando algumas interações-chave: entrevistador e entrevistado, lendas conhecidas e reminiscências pessoais, passado e presente, memória e identidade.

A abordagem gerou “entrevistas longas e detalhadas”, nas quais os depoentes foram estimulados a “relembrar suas experiências como soldados e ex-combatentes e a refletir sobre o modo como haviam se reconciliado com seu passado dos tempos de guerra” (THOMSON, 1997, p. 59)

Pensem então a memória como uma composição, como um acontecimento multidimensional, que se dá através do ato de relembrar, que se presencia no corpo e que atua como máquina de subjetivação.

O trabalho de Thomson foi aqui considerado a partir da apropriação que Heliana Conde Rodrigues faz deste, ao discutir a história oral inspirada no princípio genealógico de Michel Foucault.

2.3.3 A Institucionalização como Experiência

Certamente, todos nós em algum momento da nossa história estivemos dentro de uma Instituição. Ou a trabalho, ou para visitar alguém, ou apenas para conhecer. O fato de conhecer uma Instituição, nos moldes ainda de um panóptico, já surpreende pela arquitetura marcada pela extensão das paredes, pelas dezenas de janelas e portas.

Pensem na institucionalização de crianças e de adolescentes e em todos os matizes que possam advir desta experiência. Questionemos então como a institucionalização pela abrigagem se fez experiência para os jovens e como esta marcou suas trajetórias?

⁷ Thomson realizou uma pesquisa com ex-combatentes australianos, os anzacs, considerados os heróis lendários da Austrália e que representaram o sustentáculo da política conservadora do século XX. Ele entrevistou 25 veteranos de guerra e interessou-se em investigar “o quanto as recordações pessoais se enquadravam na lenda”. Ele percebeu ao longo de suas entrevistas contrastes e rupturas. O seu propósito não era contestar a lenda e sim saber “como e porque ela influenciava ou não os ex-combatentes”.

A experiência de viver numa instituição e como esta experiência se atualiza no presente, estas são as perguntas disparadoras. O que sabemos é que a experiência acontece no corpo, mas não sabemos tudo o que pode um corpo, o que ele pode produzir e aguentar, pois o corpo é território de intensidades, de forças, de subjetivações.

A experiência para Foucault não é o vivido como um somatório do nosso cotidiano. Foucault nos faz problematizar quem somos e no que estamos nos tornando através das nossas experiências. O exercício é perceber diferentemente do que se vê, é experienciar um saber que nos é estranho.

A experiência do fenomenólogo é, no fundo, certo modo de lançar um olhar reflexivo sobre um objeto qualquer do vivido, sobre o cotidiano na sua forma transitória para apreender-lhe as significações. Para Nietzsche, Bataille, Blanchot, ao contrário, a experiência é a procura por chegar a certo ponto da vida o mais próximo possível do invivível. O que é requerido é o máximo de intensidade e, ao mesmo tempo, o máximo de impossibilidade (FOUCAULT, 2000, p. 43).

Foucault oferece outros sentidos para a noção de experiência, estendendo-a para além de si. Na sua escrita ele nos incita a problematizarmos a nossa existência, os nossos modos de ser e nossas verdades. Quando estuda as morais sexuais da antiguidade pagã e cristã refere-se à experiência de sexualidade no processo de subjetivação dos indivíduos, ou seja, a constituição de si como sujeitos de uma prática moral.

Foucault considerava a loucura uma experiência limite e questionou-a nos confins da história. Narrou as práticas da loucura pela história, tirou a roupa drapeada da história da monumentalidade e afirmou a singularidade dos acontecimentos. Afrontou/afronta, provocou/provoca nossos pensamentos, produz desassossego, nos fala de um passado que ainda está presente em muitas das nossas práticas. Hoje a FEBEM foi extinta, mas algumas das práticas da FEBEM ainda sobrevivem no Abrigo.

Morar num abrigo, sob a proteção do Estado, diante de uma política pública, de práticas cotidianas em favor da permanência no abrigo para posteriormente sair do abrigo, com a tarefa de seguir a vida, não mais sobre a proteção do Estado, são experiências de vida que transformam os indivíduos, mas que também falam de

como nos produzimos na relação com determinadas morais. Falam de práticas que nos subjetivam e que afirmamos como verdade.

Foucault (1984, p. 13) refere que a atividade filosófica é o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento e crítica a filosofia quando quer fazer “a lei para os outros, dizer-lhes onde está a sua verdade e de que maneira encontrá-la [...]”. Assinala que a curiosidade que faz sentido para ele é aquela que permite separar-se de si mesmo. Esta experiência modificadora de si, para Foucault “é o corpo vivo da filosofia [...]”, ou seja, uma “ascese”, um exercício de si, no pensamento.

Narrar à experiência é deslocar-se, transitar, movimentar-se em um tempo, colocar-se em determinados lugares, situar os acontecimentos em um tempo, inscrever-se na história.

2.3.4 A Força das Subjetivações nas Narrativas

As narrativas, como fonte de dados para a pesquisa, expressam saberes e práticas, juntamente com a intensidade e a singularidade de cada narrador.

O narrador, através de sua voz, comunica algo do seu corpo, fala da sua vida, reconstrói episódios individuais e coletivos, afirmando modos de pensar e ser no mundo. A narração de uma história evoca a troca de experiências.

A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos. (BENJAMIN, 1994, p. 198).

Benjamin (1994) comenta o desaparecimento da arte de contar, no mundo moderno, juntamente com a perda da capacidade de trocar experiência, num mundo dominado pela informação jornalística e pelas técnicas de produção e reprodução em série. Aquele que narra tem algo especial a dizer, que ultrapassa a escrita, pois há no embate das palavras, a troca de experiência entre o narrador e o ouvinte.

A história vista de forma linear e contínua impõe uma verdade, que nos impede de ver outras histórias que podem ter acontecido, como se não tivéssemos mais nada a falar, já que a história oficial já contou tudo. Assim, quando os historiadores de história oral, buscam ex-combatentes de guerra, não é apenas para referendar se aquilo que contaram é verdadeiro, mas para garantir a troca de experiências com um passado que denuncia/anuncia algo de nós.

O passado é o objeto maior das narrativas, e, a partir de uma ou outra dimensão da memória, busca seu potencial para realizar-se enquanto recordações ou imagens-lembranças. [...] Somente através da memória se pode atingir o passado, e este, não existindo como um antigo presente, só se torna possível enquanto produção no presente, resgatado pelo imemorial. Assim, é somente a partir de hoje que se pode falar sobre o passado, e é implicado no presente e comprometido com o futuro que se faz valer o passado — um passado sempre a se refazer no presente (MAIRESSE; FONSECA, 2002, p. 114).

Por tratar-se de um estudo realizado com narrativas, de testemunhos de uma história, de discursos acerca de uma experiência institucional, construo esta análise enfatizando a narrativa, forçando a narrativa a mostrar-se não como algo dramático, mas como analisador de uma prática, a proteção especial ganhando forma no abrigo.

Analiso as narrativas destes jovens como um lugar de ressonâncias e variações de um discurso, onde o desafio é o de ampliar este olhar-pesquisador para aquilo que se pesquisa. Implica contágios de leituras, de encontros, de experiências. Como estes jovens tornaram-se sujeitos de proteção especial? A que condições foram submetidos? Quais posições ocuparam/ocupam? Como a experiência de abrigado se atualiza no presente?

As narrativas destes jovens são máquinas de expressão de subjetivações, de memórias, de corpos que passaram pela experiência da institucionalização, que estão no mundo produzindo/reproduzindo verdades.

A relação entre subjetividade e a experiência do viver num Abrigo remete-nos a análise do modo como estes jovens vivenciaram e deram sentido a esta experiência.

Para compor minha escrita, remeto-me a Guattari (1986, p. 33) que nos fala de subjetividade:

A subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre os dois extremos: uma relação de alienação e opressão na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como ele a recebe, ou uma relação de expressão e de criação na qual o indivíduo se reapropria dos componentes de subjetividade produzindo um processo que eu chamaria de “singularização”.

Pretendo analisar os processos de subjetivação que estão sendo engendrados nas narrativas/memórias destes jovens. Que subjetivações foram fabricadas e modeladas na sua passagem pelo abrigo? Como eles relacionaram-se com as regras do Abrigo, com os regimes de verdade, nesta passagem do Código de Menores para o Estatuto da Criança e do Adolescente?

O ato de compor as narrativas com estes jovens engendra muitos atravessamentos, desde o fato de reencontrá-los, da conversa inicial sobre a pesquisa, das combinações a serem feitas, das falas, dos sentidos, dos cheiros, das sensações, do olhar para rostos e corpos que já se modificaram.

No entanto o mais contundente argumento que justifica a fertilidade da aliança entre a história oral e os estudos da subjetividade nos termos propostos por Deleuze e Guattari é a presença imperativa do corpo, passíveis de serem identificadas, pelas suas múltiplas manifestações. Neste sentido, o corpo não é uma casca amorfa e apática a tudo que vai se passando na existência e que endossa de forma viscosa as mensagens elaboradas pela consciência. Na realidade, ele tem uma polivocidade potencial que é passível ou não de ser vazada dependendo do grau de fluidez e maleabilidade do território subjetivo que lhe serve como lar. As formas que o corpo encontra para se expressar, o tipo de resposta perante o interlocutor, as variações corporais em relação aos conteúdos narrados, a afinidade entre o ritmo do corpo e o da narrativa; todas estas informações/dados observáveis no documento de história oral passam a contribuir para a compreensão da problemática subjetiva em cheque naquela existência que está sendo interpretada. A polissemia de semióticas que o documento de história oral engendra (sem mencionar a narrativa verbal propriamente dita) – expressões faciais, gestos corporais, timbre e tonalidade da voz, velocidade da respiração, expressividade do olhar – são verdadeiras “jóias raras” que o historiador dispõe na sua busca de compreensão das manifestações humanas (PERELMUTTER, 2006, p. 3).

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE – O ENUNCIADO DA PROTEÇÃO E DA SEGURANÇA

Os estudos referentes às políticas públicas para a juventude no Brasil são unânimes em dizer que o Estatuto da Criança e do Adolescente foi conquista de vários grupos e entidades governamentais e não-governamentais, na luta histórica por uma vida digna para crianças e adolescentes, principalmente aqueles oriundos das classes populares.

Neste ano, o Estatuto completa 20 anos desde sua promulgação em 1990, e embora possamos dizer que já tivemos algumas conquistas, sabemos muito bem que ainda há muito a fazer, visto que as desigualdades sociais não acabam apenas com a promulgação de uma lei. Portanto, torna-se fundamental revermos um pouco da nossa história e das nossas práticas na busca da consolidação de direitos das crianças e adolescentes.

Examinemos quais eram os discursos que perpassavam nas práticas da Assistência no período anterior à promulgação do Estatuto.

Segundo Bulcão (2002, p. 68), no período de criação do Código de Menores (1927) a necessidade era de regular a circulação das crianças e adolescentes, especialmente aquelas que andavam perambulando sozinhas pelas ruas. O Estado tornou-se responsável legal pela tutela da criança órfã e abandonada. Naquele tempo, os discursos dos juristas e dos médicos oscilavam dependendo do que se queria atingir, pois ora as crianças e adolescentes eram vistos como desprotegidos, ora eram tratados como delinqüentes. Portanto, duas infâncias foram produzidas, uma que integrava os menores como vítimas da omissão e transgressão da família, que perambulavam pelas ruas, ou que eram abandonados, cometiam infrações e iam para os orfanatos, para as cadeias, e outra, que considerava os menores como as verdadeiras crianças, filhos de boas famílias, com boa estrutura econômica, que iam à escola, e, portanto não necessitavam de legislação especial. Neste contexto, o Juiz de Menores era aquele que decidia de forma arbitrária o destino da criança abandonada e pobre, retirando-a ou devolvendo-a aos pais, encaminhando sua internação, colocando-a sob a guarda de outra família, ou tomando outra decisão que achasse necessário.

O Código para Menores de 1927 teve alterações com a Lei nº 6697 de 1979, que institui o Novo Código de Menores. Este Novo Código substitui os termos usados anteriormente, menor abandonado e delinqüente pelo termo situação irregular. Ou seja, enquadra-se em situação irregular tanto os infratores como os menores abandonados.

Observemos os art. 1 e 2 do Código de Menores de 1979 (BULCÃO, 2002, p. 71).

Art. 1º- Este código dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores

I - até dezoito anos de idade, que se encontrem em situação irregular;

II - entre dezoito e vinte e um anos, nos casos expressos em lei.

Parágrafo único - As medidas de caráter preventivo aplicam-se a todo menor de dezoito anos, independente de sua situação.

Art. 2º - Para efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

I- privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;

b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III - em perigo moral, devido à:

a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;

b) exploração em atividade contrária aos bons costumes

IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável,

V - com desvio de conduta, em virtude de grande inadequação familiar ou comunitária;

VI - autor de infração penal.

Bulcão (2002) salienta que o art. 2º reforça a equação menor=criança+pobreza e reafirma as infâncias desiguais, sinalizando todas as possíveis situações irregulares que estes menores poderiam estar envolvidos. Este Código da Criança de 1979 estabelece novas estratégias de controle e regulamentação das crianças e adolescentes pobres, evidenciando uma preocupação com a gestão e a tutela dos chamados menores perigosos; com o que eles poderiam fazer em caso de estarem em situação irregular, desde a falta de sustento ao cometimento de um ato infracional.

Analisando as atribuições do Código de Menores de 1979, podemos considerar a partir dos artigos citados, que a criança e o adolescente em situação irregular eram vistos como perigosos e em perigo. A situação econômica da família e

sua inadequação moral determinavam a situação irregular dos jovens, tratados como necessitando de assistência, proteção e vigilância. Os menores passavam a ter uma patologia social, por não se adequarem aos padrões sociais estabelecidos. Estavam em desvio de conduta, ou por terem cometido um delito, serem maltratados pela família, ou por terem sido abandonados.

No ano da aprovação deste Código, o Brasil estava em plena ditadura militar (1964-1985) e sofria modificações econômicas relacionadas com o processo de industrialização que atingiu a todos. Os menores deveriam ser ordenados e aprender um ofício. A segurança nacional também passava pelo controle das crianças abandonadas e pobres. Era necessário implementar práticas repressivas que visavam controlar e vigiar os menores considerados anti-sociais, mas também era necessário preparar os menores para o mercado de trabalho. A FUNABEM-Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (LEI nº 4.513 de 1964) tinha como propósito ser a instituição dessa assistência, vigilância e proteção, e foi a responsável pela introdução da disciplina militar dentro dos internatos nos moldes da Doutrina da Segurança Nacional⁸, através das FEBEMs, órgãos executores estaduais desta política.

Nesta política de atendimento, o menor em situação irregular poderia ser encaminhado para o Juiz de Menores por qualquer pessoa ou pelos comissariados de menores, mas somente ao Juiz caberia a tomada de decisão acerca de sua situação irregular.

O Brasil em 1985 dá adeus ao período de ditadura e a constituição de 1988 institui princípios democráticos. O Código demonstrava que o modelo higienista e prisional dos institutos e casas de correção de menores não compartilhava com os ideais de um país democrático, nem com os apelos de órgãos internacionais a favor dos direitos da criança e do adolescente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente teve sua publicação em 1990, mas na década de 1980 já encontramos as primeiras ações destinadas aos adolescentes

⁸ O Estado Autoritário fundamentou-se ideologicamente na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, em termos de intervenção política e econômica no processo histórico brasileiro. Esta Doutrina embasou ideologicamente as atividades de informação e contra-informação no Brasil durante a ditadura militar. Foi, durante muito tempo, a principal base que justificou as atividades da Comunidade de Informações no Brasil. O alvo prioritário da Comunidade de Informações, assim, era o "Inimigo Interno", ou seja, elementos brasileiros ou estrangeiros que agiriam subversivamente, pondo em risco a Segurança Nacional. (Disponível em: <<http://www.acervoditadura.rs.gov.br/doutrina.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2010).

através de programas relacionados à área de saúde, especialmente na prevenção da DST/AIDS, drogadição, acidentes de trânsito e gravidez precoce. Nos anos 1990, a preocupação era em torno das mortes violentas de jovens envolvidos com narcotráfico⁹. Assim, o tema criminalidade tem percorrido permanentemente o debate sobre as políticas públicas para a juventude. (SPOSITO; CARRANO, 2003).

O período anterior à promulgação do Estatuto foi marcado por uma tensão entre aqueles que defendiam a nova lei e aqueles que queriam manter o Código de Menores de 1979, num contexto de imensa desigualdade social, que já apontava o discurso sobre a vulnerabilidade da juventude.

Todas as mudanças que ocorrem com o crescimento das indústrias, as transformações no trabalho, os investimentos na criação de escolas, a valorização da educação das crianças e as mudanças nas famílias vão acirrar a preocupação com a vigilância. É neste contexto que a prevenção toma força, pois a preocupação com a periculosidade determina um investimento na prevenção. Tratando a criança como futuro cidadão, ela torna-se prioridade nas intervenções dos médicos, educadores, moralistas e juristas.

Era um tempo de transição; a Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da Criança, em 1989, definiu como criança qualquer pessoa com menos de dezoito anos, preservando seus direitos à sobrevivência e seu pleno desenvolvimento.

No Brasil, esta convenção obteve apoio do governo federal, visto que o período era de reestruturação após regime de ditadura militar. O cumprimento dos artigos estabelecidos nesta Convenção exigia uma ação integrada entre o governo e a sociedade civil, na adequação destas políticas universais, bem como na criação de programas voltados às peculiaridades do nosso país.

Examinemos quais eram os discursos que perpassavam as práticas da Assistência neste período, para que possamos pensar posteriormente como eles se aderiram ao cotidiano dos jovens abrigados.

⁹ Ainda que exista há décadas, somente nos anos 90, com o neoliberalismo, o narcotráfico se desenvolveu e adquiriu peso e importância mundiais. A queda dos preços das matérias primas nos países pobres criou as condições para que partes importantes do campesinato da Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Brasil, etc. se dedicassem a produção de cocaína, da heroína e da maconha. O negócio inclui tráfico de drogas, vendas de armas, lavagem de dinheiro do narcotráfico, prostituição adulta e infantil, tráfico de órgãos humanos, suborno, extorsão, controle de área inteiras utilizando métodos violentos de terror com uma estrutura paramilitar. (Disponível em: <http://www.pampalivre.info/narcotrafico_maior_negocio_imperialista.htm>. Acesso em: 09 maio 2010).

Com o Estatuto (LEI nº 8069), inicia-se uma nova política de atendimento às crianças e adolescentes, que se tornam cidadãos de direitos, em especial condição de “pessoas em desenvolvimento”. A atenção deve ser integral à criança e ao adolescente, compreendendo os aspectos físico, mental, cultural e espiritual, sendo dever da família, do estado e da sociedade garantir todos os direitos das crianças e adolescentes, protegendo-os de qualquer forma de sofrimento e discriminação. (BRASIL, 2005).

O Estatuto estabelece como sendo não mais somente do Estado a responsabilidade pelas crianças e adolescentes. Doravante, a tutela da criança e do adolescente será também da sociedade civil, através das diversas instâncias criadas com a promulgação do ECA. São instituídos os Conselhos tutelares, Conselhos de Direitos, Fóruns em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Enfim, diversas instâncias que se comprometeram na luta pelos direitos das crianças e dos adolescentes.

Nos textos posteriores à aprovação do Estatuto, podemos verificar que havia uma grande expectativa quanto às conquistas que este poderia oportunizar para os jovens. Em Porto Alegre (RS), na 1ª Conferência Municipal para a Infância e a Adolescência realizada em outubro de 1994, firmou-se o Pacto pela Infância, que expressava todo o movimento nacional e internacional que estava ocorrendo em prol dos direitos das crianças e dos adolescentes, estabelecendo compromissos entre as autoridades e a população. Segundo este texto: “a responsabilidade não é do governo, ou ‘dos outros’. É de todos nós”.

Este Pacto constou de um plano de metas cujo objetivo era

[...] mobilizar todos os grupos sociais atuantes, públicos e privados, na busca de melhores condições de sobrevivência, proteção e desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, visando um compromisso coletivo dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, das entidades e organizações da sociedade civil. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. 1ª Conferência Municipal para a Infância e Adolescência).

O Pacto continha 30 compromissos, subdivididos em quatro grandes áreas de atuação: educação, saúde, família e proteção especial. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. 1ª Conferência Municipal para a Infância e Adolescência).

Neste contexto democrático, palavras como assistência, proteção e vigilância, apontadas no Código de Menores de 1979, são substituídas por sobrevivência, proteção e desenvolvimento, que mascaram uma infância ainda tratada ora necessitando de proteção, ora necessitando de vigilância.

No período desta Conferência o Brasil estava passando por um processo acelerado de abertura econômica¹⁰, era a presença do neoliberalismo¹¹ no cenário brasileiro, portanto era necessário restringir a ação do Estado frente às oportunidades do mercado internacional. Considerando tal questão, este pacto pode ser pensado como uma estratégia de afirmação de um estado mínimo. Em um país em desenvolvimento, com um discurso democrático, juntamente com o crescimento da população jovem, torna-se fundamental estabelecer pactos para garantir a segurança da sociedade e a sobrevivência de juventudes que engrossam estatísticas de trabalho informal, de desemprego, de evasão da escola e de violência.

Na 1ª Conferência para a Infância e Adolescência foi deliberado na área de abrigos entre outras coisas: realizar um maior investimento nos programas de abrigos no resgate dos vínculos familiar e comunitário; criação de alternativas ao abrigo transitório, para aqueles que não possuem vínculos familiares; criar casas de acolhida e abrigo para crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual; criar e ampliar centros de convivência, casas de abrigos, incluindo programas específicos para tratamento da drogadição.

Observemos que as deliberações propõem-se ao mesmo tempo resgatar os vínculos familiares e criar/ampliar abrigos, o que se torna de alguma forma contraditório. O Pacto propõe ações que pressupõem condições de possibilidades para constituição de práticas articuladas em rede e entre redes de instituições públicas, no contexto de pressões, das mais diversas ordens, para menos intervenção do Estado. A divisão de responsabilidades com a sociedade civil, as

¹⁰ No governo Collor, no início da década de 1990, os produtos importados passaram a invadir o mercado brasileiro, com a redução dos impostos de importação. O governo passou a incentivar os investimentos externos no Brasil mediante incentivos fiscais e privatização das empresas estatais. (Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/geografia/neoliberalismo-brasil.jhtm>>. Acesso em: 20 abr. 2010).

¹¹ Podemos definir o neoliberalismo como um conjunto de idéias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia. De acordo com esta doutrina, deve haver total liberdade de comércio (livre mercado), pois este princípio garantirá o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. (Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/geografia/neoliberalismo.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2010).

parcerias com instituições privadas e o incremento das organizações não governamentais, são estratégias para implantação das políticas na perspectiva de modulação do Estado providência em cenário neoliberal.

Na 2ª Conferência Municipal para a Infância e Adolescência, realizada em 1997, observamos que algumas das deliberações do Pacto pela Infância de Porto Alegre ainda estavam em prosseguimento, pois os dados estatísticos apresentavam ampliação no número de crianças e adolescentes vítimas dos conflitos e das desigualdades sociais, ocorrendo um ingresso precoce de jovens no mercado de trabalho, configurando uma situação de exploração; a situação de crianças e adolescentes como objeto de abuso e exploração sexual sem mudanças significativas; além da desagregação e empobrecimento das famílias, configurando-se uma situação de abandono, maus tratos e infração. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. 2ª Conferência Municipal para a Infância e Adolescência).

O 1º Relatório Nacional sobre Direitos Humanos no Brasil de 1999 apontou que houve nove rebeliões na FEBEM em 1997. Em setembro, a Brigada Militar assumiu o controle administrativo e operacional do Instituto Central de Menores (ICM), por determinação do governo estadual, com o objetivo de evitar as fugas e as rebeliões. A Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, contrária à decisão do governo, reúne-se para discutir propostas de melhorias no atendimento a adolescentes autores de ato infracional da FEBEM. (Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/nacionais>>. Acesso em: 14 mar. 2010).

Na ação de militarizar esta unidade da FEBEM, ou seja, de executar uma disciplina militar, a FEBEM aproxima-se mais de um sistema prisional, abstendo-se do “compromisso formalmente assumido de implementar o ECA”._(Disponível em: <www.rolim.com.br/relatorio_azul.htm/1997>. Acesso em: 12 mar. 2010, p.36).

Implementar o Estatuto significa por em prática o Estatuto, através de ações que envolvem o cotidiano institucional, por exemplo, nas relações entre os jovens e os funcionários. Quando uma instituição como a FEBEM opta por práticas militares, ela desconsidera os direitos dos jovens, vendo-os como perigosos que necessitam de vigilância.

Em 9 de março de 1998, três jovens internados no Instituto Central de Menores da FEBEM morreram vítimas de queimaduras. Os três adolescentes teriam brigado e colocado fogo em colchões que provocaram as queimaduras, segundo

informações da instituição. Conforme depoimentos prestados à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, os três adolescentes estariam sendo mantidos numa cela de 2x3 metros por duas semanas, depois de terem brigado com outros internos, e não foram socorridos a tempo pelos funcionários do Instituto quando o fogo começou. A morte dos três adolescentes provocou uma rebelião no Instituto na tarde daquele dia. A rebelião foi contida pela Brigada Militar, mas o confronto deixou cinco adolescentes e cinco policiais feridos. Segundo o presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, dois outros adolescentes haviam morrido queimados no Instituto em abril de 1996, quando estavam presos numa cela de isolamento e atearam fogo em colchões para chamar a atenção dos funcionários da instituição. (Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/nacionais/i_relatorio_nacional/riograndedosul.htm>. Acesso em: 14 mar. 2010).

As rebeliões que ocorreram na FEBEM neste período ganham visibilidade entre jogos de forças antagônicas com relação à implantação das propostas do ECA – movimentos que defendiam o reordenamento institucional, transformando, por exemplo, abrigos em casas lares, e movimentos que insistiam na permanência de práticas repressivas e de controle dos jovens, como as diversas intervenções militares para contenção dos motins.

O Estatuto da Criança e do Adolescente determina no art. 5º: Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Ainda em 1998, o Jornal Zero Hora (RS) realizou, na primeira semana do mês de junho, uma série de reportagens sobre a FEBEM, intitulada “Casa dos Horrores”. Os artigos referem mortes, torturas e doping de adolescentes que cumprem medida de internação no Instituto Central de Menores. Salientam que entre os anos de 1996 e 1998 o número de mortes triplicou, foram nove jovens com idades entre 14 e 18 anos, em comparação aos anos de 1991 e 1995, quando ocorreram três mortes. Apontam a ocorrência de 31 motins desde 1995 e concluem “a FEBEM não consegue cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente”. Há relatos de todos os envolvidos, desde familiares impactados com a perda de seus filhos, dos adolescentes internados, das críticas às direções e aos funcionários da unidade por

parte das autoridades do Juizado, do Ministério Público e da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, que compõem um forte apelo jornalístico para uma mudança na FEBEM. (ESPERANÇA, BRUM, TREZZI, 2009, p. 157-158).

A reportagem venceu o prêmio do Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Um mês depois da publicação, a cúpula da FEBEM foi substituída. Quatro servidores foram indiciados na Polícia Civil por três homicídios expostos por ZH. O indiciamento ocorreu por homicídio com dolo eventual- mesmo sem intenção, teriam permitido que as mortes ocorressem. O Ministério Público decidiu que faltavam provas, e o caso foi arquivado, sem julgamento. O maior objetivo da reportagem, porém, foi alcançado. Depois da publicação, a F e bem passou por uma reforma profunda. A quantidade de motins despencou. O estado de violência permanente sumiu do noticiário. (ESPERANÇA; BRUM; TREZZI, 2009, p. 159).

A reportagem acima exemplifica como os meios de comunicação, como tecnologias de poder aliam-se a outras instituições, com múltiplos interesses, capazes de criar e mudar fatos históricos. Sabe-se que vários conflitos continuam ocorrendo, as notícias veiculam tais episódios, porém estes aparecem hoje de forma naturalizada, até que outros interesses produzam maior intensidade na visibilidade de outros cenários de horrores na atenção às infâncias e juventudes em tempos do discurso de promoção da cidadania.

Em outubro de 1999, realizou-se em Porto Alegre (RS) a II Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujo objetivo era promover ampla mobilização social nas esferas municipais e estaduais para avaliar a implantação e das políticas relacionadas às crianças e adolescentes. Neste encontro foi aprovada para a área de proteção especial, a municipalização dos abrigos da FEBEM, exceto aqueles de atendimento aos portadores de necessidades especiais; e, na área de medidas sócio-educativas, a reordenação da FEBEM, segundo os preceitos do ECA. Estas resoluções foram saudadas por diversos órgãos de atendimento à criança e ao adolescente, pois viam nesta decisão governamental a possibilidade de proporcionar as condições adequadas para atingir os objetivos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A municipalização dos abrigos da FEBEM, ou seja, a transferência do atendimento de crianças e adolescentes à rede municipal, descentralizando o atendimento, estabelece o atendimento de cada jovem na sua comarca de origem, garantindo que o jovem permaneça próximo a sua família, não sendo afastado como

anteriormente, quando ao residirem no interior do Estado, muitos jovens acabavam sendo afastados de seus vínculos familiares vindo para Porto Alegre cumprir uma medida de internação.

No Rio Grande do Sul, os Juizados Regionais da Infância e da Juventude foram criados pela Lei Estadual nº 9.896/93, para exercerem privativamente a jurisdição da infância e juventude nos municípios-sede de cada Comarca, tendo competência ampliada em âmbito regional para determinadas matérias. Dentre elas, a execução das medidas privativas da liberdade. Passada mais de uma década, a municipalização do atendimento prevista pelo ECA continua sendo alvo de acirradas discussões. No âmbito do Poder Judiciário, há resistência de se abrir a porta da municipalização sob o pretexto de controle. No Poder Executivo, por sua vez, existe o temor da falta de recursos para desempenhar o novo papel de forma eficiente. Em termos gerais, enquanto os juizados e as instituições públicas prestadoras de atendimento não se atualizarem e sintonizarem nesse aspecto, dificilmente conseguirão assumir a estrutura organizacional necessária para uma atuação integrada em rede. (Disponível em: <http://jij.tj.rs.gov.br/jij_site/docs/PEMSE/HISTORICO+SYLVIA.HTM>. Acesso em: 20/04/2010).

Iniciou-se a partir de 1999 o processo de reordenamento jurídico e institucional dos locais de atendimento a crianças e adolescentes sob responsabilidade do Estado, que se firmou através da Lei nº 11.800 de 28 de maio de 2002 quando foram criadas duas Fundações: a FASE - Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do RS, e a FPERGS - Fundação de Proteção Especial do RS, responsável pela execução das medidas de proteção, ocasionando assim a extinção da FEBEM. (Disponível em: <<http://www.fpe.rs.gov.br>>. Acesso em: 18 jul. 2009).

A 3ª Conferência Municipal para a Infância e Adolescência de Porto Alegre ocorreu em 2001 e, desta vez, a grande preocupação era a de garantir que fosse discutido um plano do enfrentamento à violência sexual contra a Criança e o Adolescente. Este plano tinha como eixos estratégicos a análise da situação, a mobilização e articulação das ações, a defesa e a responsabilização, o atendimento à juventude, a prevenção e o protagonismo juvenil, garantindo a participação ativa da criança e do adolescente. (Plano Municipal de enfrentamento a violência sexual

contra a criança e o adolescente. (Disponível em: <<http://lproweb.procempa.com.br>>. Acesso em: 20/04/2010).

Este plano remete à necessidade de uma ação conjunta entre órgãos governamentais e não-governamentais para a elaboração de políticas públicas. Políticas que se referem à realização de pesquisas com o objetivo de revelar a situação da violência sexual, constituindo comissões que envolvam todas as instituições, divulgando informações, realizando denúncias, criando campanhas, realizando seminários, constituindo comissões permanentes, mobilizando a população acerca da problemática através da discussão e socialização de materiais informativos. Ou seja, suponho que foi traçado um plano de enfrentamento à violência, onde se criou uma série de mecanismos, atividades e ações, que tiveram seus objetivos mais concentrados em identificar os casos de violência e denunciá-los que identificar quais as causas da violência sexual praticada contra crianças.

No eixo prevenção, por exemplo, do referido plano, observamos que o objetivo era enfrentar os fatores de risco da violência doméstica, drogadição, sociedade consumista, exclusão econômica e social. E as metas eram: Assegurar a inclusão de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de vulnerabilidade nestes Programas; assegurar a inclusão de adolescentes em situação de vulnerabilidade social em oficinas de trabalho educativo; agilizar o fluxo das FICAIs (Ficha de Cadastro de Aluno Infreqüente); parcerizar com os Conselhos Tutelares para identificar e regressar as crianças e adolescentes fora da escola.

Logo, verificamos que neste plano as prevenções se restringem apenas às famílias pobres, evidenciando uma política que atribui a violência como fato que ocorra apenas nestas famílias. O discurso da vulnerabilidade direcionado também às famílias ganha visibilidade na série pobreza+risco+violência+evasão+criminalidade.

Podemos observar que, ao longo destas Conferências, mantém-se a preocupação de regular e administrar a população de crianças e adolescentes que estão em situação de abandono, exploração sexual ou envolvida em atos infracionais. Nestes primeiros anos de Estatuto, ocorreu um grande investimento na mudança e criação de locais de atendimento. O Estatuto chega a todos os municípios do Brasil, através de órgãos de atendimento às crianças e adolescentes, desde a Família, o Conselho Tutelar, a Escola, o Hospital, a Igreja e o Juizado.

Ocorre que, na execução desta nova política de atendimento, iremos encontrar alguns entraves. Evidencia-se uma relação tensa entre a luta por esta nova concepção de direitos da criança e do adolescente e aquela repetida forma de separar a criança e o adolescente, os filhos das elites dos filhos dos pobres. O jovem pobre é muito marcado por identificações com a delinquência, com a marginalidade e como uma ameaça à ordem social.

A V Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada em setembro de 2005, em Porto Alegre, já expressava as dificuldades na implantação do ECA. Veja a declaração do Presidente do CEDICA (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente) que salienta que as práticas de atendimento a crianças e adolescentes ainda oscilam entre a “situação irregular e a proteção integral”.

É surpreendente, no entanto, que, 15 anos depois da promulgação de uma das leis mais avançadas do planeta, ainda se observe um importante descolamento entre o que é por ela preconizado e as práticas adotadas. Persistem, no dia a dia, situações que variam entre a doutrina da situação irregular e a Doutrina da Proteção Integral, entre as violações e a efetiva garantia de direitos. (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. (Disponível em: <<http://portoalegre.rs.gov.br/cmdca/>>. Acesso em: 21 jan.2009).

A partir do resgate histórico do atendimento a crianças e adolescentes no Brasil, desde a chegada dos jesuítas até a promulgação do ECA, Cruz e Guareschi (2008) traçam alguns paralelos com as atuais políticas públicas questionando os programas destinados às crianças e aos adolescentes na reprodução daquilo que se destinam a erradicar. No atendimento a estes jovens, argumentam que algumas práticas pensadas como inclusão relembram tempos passados, quando o objetivo era “salvar almas” (no caso, quando se referem às crianças indígenas, no Brasil Colônia, separadas de seus pais e de suas tradições culturais, para garantir a assimilação da cultura e da religião católica). Assinalam que o Eca, embora questione as políticas sociais para a infância, ainda mantém “uma noção compensatória da infância”, relacionando esta afirmação a crianças e adolescentes pobres, ou seja, “eles são compreendidos como carentes em situação de risco. Constrói-se, assim, uma infância dita 'normal' em oposição a uma infância de risco -

o que se entrelaça com a noção de uma essência infantil, vista como natural e, portanto, fixa e imutável” (CRUZ; GUARESCHI, 2008, p. 42).

Podemos observar no ECA que a aplicação das medidas sócio-educativas para adolescentes infratores é de competência do Juizado da Infância e Juventude, o que caracteriza ainda uma divisão histórica entre as categorias menor e criança, perpetuando a idéia de que existem crianças que necessitam de proteção e outras de correção (CRUZ, 2008). O adolescente infrator também é diferenciado, há aqueles que pertencem a um grupo social específico, oriundo das favelas e aqueles de classe média/alta que são diferenciados tanto na medida sócio-educativa como no tratamento dado pela mídia (CRUZ, 2008).

Desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente observa-se a formulação e implantação de várias políticas de juventude, que ganharam visibilidade a partir de 2005 com a criação da Secretaria Nacional de Juventude e Conselho Nacional de Juventude. São programas de atendimento a jovens de 15 aos 29 anos, que promovem atividades de educação básica, qualificação profissional, oportunidades de estágios e primeiro emprego.

Podemos nos perguntar sobre a eficácia de mais leis, que por si só não garantem mudanças na atenção às Infâncias e Juventudes. São várias ações que marcam a visibilidade de uma parcela da população jovem, que o Estatuto da Criança e do Adolescente não dá conta. A implantação incipiente destas propostas para a juventude no conjunto dos Estados Brasileiros, assim como as dificuldades com relação à efetivação da garantia dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, são desafios para instâncias de governo, para os gestores, profissionais, sociedade civil e para instituições de formação.

Considerando os jovens que passam pela experiência de morarem num abrigo, sob a proteção do Estado, podemos observar que existe uma lacuna no campo das políticas públicas que possam atender as necessidades destes jovens. Permanecendo um longo período nos abrigos, possuem muitas dificuldades de adaptação fora dele. A maioria sai dos abrigos com baixa escolaridade, muitos não concluem nem o Ensino Fundamental, dificultando seu ingresso no mercado de trabalho. O fato de ficarem afastados de suas famílias, no período de abrigagem, torna seus vínculos muito frágeis ou inexistentes quando necessitam retornar à família.

Podemos pensar como as crianças e os adolescentes tornaram-se sujeitos de direitos, ou talvez pensemos, quais as forças que estão agindo no cenário das Políticas Públicas para a Juventude onde os discursos ora oscilam entre aqueles que se preocupam com este jovem e sua formação e ora, aqueles que por temerem o que a juventude possa produzir, tentam engendrar ações de controle social. Será que nossas práticas revelam mais uma forma de controle travestido de um discurso democrático?

As transformações sócio-econômicas, aliadas às jurídicas-políticas configuram-se como novas formas de organização e controle da sociedade. Michel Foucault (1996) nos ajuda a pensar sobre estes movimentos e oferece caminhos para entendermos como as relações de poder se estabelecem nas sociedades e como elas nos tornam sujeitos; sujeitos de uma sexualidade, sujeitos de direitos, sujeitos de uma verdade.

Imaginemos o crescimento das cidades, as necessidades que surgem, desde a abertura de ruas, o controle do comércio, as regiões de plantação, a circulação de pessoas, a organização do espaço urbano e tudo o que possa advir destes movimentos.

Foucault (2008) no curso “Segurança, território e população”, nos apresenta uma história, não linear, onde emerge um novo sujeito que vive nas cidades, que é mais um nas estatísticas populacionais. A segurança e a existência do Estado vão garantir a vida e o controle desses sujeitos, através de procedimentos, leis, requerimentos e investimentos na vida. Este conjunto de mecanismos que controlam a vida, Foucault vai chamar de Biopoder.

[...] o conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. (FOUCAULT, 2008, p. 3).

Foucault (2008) nos fala dos conjuntos de medidas legislativas, decretos e regulamentos que, com o crescimento das cidades e a necessidade de administrá-las permitem implantar os mecanismos de segurança e tecnologias de poder. Se anteriormente, na Idade Média e na época clássica, o código legal referia-se ao

roubo de forma simples, hoje temos, segundo Foucault, uma verdadeira inflação do código jurídico-legal para fazer o sistema de segurança funcionar.

Porque, afinal de contas, para de fato garantir essa segurança é preciso apelar, por exemplo, e é apenas um exemplo, para toda uma série de técnicas de vigilância, de vigilância de indivíduos, de diagnóstico do que eles são de classificação da sua estrutura mental, da sua patologia própria, etc. todo um conjunto disciplinar que viceja sob os mecanismos de segurança para fazê-lo funcionar. (FOUCAULT, 2008, p. 11).

Assim, o problema da cidade não é mais a segurança do príncipe e de seu território, mas a segurança da população, desse personagem que doravante será alvo de políticas de controle do governo.

A população estar assim na base tanto da riqueza como no poderio do Estado é algo que só pode ocorrer, claro, se ela é enquadrada por todo um aparato regulamentar que vai impedir a emigração, atrair imigrantes, beneficiar a natalidade, um aparato regulamentar que também vai definir quais são as produções úteis e exportáveis, que vai estabelecer também os objetos a serem produzidos, os meios de produzi-los, os salários também, que vai proibir o ócio e a vagabundagem (FOUCAULT, 2008, p. 90).

Como se configura o governo das cidades? Como governar a população? São questões que se atualizam na contemporaneidade.

O conceito de governamentalidade descrito por Foucault é uma importante ferramenta para entendermos o movimento que começa a delinear-se a partir do feudalismo, onde a soberania que anteriormente centrava-se nas ações sobre o território passa a ocupar-se da população.

Foucault estabelece a noção de governamentalidade:

[...] o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por 'governamentalidade' entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar 'governo' sobre os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por governamentalidade', creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco 'governamentalizado' (FOUCAULT, 2008, p. 143).

A partir desta noção de governamentalidade, o autor salienta que o importante na modernidade não é a estatização da sociedade, mas a governamentalização do Estado. Essa governamentalização do Estado é que permitiu ao Estado sobreviver e constituir-se como uma racionalidade que vai operar tanto nas instituições e através destas, quanto sobre as condutas das pessoas.

Foucault (2008, p. 156) propõe que façamos um tríplice deslocamento, ou seja, um movimento para o exterior. Passemos para o exterior da instituição, descentrando-se em relação à problemática deste local. Pensemos de que maneira a instituição abrigo, pode ser compreendida a partir de algo exterior e geral, que é o da conduta destes jovens, onde a prática de conduzi-los se articula a um projeto absolutamente global, que visa toda a sociedade, que é o governo dos homens. Como os jovens são conduzidos para/na a instituição?

Na década de 90, existiam duas possibilidades de uma criança ou adolescente ser encaminhado para um abrigo, através do Conselho Tutelar¹² ou pelo Juizado da Infância e Juventude. Pelo Conselho Tutelar, o jovem era acompanhado pelo Conselheiro Tutelar para o abrigo, com uma guia de recolhimento¹³.

No caso do encaminhamento ser pelo Juizado, o jovem era acompanhado pelo oficial de proteção, com uma guia de abrigagem. Tanto no ingresso pelo Conselho Tutelar como pelo Juizado da Infância e Juventude, o guardião do abrigo (Diretor) deveria encaminhar, logo após o ingresso, uma informação para o Juizado, indicando o local da abrigagem e as providências a serem tomadas em relação ao abrigado.

Crianças e adolescentes por estarem perambulando pelas ruas chamam atenção dos transeuntes, pelo jeito de vestirem-se, por pedirem comida, ou por estarem dormindo na frente de algum prédio residencial ou comercial. Este fato, já se torna motivo para alguém da comunidade telefonar para o Conselho Tutelar, e

¹² Atualmente, pela Lei nº 12.010, o Conselho Tutelar para realizar o abrigamento, necessita passar pelo Juizado da Infância e Juventude para após realizar o abrigamento. Somente em regiões que não tenha Juiz de Plantão, especialmente nos finais de semana, o Conselheiro poderá realizar o abrigo, informando posteriormente ao Juizado.

¹³ Este era o nome do documento de encaminhamento do jovem para o abrigo, ainda referindo-se a uma terminologia do Código de Menores. Tanto “guia de recolhimento”, como “guia de abrigamento” foram retirados e incluiu-se a guia de acolhimento. O termo guia de Acolhimento foi incluído devendo contar neste documento os seguintes itens: I - sua identificação e a qualificação completa de seus pais ou de seu responsável, se conhecidos; II - o endereço de residência dos pais ou do responsável, com pontos de referência; III - os nomes de parentes ou de terceiros interessados em tê-los sob sua guarda; IV - os motivos da retirada ou da não reintegração ao convívio familiar. (Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 20 maio 2010).

solicitar providências. Caso, o fato tenha ocorrido, nas proximidades deste Conselho, um conselheiro será destacado para averiguar a situação, senão o “caso” será encaminhado para o Conselho mais próximo daquela região. A tarefa do Conselheiro é prestar ajuda à criança e se possível levá-la para sua casa, reafirmando os cuidados que a família deverá ter com ela. Para o Conselho Tutelar, como para o Juizado, o encaminhamento para um abrigo somente deverá ser feito caso a criança e o adolescente não tiver condições de permanecer junto a seus familiares. Condições, conforme preconiza o ECA, que não se reduzem apenas à precariedade econômica.

Podemos compreender o encaminhamento de crianças e adolescentes para um abrigo, como uma forma de garantir sua segurança, mas também podemos entendê-lo como uma forma de garantir a segurança da sociedade. Esta prática de conduzi-los, não se restringe apenas ao encaminhamento em si para o Abrigo, mas uma gestão das formas de permanência e circulação no abrigo. Por exemplo, a estratégia de convencimento para fazê-los permanecer no abrigo, sob o argumento de que este será um local bom, onde será acolhido e atendido, devendo seguir as regras do abrigo, para que isso aconteça.

Seria este o primeiro princípio metodológico que podemos considerar em uma análise: passar por fora da instituição para substituí-la pelo ponto de vista global da tecnologia de poder. (FOUCAULT, 2008, p.157). No contexto da experiência aqui considerada, a criança era encaminhada como objeto de proteção, constituindo-se, ao mesmo tempo, em um “caso” para a Assistência, para a Saúde, para os especialistas do abrigo, para a segurança pública. Para além das práticas no abrigo em questão, é preciso examinar os processos de institucionalização das crianças e jovens abrigados.

A segunda passagem para o exterior se dá em relação à função. Podemos fazer uma análise dos abrigos a partir das funções esperadas, das funções definidas no ECA. Observe o art. 92 (BRASIL, 2005), nas duas redações, uma realizada em 1990 e as alterações feitas pela Lei nº 12.010, de 2009 com referência às instituições de acolhimento de crianças e adolescentes:

(1990) Art.92. As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:

I - preservação dos vínculos familiares;

II- integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;

(2009)Art. 92. As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios:

I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;

II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;

III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;

IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V - não desmembramento de grupos de irmãos;

VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII - participação na vida da comunidade local;

VIII - preparação gradativa para o desligamento;

IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Como nos sugere Foucault (2008), passar para o exterior significa ressituar a instituição abrigo numa economia geral de poder, significa não se restringir apenas às evidências, no caso, se o Estatuto cumpre ou não seus objetivos. Analisemos então as funções desta política. Ao lermos os itens deste artigo, nas duas redações, de 1990 e 2009, percebemos que existe uma intenção da instituição em controlar a vida destas crianças administrando os vínculos com suas famílias. Embora possamos registrar no contexto do ECA um discurso direcionado também à proteção da família, no que diz respeito ao acolhimento institucional, esta é enunciada como inadequada, não tendo condições morais de atender seus filhos, logo, a criança e o adolescente devem ser protegidos da própria família. Ao mesmo tempo, a sociedade deve se proteger deste jovem que por estar sem família, está sem controle, tornando-se potencialmente um “risco” para a segurança da sociedade.

Podemos supor, portanto, juntamente com o art.92, inciso IX, que para garantir a proteção destes jovens das mazelas de sua família, estes terão que passar por um processo educativo, que afirmará sua livre circulação pela cidade, agora não mais como crianças sem família, mas como cidadãos participativos, solidários e trabalhadores.

A criança ou adolescente cumprindo medida de abrigo, torna-se responsabilidade do abrigo/Estado, mesmo que sua permanência seja temporária. Sendo assim, pressupõe que toda e qualquer interferência de sua família, deva ser anteriormente discutida e avaliada pelo abrigo.

Rizzini (1984) realizou uma pesquisa em uma instituição que atendia filhos de empregadas domésticas, na zona sul do Rio de Janeiro e averiguou que a educação

oferecida por estas mães era vista com desprezo e desqualificada, não sendo reconhecidas como pessoas capazes de educar seus filhos. Justificando assim, a orientação recebida pela instituição.

As definições do ECA quanto à concepção de infância e adolescência, como sujeitos de direitos, estes tidos como inerentes à pessoa humana, universais, vistos, inicialmente como afirmadores da vida, desconsideram outras formas de ver e viver a infância, assim como outros modos de sociabilidade (CRUZ, 2008). Refiro-me aos estudos de Fonseca (1999) que criticam o modo como os profissionais brasileiros tratam os grupos populares no Brasil, não examinando, por exemplo, as redes de ajuda mútua entre familiares, amigos e vizinhos na chamada circulação de crianças. Fonseca (1999) observou nos seus estudos com famílias em Porto Alegre, que muitas crianças na ausência de suas mães iam morar com outros familiares, com amigos, ou com vizinhos. Portanto, estas características da família brasileira, no que concerne à família substituta, deveriam ser contempladas no ECA, mas o que observamos é uma lei que desconsidera esta prática, além de valorizar o modelo de uma adoção plena.

A terceira passagem ao exterior é em relação ao objeto. Trata-se de apreender o movimento pelo qual este objeto se constituiu, pois ora são compreendidos como menores, abandonados, delinquentes, doentes, ora são crianças, adolescentes, sujeitos de direitos e deveres. Ou seja, discutir a temática da juventude “implica problematizar a naturalização da criança e do adolescente pobres como alvo de práticas e discursos caritativos e filantrópicos, que esvaziam a condição histórico-política que os atravessa e os constitui como tal (NASCIMENTO, 2002, p. 22). Logo, podemos considerar que nas práticas de proteção em abrigos, crianças e adolescentes movem-se nesse território menores/delinquentes/crianças/adolescentes. A tentativa de romper estas dicotomias, preconizadas no ECA, afirmou-se na criação de dois locais de atendimento no RGS, a FASE-Fundação de Atendimento Sócio Educativo e a FPE – Fundação de Proteção Especial¹⁴.

¹⁴ Através do Decreto nº 39844, de 30 de novembro de 1999, institui-se um grupo de trabalho responsável pela formulação de propostas para a política de atendimento ao adolescente em conflito com a lei e o reordenamento institucional da FEBEM. Neste reordenamento institucional é proposta a criação de um novo organismo no sistema de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, onde ocorre a separação das áreas de atendimento sócio-educativo e de proteção especial. Através da Lei nº 11.800/02 criou-se duas Fundações: a FASE - Fundação de Atendimento Sócio- Educativa do RS, responsável pela execução, das medidas sócio-educativas e a FPERGS – Fundação de Proteção Especial do RS, responsável pela execução das medidas de proteção-abrigo, voltadas a crianças e adolescentes vítimas de abandono, violência física e psicológica, maus-tratos ou em situação de risco social ou pessoal. Estas Fundações estão hoje vinculadas à Secretaria de Justiça e Ação Social (ex-Secretaria do Trabalho Cidadania e Assistência Social).

Instituições que continuamente se cruzam, visto que os adolescentes da FPE no caso de cometerem alguma infração poderão cumprir uma medida sócio-educativa na FASE, e no término da medida poderão voltar para a FPE. Embora o ECA tenha alterado o vocábulo menor para criança e adolescente e tenha ocorrido a extinção da FEBEM, o trabalho destas duas instituições, por vezes, se aproxima, por tratarem ainda de crianças e adolescentes ora vistos como cidadãos de direitos, ora vistos como delinqüentes.

Situando a instituição abrigo como fazendo parte da governamentalidade, poderemos analisar as relações de poder que se inserem na prática de conduzir crianças e adolescentes pobres para estes locais, com procedimentos, argumentos, estudos, avaliações, táticas, um saber que funciona como tecnologia de poder, como biopoder. Visto que esta prática se fortalece não somente vinculando-se, como inicialmente à Igreja, à justiça e à medicina, mas também a outras disciplinas, como a psiquiatria, a psicologia e a pedagogia.

Como em determinado período respondemos a problemática das crianças pobres e abandonadas com um sistema de correção prisional, e, em outro período, oferecemos a esta população atenção integral, direitos iguais e liberdade de ir e vir? Que sujeito está sendo produzido nestas relações de poder? Que sujeito é este que até seus 18 anos, tem direitos assegurados por lei, sem que a maioria das instituições consiga cumprir a lei. Considerando ainda que após seus 18 anos tornar-se-á responsável pelos seus atos e por sua vida, que estratégias de poder estão sendo gravadas nestes corpos, além da submissão e da desvalia?

Suponho que é um mecanismo de poder que funciona através da memória. Após os 18 anos, não independente ainda, o jovem continuará necessitando do Estado/instituição, só que agora numa outra posição, o Estado/instituição já não terá obrigação legal com ele, mas terá firmado essa experiência na sua vida, como uma memória. Uma memória a ser lembrada como modo de ser, como um treinamento da conduta, como governar-se, uma memória que se compõe com o presente.

Foucault compreende as relações de poder como uma multiplicidade de correlações de forças, que se manifestam de diversas maneiras e são fundamentais para a manutenção das instituições. Segundo Foucault, não há discurso teórico ou análise que não seja percorrida de uma maneira ou outra, por um discurso de poder, por um campo de forças.

O poder está em toda parte, não porque engloba tudo e sim porque provém de todos os lugares [...]. O poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada." (FOUCAULT, 1988, p. 89).

Analisar as relações de poder implica buscarmos por onde, como e por quem passa o poder, quais os procedimentos e quais seus efeitos.

Oliveira (2001, p. 65) no seu livro "Sobrevivendo no inferno", relata sua experiência na FEBEM-RS, quando esteve na presidência desta instituição, entre 1999 e 2000. É um relato emocionado, onde ela manifesta sua indignação com as coisas que vivenciou:

Dito de uma maneira mais direta e, por que não, indignada: quantos delitos mais, quantas vidas, quanto tempo serão precisos para serem escutadas as demandas desta peculiar onda jovem brasileira? Ou, como nos indagam os próprios jovens infratores: 'será que aqui, pobre que não canta ou joga futebol, não terá nunca um lugar ao sol?' (OLIVEIRA, 2001, p. 65).

Oliveira ainda questiona:

Em que medida a criança e o adolescente podem ainda ser consideradas 'prioridades absolutas' como afirma o Estatuto da Criança e do Adolescente? Que alternativas oferecemos a esses jovens enquanto passaporte ao reconhecimento ao invés do delito?

Temos na contemporaneidade a prática da abrigagem como forma de solucionar os problemas de abandono, violência, drogadição e miséria de crianças e adolescentes. Quando manifestam comportamentos considerados fora do normal tornam-se casos clínicos. O abrigo tornou-se naturalizado, as crianças culpabilizadas e o abrigo será o local de correção dessas virtualidades.

4 O ABRIGO- LOCAL DO DISCURSO¹⁵

A FEBEM – Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Lei nº 5747) no Rio Grande do Sul foi criada em 1969 e executou, em âmbito estadual, a política nacional do bem-estar do menor, ditada pela FUNABEM (Fundação nacional do Bem-Estar do Menor), até o advento do ECA. Inicialmente atendia crianças e adolescentes tidos como abandonados e infratores nos mesmos locais. Com o passar do tempo, a FEBEM dividiu os “menores” por gênero e por idade, separando os abandonados, daqueles com desvio de conduta ou doentes. Naquele período a política de atendimento adotada pela FEBEM era a do Código de Menores.

O abrigo considerado nesta pesquisa era uma unidade da Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM), integrando a rede de assistência a crianças e adolescentes, operando em regime aberto.

A casa, com nome de abrigo, datava de meados do século XX. Era uma edificação sólida e extensa, lembrando a arquitetura de um panóptico, numa área física de 76,8 hectares. No centro, um amplo pátio ao redor do prédio, com janelas por todos os lados. Conta a história que antigamente, funcionava como um internato, uma escola agrícola do Estado que atendia filhos de colonos vindo do interior do Rio Grande do Sul. Quando a FEBEM estabeleceu-se naquele local, recebeu toda a infra-estrutura existente, tanto do prédio como do mobiliário, para dar prosseguimento ao trabalho que era realizado na criação de gado leiteiro e de corte, suínos e aves, além da lavoura. (Dados do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Centro de Referência e Documentação da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<http://www.forumdca-poa.org.br/index.html>>. Acesso em: 21 out. 2009).

Para chegar lá, era necessário subir um morro de cerca de 2 km de extensão, como não havia transporte público, as pessoas subiam a pé ou de carro. Não havia água potável. A água vinha de um açude, através de uma bomba que enchia a caixa d'água. Mesmo a água sendo fervida para a preparação das refeições, os meninos continuamente apresentavam verminoses.

¹⁵ Os dados aqui descritos estão organizados a partir das memórias da pesquisadora sobre experiências do período em que trabalhou na instituição.

A FEBEM iniciou suas atividades naquele local em 1979, tendo em seus registros uma capacidade de atender 120 jovens, com faixa etária de 13 a 18 anos. Havia alguns casos de meninos que ingressavam com idade inferior aos 13 anos e permaneciam após os 18 anos.

Consta que atendiam também alguns jovens da comunidade, que chamavam de semi-abrigados, ou seja, passavam o dia no abrigo e no final da tarde retornavam para suas casas. A maioria dos jovens eram oriundos de Porto Alegre, os demais eram de cidades próximas da capital. Os meninos abrigados também eram chamados de alunos, de menores ou maiores. O abrigo era também chamado de instituto, lembrando os institutos de menores ou “casa aberta”, pois os jovens tinham livre circulação pelo pátio e arredores do abrigo.

O abrigo atendia adolescentes do sexo masculino, procedentes do Juizado da Infância e Juventude, do Ministério Público, de Conselhos Tutelares e de transferências de outros abrigos da Fundação; jovens que se encontravam em situações irregulares, em abandono, em situação de orfandade, na suspensão de pátrio poder, situação de risco, e expostos a esta, vítimas de maus-tratos. (Dados do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-Centro de Referência e Documentação da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<http://www.forumdca-poa.org.br/index.html>>. Acesso em: 21 out. 2009).

Quando o adolescente chegava ao abrigo, era recebido pelo chefe dos monitores, que avaliava as guias de recolhimento (ingresso pelo Conselho Tutelar) e abrigagem (ingresso pelo Juizado da Infância e Juventude), se os dados fornecidos, quanto à idade e motivo de ingresso, estavam corretos e se constava a assinatura do responsável por aquele encaminhamento, principalmente quando era do Conselho Tutelar. O conselheiro ou o oficial de proteção sempre conversavam sobre a situação do menino com o chefe de equipe e às vezes, solicitavam uma conversa com alguém da equipe técnica. Esta averiguação era necessária para evitar que os meninos entrassem sem a assinatura do responsável, ou que tivessem algum problema de saúde, ou que não tivessem a idade estabelecida para atendimento no abrigo. Acontecia, por exemplo, de não ser legível a assinatura do responsável, o que dificultava o trabalho da equipe técnica, quanto ao resgate da história do menino. Por vezes, o adolescente por estar vindo do cumprimento de uma medida de internação, chegava no abrigo algemado, o que era motivo de solicitação da

equipe junto ao Juizado para que isso não ocorresse. Aquele que ingressava pela primeira vez, era chamado de “novo”.

Como novato, era alvo de desconfiança por parte da equipe, a orientação era tratá-lo bem, mas sempre com certo cuidado, pois não sabíamos o que ele havia feito para estar ali. As informações sobre suas histórias eram consideradas sigilosas, somente a equipe técnica tinha acesso a elas, mas sempre acabávamos sabendo de alguma informação, através das guias de recolhimento, pelos meninos que contavam, ou pelos técnicos que informavam aos funcionários para que pudessem entender melhor os meninos, para terem melhor manejo com eles.

Havia dois dormitórios, um para os pequenos (de 12 a 14 anos), e outro para os meninos grandes (de 15 a 18 anos), com muitas camas, todas arrumadas da mesma forma. Os dormitórios eram abertos à noite e logo pela manhã, após a limpeza, eram fechados. Às vezes, no caso de alguma doença, o jovem poderia permanecer no dormitório.

Os critérios de definição de dormitórios eram os seguintes: por idade, tamanho e no caso se o menino tivesse algum transtorno mental, na maioria das vezes ficava no quarto dos pequenos. Esta divisão de dormitórios também ocorria por haver uma preocupação com o assédio sexual dos meninos grandes em relação aos pequenos. Além disso, existiam as brigas entre eles, que deveriam ser evitadas.

Em 1992, já existia uma preocupação com as constantes fugas/evasões dos meninos, assim criou-se a Recepção, local próximo ao dormitório dos pequenos, aonde todo o jovem que chegasse ao abrigo, deveria ficar por um período de 15 dias, até ser reavaliado pela equipe técnica para ver qual dormitório iria ficar.

A Recepção era um dormitório diferenciado, com 12 camas, armários individuais, mas ainda fechados com cadeados, e uma pequena sala com jogos e materiais de pintura e desenho. Um funcionário os acompanhava o tempo todo, dando-lhes atenção a fim de prepará-los e adaptá-los ao abrigo, para que não evadissem. Os cuidados e a atenção recebidos faziam com que a maioria deles quisesse permanecer na Recepção, o que despertava nos demais a mesma vontade. Por outro lado, alguns permaneciam somente o período da Recepção e logo evadiam. Quando o adolescente evadia do abrigo, existia uma preocupação imediata em registrar em qual plantão havia ocorrido a fuga, a fim de responsabilizar a equipe, e especialmente, o monitor pelo ocorrido. A equipe das assistentes sociais

é que informava ao Juizado a evasão do adolescente, ficando este muitas vezes em situação de busca e apreensão.¹⁶

O trabalho da monitoria dividia-se nos três turnos. O plantão da manhã e da tarde trabalhava 6 horas e o turno da noite 12 horas, estes em noites alternadas. Os monitores, auxiliares de enfermagem e cozinheiras trabalhavam em escalas nos feriados e nos finais de semana, ou no sábado ou no domingo.

O monitor deveria cuidar de todos os meninos, de preferência sempre presente em todos os lugares do abrigo, na orientação para a disciplina e cumprimento das atividades de limpeza e organização, no fornecimento de alimentos, roupas, material de higiene, no banho, nos dormitórios, na sala de televisão e nas atividades de recreação. O chefe de equipe é que deliberava onde o monitor deveria ficar.

O monitor, durante um período, também foi responsável por um grupo de alunos, que se reunia às sextas-feiras no chamado Grupo Operativo (embora possa referir-se ao grupo operativo de Pichón-Riviére, esta atividade era realizada pelos monitores, que posteriormente trocavam orientações e informações com os técnicos). Nesta reunião com os meninos, o monitor falava das ocorrências disciplinares da semana, conversava sobre o estar no abrigo, quem estava impedido ou não de sair no final de semana e a necessidade de cumprirem as regras e serem educados. Tratava também de questões que eram solicitadas por eles, como por exemplo: calçados, roupas, cadeados para colocarem nos seus armários no Grupo, melhoria na comida, ou no caso de queixas dos meninos em relação aos funcionários, pediam providências.

O local onde guardavam seus pertences, também era chamado de Grupo. Não havia armários nos quartos, devido aos furtos, conforme justificativa da equipe. O Grupo era um local com armários grandes, subdivididos em vários quadrados, alguns com portas, outros sem portas. Em cada porta tinha o nome de um menino. Ali eles guardavam suas roupas, material de higiene, calçados, brinquedos, papéis, objetos que ao longo de sua permanência no abrigo iam juntando, tais como: figurinhas de desenhos animados, garrafas, tampinhas, bolinhas de gude e gibis.

¹⁶ Busca e apreensão é a diligência judicial ou policial que tem por finalidade procurar pessoa ou coisa que se deseja encontrar, para apresentá-la à autoridade que a determinou.

Em horários determinados, o grupo era aberto, os meninos faziam fila, e um funcionário alcançava-lhes o que solicitassem. Ali também era um local de troca, venda e empréstimo de roupas, calçados e outros objetos entre os meninos.

Na Rouparia, outro local do abrigo, roupas eram distribuídas para aqueles recém chegados da rua, ou para aqueles que não conseguiam conservar suas roupas. Alguns urinavam na cama e outros as utilizavam para limparem-se após irem ao banheiro. A Lavanderia era utilizada especialmente para lavar estas roupas de uso geral, como eram chamadas. Os meninos eram incentivados a lavarem suas próprias roupas.

Em reuniões de equipe, muitas vezes, uma das pautas eram as roupas. Nossas soluções sempre se reduziam ao “maior controle das roupas”, mas esse “maior controle das roupas” nunca acontecia. Mesmo porque as roupas, assim como vales-transportes eram moedas de troca entre os adolescentes.

A cozinha e o refeitório eram imensos. No banheiro, os vasos sanitários eram no chão e eram lavados com vassouras e mangueiras.

Todas as atividades do abrigo ocorriam em horários estabelecidos, sendo que o som de um alarme anunciava o início de cada nova atividade. O horário dos meninos acordarem era às 6h30min e somente nos finais de semana poderiam levantar às 10h. Após levantarem, aguardavam a passagem de plantão no pátio ou na sala de televisão, onde acabavam deitando no chão para continuarem dormindo. Às 8h, faziam fila de formatura para a entrada no refeitório para o café da manhã. Sempre antes de todas as refeições, os meninos faziam esta formatura, que se constituía na organização em filas do menor para o maior. O chefe da equipe de monitores liderava a formatura, anunciando as palavras “atenção, em forma, sentido, descansar” e todos deveriam estar eretos e em silêncio para poderem entrar no refeitório, quando novamente eram distribuídos nas mesas conforme a sua estatura. No café da manhã eram distribuídos dois pãezinhos para cada um, um com margarina e outro sem, e uma xícara grande de leite com chocolate ou café de cevada. Depois, alguns iam para a escola e outros para as atividades de limpeza e organização do abrigo, da horta e do tambo de leite. À tarde, também ocorriam as mesmas atividades, acrescentando-se aí o lanche da tarde e o jantar, servido às 17h. No plantão da noite, as atividades concentravam-se no banho, sala de televisão, partidas de futebol no pátio e lanche.

Aqueles que haviam faltado à aula ou não cumpriam suas escalas de limpeza ficavam em filas separadas, sendo atendidos por último, como forma de punição. A comida era servida em bandejas de alumínio (como aquelas usadas em restaurantes universitários), recebiam garfo e colher que eram contados no final de cada refeição e não podiam utilizar facas. A maioria deles comia com colher. Somente em 1999, com a mudança de local do abrigo, os meninos começaram a servirem-se sozinhos, utilizando pratos e facas sem ponta, recolhidas e contadas a cada refeição.

Durante o dia, os meninos maiores iam trabalhar na sede da FEBEM, ajudando no carregamento de rancho para outros abrigos, ou na limpeza, faziam cursos de rebobinagem de motores, tipografia, *office boy*, ou paisagismo, realizados na própria instituição ou em outros locais da comunidade. Havia ainda aqueles que faziam estágios na empresa de transporte Sudeste ou no Palácio da Polícia. A baixa escolaridade sempre impediu que muitos tivessem oportunidades de trabalho e estágios.

No abrigo, depois das atividades feitas, principalmente as de limpeza, os meninos podiam brincar no pátio ou na área de mato existente ao redor, jogar futebol, ver televisão. Às sextas-feiras, como era dia de jogo de futebol entre os funcionários e os meninos, a rotina era alterada, tudo acontecia mais cedo para a realização da partida. Eles poderiam entrar suados e com os pés sujos no refeitório, era um momento de integração e de diversão. Nos finais de semana, ficavam somente aqueles que não tinham para onde ir, ou que estavam impedidos de sair por não cumprirem as normas da instituição. O almoço de domingo era aguardado com ansiedade, o cardápio era sempre o mesmo, frango assado, arroz e salada de maionese. Raramente havia festas de aniversário, estes nunca eram comemorados no dia, sempre era no final do mês, do semestre ou do ano. Dizia-se, “vamos comemorar todos juntos”. Outras comemorações ocorriam apenas nas principais datas do calendário, Dia da Criança, Páscoa, Festa Junina, Natal e Ano Novo.

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as atividades agrícolas foram reduzidas, não sendo mais consideradas adequadas para crianças e adolescentes, tanto que os animais do tambo foram retirados do local e as culturas abandonadas. Ao mesmo tempo, os jovens que ali chegavam, cada vez mais tinham traços do meio urbano e não se interessavam pelo trabalho rural.

Três funcionários especializados nas atividades agrícolas e suas famílias, que residiam próximo ao abrigo, foram encaminhados para outras unidades da FEBEM e suas casas foram utilizadas para o projeto Casa-Lar. Estas casas, nos arredores do abrigo, foram as primeiras tentativas de implantação de uma organização conforme os pressupostos do ECA, embora ainda seguissem as normas e rotinas do abrigo. Cada casa recebia 12 jovens, previamente selecionados, ou seja, os que tinham bom comportamento, que lavavam suas roupas, estudavam, trabalhavam ou que faziam estágio.

A cada troca de plantão, todos os acontecimentos eram registrados pelo chefe da equipe de monitores no Livro de Ocorrências. Constava neste livro o número da população, o registro de ingresso ou evasão do abrigo, alguma alteração que estivesse ocorrido na escola, alimentação, limpeza do abrigo, medicação e atividades de lazer, as quais se limitavam à televisão, um jogo de futebol ou de taco. O item mais observado nos registros era relacionado à disciplina. Ali eram registrados os nomes e as ocorrências disciplinares dos jovens que se envolvessem em brigas, uso de drogas, que não quisessem tomar medicação, estivessem faltando às aulas ou que não tivessem cumprido a escala de limpeza. No final do registro das ocorrências disciplinares, sempre havia o que os monitores reconheciam como solução da ocorrência disciplinar. Na maioria das vezes, aqueles considerados indisciplinados, faziam uma limpeza, ficavam sem ver televisão, não tinham autorização para sair ou almoçavam/jantavam por último.

No abrigo não era permitido brigar, fumar, roubar, agredir funcionários, transportar ou usar drogas, portar armas ou materiais cortantes. Todos deveriam cumprir os horários estabelecidos para acordar, fazer as refeições, realizar as atividades de limpeza e organização do abrigo, ir à escola, tomar banho e dormir. Eram registrados na Delegacia casos de brigas com agressões e lesões corporais, porte de droga ou roubos considerados expressivos (vale-transporte, arrombamento de armários, bolsa ou carteira de funcionários). A delegacia de polícia especializada, na época era a Dipame, Divisão para o Menor. O órgão levou esta denominação até 1994, quando começou a ser chamado de DPCA - Divisão para Crianças e Adolescentes. Em 1997, muda para DECA - Delegacia de Polícia para Crianças e Adolescentes.

Para a realização destes registros o jovem era acompanhado pelo monitor até a Delegacia. Após, feito este procedimento, na maioria das vezes retornava ao

abrigo, somente em casos de agressões que iam até ao IML - Instituto Médico Legal, para realizarem o exame de lesões corporais.

Estes registros de ocorrências eram anexados aos pareceres técnicos encaminhados para o Juizado, que seriam avaliados, se necessário, para alterar a medida de abrigagem. Ou seja, o encaminhamento do jovem para outro abrigo, ou para o cumprimento de uma medida sócio-educativa¹⁷. A indisciplina do jovem ocorrida durante a semana o impedia de sair nos sábados e domingos, seja para casa de familiares ou de amigos.

Nas sextas-feiras, saía a lista dos impedidos. Era um momento fatal. Alguns aceitavam, outros brigavam, batiam boca e acabavam por sair assim mesmo. Sabiam que não havia como impedi-los, que estavam em um abrigo aberto e poderiam retornar no domingo ou na segunda-feira seguinte, através do Conselho Tutelar ou do Juizado.

Quando um dos meninos chegava drogado ou alcoolizado, era encaminhado ao chefe da equipe de monitores de plantão, que decidia as providências a serem tomadas. Se fosse durante o dia, após conversar com o chefe de equipe o menino era encaminhado à equipe técnica: auxiliar de enfermagem, enfermeira, psicóloga, psiquiatra ou assistente social. Depois de avaliado, ou era encaminhado para o Juizado, para este autorizar a baixa hospitalar imediata, normalmente no Hospital São Pedro ou Hospital Espírita, ou era encarregado de fazer uma limpeza em algum lugar do abrigo, ficando impedido de participar das atividades de lazer, sendo oportunamente, reavaliado pela equipe técnica para atendimento no abrigo ou em locais de atendimento a dependentes químicos, como o Centro Vita - Zé da Droga e Cruz Vermelha.

¹⁷ Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semi-liberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI. (BRASIL, 2005).

Art. 101. [...] a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II - orientação, apoio e acompanhamento temporários; III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos. (BRASIL, 2005).

Se acaso o menino chegasse à noite drogado, dependendo do seu estado físico, mostrando-se disposto a ouvir o sermão do chefe de equipe e da monitoria, era encaminhado para o banho, jantar e ia dormir.

Mas, se não aceitava ouvir, geralmente havia discussão, quando no final, o menino acabava quase sempre concordando com o que estava sendo dito, depois era encaminhado para uma limpeza no pátio, no refeitório ou nos banheiros, ficando também sem participar das atividades de lazer. Na manhã do dia seguinte, era encaminhado para a equipe técnica.

Em suas histórias de vida já não existia apenas o abandono familiar, muitos já haviam participado de episódios de violência, de assaltos e uso de drogas.

Alguns que já tinham cumprido medida de internação (medida sócio-educativa determinada pelo Juizado da Infância e da Juventude) nas casas fechadas da FEBEM. Ao concluírem, caso não tivessem para onde ir (muitos não eram bem recebidos nas suas famílias), novamente eram encaminhados para o abrigo.

Além destes jovens, o abrigo também atendia alguns jovens portadores de deficiência ou de algum sofrimento mental. Muitos tomavam medicações psicotrópicas. O adolescente muito agitado era encaminhado para o psiquiatra que, na maioria das vezes, receitava o medicamento Amplictil. As medicações eram colocadas numa pequena caixa de madeira e o funcionário da enfermaria andava pelo prédio distribuindo as medicações e preenchendo uma planilha registrando quem tomava ou não. Quando algum deles negava-se a tomar a medicação, principalmente a psicotrópica, causava um movimento intenso na casa. Sempre alguém tentava convencê-lo, entretanto, caso a conversa não adiantasse, era organizada uma equipe, ou mesmo duas pessoas (dependia do tamanho do jovem e da sua força) para segurá-lo e aplicar-lhe a medicação, que, no caso de agitação a orientação era a de medicação injetável, ou “se necessário” como era usada a expressão para essas situações. Igualmente, quando entravam em surto eram levados para o Hospital São Pedro ou para o Hospital Espírita e ali permaneciam durante algum tempo. Quando retornavam para o abrigo, aparentavam estar dopados, ficavam sonolentos, inchados e quietos.

Em todos os plantões sempre havia um técnico de enfermagem. Este, além de distribuir as medicações, auxiliava nos curativos, agendava consulta para o médico que vinha no abrigo ou com algum especialista que atendesse em outro

local. Sempre que os meninos adoeciam, eram logo tratados e se caso houvesse necessidade de irem para o hospital, era organizada uma escala de monitores que deveriam permanecer no hospital até sua alta. Da mesma forma ocorria quando iam para os Hospitais Psiquiátricos, sempre deveria ficar um monitor com eles. Também recebiam medicações para tratarem de piolhos e escabiose.

Entre tantos jovens, também encontrávamos os homossexuais. Estes eram alvo de discussão em reuniões e nos corredores do abrigo. Queriam vestir-se com roupas femininas, queriam namorar e a Direção e funcionários não poderiam permitir. Era algo que todos sabiam, mas que deveriam negar, ou senão fazer que não viam. Nos finais de semana, quando saíam, eles costumavam trocar de roupa no mato ao redor do prédio, para ninguém saber e fazê-los retornar para dentro do abrigo. Quando acordavam pela manhã de camisola, por exemplo, era uma confusão, pois se sabia que eles queriam vestir-se assim, mas as regras da instituição não permitiam.

No prédio, também havia uma Escola Estadual de Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries, que ocupava um espaço do abrigo e outra a poucos metros de distância dali, numa casa próxima. O menino que estivesse nestas séries, logo que chegava ao abrigo, era encaminhado para esta escola que aceitava seu ingresso em qualquer período do ano. Caso estivesse numa série superior a 5ª, deveria aguardar alguns dias até a Técnica de Educação conseguir vaga em alguma escola da comunidade. Mesmo ocupando este espaço em comum, o abrigo e a escola eram duas instituições separadas, apenas relacionavam-se ocasionalmente, por exemplo, para chamar um monitor caso não conseguissem agir numa situação de indisciplina, ou para acompanhar o lanche da manhã e tarde no refeitório da escola. Durante um período, tanto pela manhã, como pela tarde, havia no mesmo horário dois refeitórios que serviam lanches diferentes para os meninos. Como o lanche da escola era melhor que o lanche do abrigo, isso causava tumulto, pois eles queriam o mesmo lanche da escola. Após, algum tempo, por redução da comida da escola, as Direções optaram pelo lanche em conjunto.

Todo o material escolar que os meninos utilizavam nesta Escola, ficava em sala de aula. Raramente víamos um menino com cadernos ou livros. Os professores diziam que os meninos não cuidavam do material escolar, que quando ficavam com

eles acabavam perdendo. Eles não tinham horários de estudos além da Escola, exceto nos cursos de formação profissional. No abrigo trabalhavam e brincavam.

Inicialmente, o abrigo contava com os seguintes profissionais: enfermeiro, auxiliares de enfermagem, fonoaudióloga, psiquiatra, psicólogos, estagiários de psicologia, dentista, assistentes sociais, pedagogos, pediatra, técnicos em recreação, técnicos agrícolas, diretor, assistentes de direção, assistente administrativo, cozinheiras, auxiliares de cozinha, motorista, monitores, auxiliar de almoxarifado, auxiliar de rouparia e lavanderia. Com a necessidade de implementar o Estatuto da Criança e do Adolescente, a equipe técnica, entretanto, foi reduzida, permanecendo no abrigo os profissionais de serviço social, psicologia, auxiliar de enfermagem, pedagogo e técnicos de recreação. Os demais profissionais da equipe técnica foram trabalhar em outros abrigos da FEBEM, que, na época foram avaliados como tendo maior necessidade destes profissionais.

As assistentes sociais*¹⁸ tratavam da reintegração dos jovens nas suas famílias, no encaminhamento a recursos da comunidade, elaboravam estudos sociais e sínteses informativas, faziam contatos com o Conselho Tutelar e Juizado para acompanhamento de processos dos adolescentes.

A técnica de educação* era responsável pelo encaminhamento e avaliação dos jovens nas escolas e pela profissionalização deles, junto a empresas e locais que ofereciam trabalho, estágios e cursos.

Na área de Psicologia, o psicólogo* realizava atendimento individual aos adolescentes, prestava assessoria à Direção e demais funcionários, coordenando reuniões de monitores e pessoal de apoio - cozinheiras, lavadeiras, almoxarife e motorista. Elaborava laudos e psicodiagnósticos, além de supervisionar os estagiários de psicologia clínica.

A fonoaudióloga* avaliava os adolescentes, atendia os que necessitavam de terapia e quando necessário, também fazia encaminhamentos para especialistas. Seu trabalho centrava-se nos meninos que tinham dificuldades na comunicação. Após sua transferência de abrigo, os meninos que necessitavam de atendimento começaram a freqüentar profissionais de fora da instituição.

¹⁸ *(Dados do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-Centro de Referência e Documentação da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<http://www.forumdca-poa.org.br/index.html>>. Acesso em: 21 out. 2009).

No período em que o abrigo dispunha do profissional de enfermagem*, este prestava os primeiros socorros aos adolescentes, controlava a execução das prescrições médicas, avaliava o adolescente quando ingressava no abrigo, providenciava as internações hospitalares e organizava os prontuários da área de saúde. Com a saída deste profissional, suas atribuições foram designadas ao auxiliar de enfermagem.

O psiquiatra*, antes de sua transferência para outro abrigo, estabelecia o diagnóstico do adolescente, emitia pareceres, prestava assistência psiquiátrica aos abrigados com controle de medicação. O pediatra*, da mesma forma, fazia atendimento clínico ambulatorial, dava encaminhamento aos doentes para exames, especialistas e internações hospitalares.

O profissional da área de recreação desenvolvia atividades de futebol, principalmente no projeto gandas-participação de 30 adolescentes, em forma de rodízio, em todos os jogos do grupo grenal no Estádio Beira Rio e no Estádio Olímpico. Ele também organizava os passeios e festas no abrigo.

Os técnicos participavam de todas as reuniões do abrigo, orientavam a Direção e a equipe de funcionários.

Nestas reuniões entre técnicos, direção e funcionários evidenciavam-se as diferentes opiniões entre os grupos. Para os funcionários, especialmente para os monitores, a equipe técnica não realizava seu trabalho como deveria. Reclamavam, por exemplo, que os técnicos não faziam visitas domiciliares com a frequência necessária capaz de garantir o retorno dos jovens para suas famílias ou que não buscavam outros recursos para o atendimento aos usuários de drogas. Por outro lado, os técnicos referiam-se aos funcionários, como estes não tendo manejo para lidar com aqueles jovens. Estas reuniões, normalmente eram longas, havia muita discussão, algumas combinações, mas a sensação era de que os assuntos repetiam-se a cada reunião. Havia uma separação entre técnicos e funcionários, os primeiros operando nas suas especialidades, com seus saberes, com práticas centradas no diagnóstico, nos desvios, na qualificação para formar trabalhadores, na recreação disciplinada; os segundos no controle dos corpos, na vigilância, monitoramento e docilização.

Com a mudança de Governo em 1999, a Direção do abrigo também saiu e iniciou-se um tempo de intensas mudanças. A saída de alguns funcionários

provocou muitas dificuldades, como a que tínhamos para fechar a escala de trabalho nos finais de semana, muitos funcionários mostravam claramente que não queriam trabalhar fora do seu horário normal e, muito menos, nos finais de semana. Os problemas relacionados à segurança aumentaram, ou seja, iniciou-se um tempo em que, quase diariamente, chamávamos a Brigada Militar. Por pelo menos quatro vezes, durante um mês ocorreu roubo da fiação do motor que puxava a água para o abrigo o que obrigou-nos a buscá-la em panelões na vizinhança com o auxílio da Kombi.

Estes roubos, as invasões nas casas próximas do Abrigo, as brigas e discussões entre os meninos, juntamente com as discussões com os funcionários, levaram a Direção do Abrigo a traçar um plano de saída daquele local. Na época, contávamos com mais de 80 adolescentes. A Equipe Técnica trabalhou com a possibilidade de alguns meninos retornarem para suas famílias, mas poucos regressaram para suas casas. Ficamos com exatamente 80 meninos e começamos a organização da saída daquele local.

Visitamos algumas casas disponibilizadas para aluguel e escolhemos uma que tinha sido ocupada anteriormente, por uma creche de filhos de funcionários públicos. O local era bem central, muito movimentado e o bairro era considerado um dos melhores de Porto Alegre. A Diretora do abrigo, na época, dizia que ali seríamos felizes, que os meninos teriam outra vida, poderiam ir num orelhão e telefonar, poderiam pegar ônibus, estariam na comunidade, seriam cidadãos, coisas que no morro eles não tinham e nem conviviam.

Esta mudança causou muitas discussões, dividindo opiniões, entre aqueles que concordavam com a transferência do abrigo e aqueles que discordavam. A tomada de decisão por parte das direções, tanto do Abrigo, quanto da Fundação, foi reforçada por considerarem inadequado aquele local para o atendimento dos adolescentes, em vista da distância da comunidade, os constantes assaltos, brigas e confusões. Aqueles que discordavam, acreditavam que não haveria adaptação dos jovens no meio urbano, além disso, a casa escolhida era pequena em relação ao prédio onde funcionava o abrigo.

Assim que souberam da ida dos jovens para o bairro, algumas pessoas reagiram contra a presença deles ali. Manifestaram medo, apavoramento, uniram-se no Centro Comunitário do bairro e fizeram o possível para evitar a ida do abrigo para

o bairro. Teve abaixo-assinado, foram aos jornais, houve depoimentos de moradores dizendo que já não agüentavam mais a falta de segurança no bairro e que, com a chegada do abrigo, tudo ficaria pior.

Fizemos uma série de atividades que evocavam a importância do acolhimento destes jovens. As entidades de Direitos Humanos, de Proteção da Infância e da Juventude, o Ministério Público, todos estavam numa grande passeata pelo bairro, que culminou com a chegada na casa.

A comunidade mostrava-se dividida, uns eram a favor e outros contra. Estes últimos, inclusive, foram à Justiça, movendo uma ação contra a presença da instituição. O que foi em vão, pois logo que soubemos que o Juiz tinha sido favorável à mudança, imediatamente saímos do morro, com inicialmente 22 adolescentes e com o que tínhamos. O restante, 58, chegaria no decorrer daquela semana, ocupando, literalmente as 80 camas disponíveis.

Chegamos à nova casa no final da tarde de uma sexta-feira e a alegria era percebida nos olhos dos meninos, todos ajudavam na limpeza, na organização dos quartos e do refeitório. A sensação era de mudança e isso nos contagiava. Queríamos oportunizar para aquela gurizada um local em que eles se sentissem bem, havia armários nos quartos, a bandeja de metal havia sido substituída por pratos, eles já utilizavam facas nas refeições e os banheiros tinham portas. Os meninos estavam felizes com a mudança e isso ajudou muito nas relações com a comunidade.

Tínhamos planejado o espaço na casa para recebermos os 80 jovens. Esse era o número máximo. Caso houvesse o ingresso de mais um adolescente, este teria que dormir num colchão no chão. Prevendo que o Conselho Tutelar ou o Juizado da Infância e da Juventude encaminhassem algum jovem para este Abrigo, a Direção solicitou que não houvesse ingressos naquele período. A solicitação foi desconsiderada e o Conselho Tutelar, ao receber por parte da Direção a negativa de ingresso de um menino, entrou com um pedido no Ministério público, o que levou a Direção a acatar a decisão e aceitar os ingressos. Assim, a casa superlotou e os problemas já existentes aumentaram. As brigas e discussões recomeçaram e novamente estávamos chamando a Brigada Militar. Foram tempos difíceis. Parecia que todo o nosso esforço tinha sido em vão.

No abrigo, a diretora da época solicitou afastamento e a nova indicada continuou tendo dificuldades para administrar o abrigo. As intervenções da Brigada Militar tornaram-se constantes, o clima no abrigo era muito tenso e novamente foi afastada a Diretora. A Direção do Departamento de Proteção Especial (DPE), vinculada à Secretaria do Trabalho Cidadania e Assistência Social (STCAS) nomeia uma nova Diretora, que tem como objetivo o reordenamento daquele abrigo. Assim, aos poucos todos aqueles jovens foram sendo encaminhados para os abrigos residenciais, que são casas menores, em diversos bairros de Porto Alegre, que atendem no máximo 12 adolescentes. O abrigo trocou de nome e outras histórias continuaram ocorrendo em todo esse processo.

A partir desse relato, fazemos um movimento em nossos pensamentos e por instantes nos reportemos a um Brasil de 1979. O local era apropriado para quem quisesse isolar pessoas, distante da cidade, com uma área extensa, próprio para o trabalho braçal. A disciplina seria necessária, afinal a criança e o adolescente pobre são vistos como uma ameaça à ordem vigente, são filhos de famílias consideradas desorganizadas, incapazes de educarem seus filhos, deixando-os nas ruas das cidades. Eles precisavam ser corrigidos e integrados. Necessitam de vigilância constante, de controle de suas ações e instintos para serem educados, aptos para o trabalho. Este era o regime de verdade, as pessoas realmente acreditavam que crianças e jovens pobres necessitavam de regulação e controle.

O tempo nos transporta para 1990 e a institucionalização tem fortes raízes. Os menores da FEBEM são agora chamados de crianças e adolescentes, sujeitos de direitos. O dilema se instaurou no cotidiano da instituição, pois a arquitetura ainda era da disciplina, as práticas eram militares num falatório democrático. A instituição do passado parece rejeitar esta nova arquitetura da verdade. Como num jogo de forças entre saberes temos os meninos, os monitores, a direção e a equipe técnica. As relações de poder oscilam entre proteger e proteger-se uns dos outros. Os meninos não precisam mais confessar que precisam de proteção para receber proteção, a verdade evocada pelo Estatuto é que eles são desprotegidos. Para proteger estes meninos o abrigo vigia seus passos, controla seus horários, tranca os dormitórios, coloca cadeados nas portas, não possuem acesso aos seus armários, nem aos seus cadernos de escola, suas saídas do abrigo sem autorização são consideradas fugas. Sua indisciplina é punida através da limpeza do abrigo, pelo

impedimento de ver televisão, sair nos finais de semana ou ficarem por último nas refeições. Roubos, brigas, o porte de drogas são registrados na Delegacia para depois ser conversado no abrigo. Mas, observemos também que abrigo oferece espaços de escuta e atendimento, nas reuniões de grupo, no encontro com os técnicos, nas atividades externas, nos estágios, nos cursos e no trabalho.

Foucault nos provoca a um exercício de análise desses regimes de verdade, onde a questão não é sabermos quem está com a verdade, o Código de Menores ou o Estatuto, mas o quanto essas verdades vão legitimar e justificar práticas históricas.

5 TECENDO ANÁLISES

5.1 DA CONDIÇÃO DE ABRIGADO PROTEGIDO

5.1.1 A Chegada no Abrigo

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, ocorreu no Brasil um período de adaptação e implantação de novos procedimentos quanto ao ingresso de crianças e adolescentes nas instituições de atendimento a essa população. Cabe ressaltar, que havia uma grande expectativa quanto às mudanças que o ECA poderia realizar nessas instituições, bem como no atendimento de crianças e adolescentes.

Início minhas análises pelos motivos que determinaram a medida de proteção-abrigo em entidade para estes jovens. Nestas primeiras narrativas, eles contam como eram suas relações com a família e seus ingressos nos abrigos.

Felipe saiu de casa em 1990 e foi para o centro de Porto Alegre (RS).

Eu tinha acho uns 6 anos, por ai, 6 e pouco, quase 7, ai, eu fugi de casa fui para o centro de Porto Alegre. Mas, já era entendido na vida, sabia, achava. Fiquei lá no centro de Porto Alegre uns três ou quatro meses, daí presenciei um assassinato de um rapaz que convivia conosco lá na rua até seguir para o abrigo com o conselho tutelar. Porque o Centro era perigoso, né, eu notei que era perigoso. Quando eu fui para o para o abrigo A.B., já tinha completado 7 anos, ai fiquei dos 7 anos aos 12 lá no abrigo A.B., quando eu aprendi a ler, a escrever e me formei. Fui me formando. Não ia ao final de semana para casa. Só recebia visita do familiar no instituto, minha família me visitava, minha mãe, meu padrasto. Chegou um dia que minha mãe me roubou do abrigo A.B., me levou para casa. Ela me roubou, ela foi lá, disse que tinha uma amiga dela que queria falar comigo lá embaixo que estava com um pacote na mão, ai eu encontrei com esta pessoa e minha mãe decidiu me levar de lá. Depois eu fugi de casa de novo... Porque eu não aceitava a convivência com o meu padrasto, né... E ele também já queria ser muito dono de mim, agressivo, e eu sempre fui uma pessoa que nunca aceitei nem da minha mãe algumas coisas, ai fugi de casa e voltei diretamente para o abrigo A.B, daí eu já não precisava ficar na rua. O abrigo A.B., lá na Rua Z. e eu morava na Restinga, já circulava por tudo. Depois eu não fugi mais do abrigo A.B., minha mãe voltou lá, normal, demorou alguns meses por ai. Logo em seguida começou o período do colégio, comecei a ferver com os guris lá, a gente criança incomodava horrores. Ai, me levaram para o abrigo A.A, com 12 anos, em 1995.¹⁹

¹⁹ Foi adotado este procedimento para diferenciar de uma citação bibliográfica.

Ricardo foi “recolhido” da rua em 1988.

Meu pai teve um segundo casamento, teve um casal de gêmeos, que no caso nasceu eu e a minha irmã, e a minha mãe tinha outra filha por parte dela. Quer dizer eram três crianças pequenas. E ele do primeiro casamento tinha cinco filhos adultos, cinco adultos que moravam com ele. E esses cinco adultos, eles bebiam, eles tinham uma dependência do álcool tremenda, surpreendente, mas eu achava que aquilo ali, eu era uma criança, era tudo novo, eles bebiam, até ficavam umas pessoas assim até mais, mais, mais fácil de se lidar, de se viver, até porque a gente era uma criança naquela época, então eu achava que quando eles estavam bêbados eles ficavam melhores. Só que, daí, ou seja, por trás daquilo ali, tinha muita agressividade, quase praticamente, ou seja, dava briga entre eles. Daí, o que aconteceu. Meu pai ficou doente, foi para o Hospital, daí, nós ficamos em casa. Passou um tempo ele morreu e aí começaram as dificuldades. Meus irmãos por parte de pai sempre bebendo, minha mãe não conseguia nos manter. Eu, guri novo, já pedia nos vizinhos. Teve um dia que minha mãe foi embora, aí eu fui prá rua. Na real isso começou com sete anos de idade, a minha primeira passagem da rua para o Abrigo foi no P.J, foi então lá no abrigo P.J, que antigamente se encontrava na rua J. aqui perto, até acho que ainda existe aquilo lá. Então meu primeiro abrigo era um colégio de padres, praticamente aquilo ali era comandado por padre. Então eu fui minha primeira vez, foi então uma família, uma senhora que morava lá pouco mais a baixo, ali, no mesmo bairro, ela me levou e lá eu fiquei, fiquei um tempo lá, passei, praticamente fiquei até uns 10 anos. Dois anos eu fiquei lá.

Marcos lembra que nunca se relacionou muito bem com sua mãe. Saiu da casa do pai em 1995.

Fui para o abrigo A.B. antes (de ir para o abrigo A.A), claro, tinha 11, 12 anos, aliás, é isso aí que atrapalhou a minha vida familiar, na real não tenho família, minha mãe ali é só uma mera genitora, porque a gente não tem nenhum vínculo de afetividade por conta disso, acho que ela se culpa, mas na verdade ela se (inaudível), eu a culpo, mas nunca culpando, entendeu, sempre baixando a cabeça, mas sei lá, eu vivia com a minha mãe daí, até que a minha mãe era normal, uma relação mãe filho, quando eu errava, ela me judiava, quando eu acertava, ela me dava carinho. Só que daí eu fui passar as férias com o meu pai, aí o meu pai não me devolveu, aliás, no final das férias e passei uns 2 anos, dos 8, 10, 11 com ele batendo a fu em mim, daí um dia eu fugi, peguei um ônibus, isso lá em Guaíba, sabia que um ônibus vermelho vinha para Porto Alegre, peguei o primeiro vermelho eu vim para Porto Alegre, daí eu muito novo, uma criança acostumada a se alimentar sempre no horário, comecei a passar mal de fome e desmaiei, aí uma senhora loira apareceu, me largou no Conselho Tutelar 8, que era aqui no Centro e de lá eu fui pró Abrigo, fui pró abrigo A.B. Daí tive pouco contato com a minha família mesmo, durante os 4, 5 anos que eu fiquei entre o abrigo A.B e o abrigo A.A. Eu fiquei sem contato com a minha família, não comentei nada, não disse onde eles viviam, nada, fiquei bem fechado, então o meu pai descobriu onde eu estava e tal, foi lá, conversou comigo e o erro começou onde me deixaram lá dentro, que até então não tinha feito coisas muito ruins na minha vida, assim eu parei no abrigo A.B., eu fiz 12 e fui para o abrigo A.A., lá que eu me tornei, eu sei lá, 80% do homem que sou hoje. Fiquei até os 18 e 1 mês, certinho, o tempo que eu fiquei no abrigo A.A, dos 12 aos 18. Eu até tentei (retorno a sua família), isso já no abrigo A.B., eu tentei alguns finais de semanas, mas acabava dando stress, acabava dando briga e eu acabava preferindo voltar prá o abrigo A.B. e assim foi, até eu me envolver com a droga, depois que eu me envolvi com a droga ficou muito difícil.

Conforme o art. 98 do ECA (BRASIL, 2005), as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; em razão de sua conduta. O art. 101 estabelece, que verificadas quaisquer das hipóteses do art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, a medida de abrigo em entidade.

Pelas narrativas dos jovens podemos considerar que, os motivos de seus ingressos em instituições de abrigo foram por falta e omissão dos pais, ou seja, os pais foram considerados negligentes, determinando o abrigamento dos filhos.

O ECA²⁰ estabelece as medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis, conforme o art. 129, onde consta: encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; encaminhamento a cursos ou programas de orientação; obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar; obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado; advertência; perda da guarda; destituição da tutela; suspensão ou destituição do pátrio poder.

Naquele período de transição, mesmo o ECA prevendo através destas medidas a proteção à família, esta ainda carregava as marcas do código de menores, era culpabilizada por não cuidar de seus filhos o que justificava a prática de algumas abrigagens, decididas muitas vezes, sem buscar contato das famílias, ou mesmo de incluí-las em programas sociais.

As narrativas destes jovens demonstram que a prática era “primeiro abrigar, depois rever a família”, onde a preocupação era mais em tirar a criança da rua, na lógica do recolhimento, do que necessariamente protegê-la.

Suponho, especialmente pelos relatos de Ricardo e Marcos, que não houve por parte do Conselho Tutelar, contato anterior ao abrigamento com suas famílias, tampouco a busca de outras alternativas, tais como a colocação em famílias substitutas.

Recentemente, Cruz (2009) realizou uma pesquisa acessando as guias de encaminhamento da SOS Casas de Acolhida de Porto Alegre (entidade não-

²⁰ Redação da Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990.

governamental que atende crianças de zero a seis anos consideradas vítimas de maus-tratos, abuso sexual e negligência grave) a fim de fazer um levantamento sobre os motivos de ingresso. Segundo a autora, o motivo “negligência dos pais” tem despontado como motivo de ingresso em abrigos. Constata que a negligência está muito associada às dificuldades socioeconômicas e que as famílias pobres parecem ser culpabilizadas pela situação.

Cruz (2009) refere relato do Conselho Tutelar apontando para a ausência de familiares elegíveis para assumir a proteção das crianças em situações, por exemplo, de privação de liberdade dos pais. Inferindo, que a rede de apoio das famílias está diminuindo.

'E se a rede de proteção familiar está tão fragilizada, podemos pensar que esse sujeito também não está conseguindo vincular-se a programas de auxílio como apoio sociofamiliar e de saúde'. Outra possibilidade é que, nos casos levantados, as medidas tomadas antes do abrigo não foram suficientemente aprofundadas e esgotadas. (CRUZ, 2009, p. 4).

A autora discorre acerca da negligência, demonstrando um campo ainda a ser desbravado, onde perpassam muitas discussões. Considerando negligência como uma omissão, uma falha dos pais ou responsáveis em prover as condições básicas para seus filhos, tais como: alimentação e vestuário, o que podemos dizer acerca de práticas de abrigagem precipitadas? Será que não fomentam a perda dos vínculos familiares e comunitários, caracterizando uma situação de risco para a criança?

Mesmo o ECA não considerando o fator econômico como motivo de abrigamento, percebe-se que os ingressos em abrigos ainda se dão pela tríade pobreza/abandono/negligência.

Na constatação de que mais da metade dos ingressos decorre de negligência e/ou abandono, podemos pensar que não se tratam de crianças abandonadas por seus pais, mas de famílias abandonadas pelas políticas públicas e pela sociedade. E quando os critérios de ingresso não são discutidos em profundidade podem promover institucionalizações prolongadas e desnecessárias e, como consequência, segregação familiar e social. (CRUZ, 2009, p. 7).

Nas narrativas os jovens relatam ter pouco ou nenhum contato com suas famílias, demonstrando que o abrigo não conseguiu preservar os vínculos familiares. Mesmo o ECA tendo um discurso direcionado também à proteção da família, as

práticas do abrigo ainda operavam na lógica do Código de Menores, ou seja, compreendendo as famílias como inadequadas, incapazes de cuidarem de seus filhos. Quando desconsideramos a formação de grupos populares, de famílias que possuem outras formas de vinculação, diferentes de um modelo importado, esta prática ainda perdura. (FONSECA, 1999).

Os discursos técnicos, constituídos de saberes especializados, também vão colaborar para a criação de pareceres quanto às famílias destes adolescentes. Estas vão ser também consideradas ora desprotegidas, vulneráveis, ora de risco ou agressoras. Logo, as suas famílias também irão entrar nesta lógica da exclusão, a qual opera por práticas divisoras, classificando, separando, nomeando e hierarquizando, e, neste caso, patologizando os jovens e suas famílias.

Considerando o conceito de governamentalidade, no contexto de governo de populações, supomos que, ao mesmo tempo em que estas famílias são excluídas, são convocadas a serem incluídas, por exemplo, em projetos sociais e programas de governo, tais como o Programa Bolsa-Família. Elas entram também nas estatísticas desta governamentalidade, como número de famílias atendidas, número de filhos beneficiados. Observemos os critérios para inclusão no Programa Bolsa Família.

Podem fazer parte do Programa Bolsa Família as famílias com renda mensal de até R\$ 140 (cento e quarenta reais) por pessoa devidamente cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). A renda da família é calculada a partir da soma do dinheiro que todas as pessoas da casa ganham por mês (como salários e aposentadorias). Esse valor deve ser dividido pelo número de pessoas que vivem na casa, obtendo assim a renda *per capita* da família. As famílias que possuem renda mensal entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00, só ingressam no Programa se possuírem crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. Já as famílias com renda mensal de até R\$ 70,00 por pessoa, podem participar do Programa Bolsa Família - qualquer que seja a idade dos membros da família. Se a família se encaixa numa das faixas de renda definidas pelo Programa, deve procurar o setor responsável pelo Programa Bolsa Família no município munido de documentos pessoais (título de eleitor ou CPF), para se cadastrar no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/criterios-de-inclusao>. Acesso em: 10 jun. 2010).

Este exemplo é o que poderíamos chamar de inclusão como prática de governamentalidade. Este programa centra-se no atendimento às famílias pobres, com forte ênfase na saúde e educação. Desta forma, podemos entender que a

inclusão de um maior número de famílias ao Programa irá ao mesmo tempo manter uma rede social e uma rede de mercado. Estas redes vão estar sempre em movimento, garantindo que as pessoas sejam beneficiadas pelo Estado e pelo mercado. Logo, Estado e mercado vão estar articulados na tarefa de educar, regular, garantir a sustentabilidade, a vida da população.

Nesta lógica da governamentalidade, somente há interesse de exclusão para que ocorra a inclusão. Assim, famílias pobres vivem miseravelmente, mas estão incluídas em programas sociais, crianças e adolescentes saem de suas casas, mas vão morar em abrigos, ou casas de acolhimento, onde participarão de programas e projetos sociais. Ou seja, nesta lógica tanto as crianças e adolescentes, como suas famílias, acabam não tendo outra saída senão a de aderir a estes programas e acreditar que eles possam dar-lhes condições de estarem vivos.

Nas primeiras entrevistas, quando perguntei sobre como chegaram ao abrigo, todos me falaram que ingressaram através do Conselho Tutelar.²¹

- Teve todo um processo fui encaminhado para o Conselho Tutelar, feito uma nova guia de retorno, me perguntaram por que eu tinha fugido, o que é que houve. A micro região 7 da minha região que na época era na 25. (Felipe, 26).

- No abrigo, eu entrei, o meu primeiro ingresso que tive lá foi em 1992, então me levaram prá lá eu tava naquela época com dez anos de idade. O conselho tutelar me levou prá lá, da micro-região 4, que antigamente, era, se encontrava no Partenon (Bairro), na rua da Igreja São Jorge, que eu não sei como é o nome daquela rua ali, mas antes de chegar até o Conselho, fui recolhido, morava na rua, que até então até ali eles me recolheram. (Ricardo, 29).

- Aí uma senhora loira apareceu, me largou no Conselho Tutelar 8, que era aqui no Centro e de lá eu fui pro Abrigo. (Marcos, 25).

Através destes relatos, podemos presumir que o trabalho do Conselho Tutelar fez-se presente para estes meninos somente na hora do ingresso ou do reingresso ao abrigo.

²¹ Porto Alegre foi um dos primeiros municípios brasileiros a dispor, em seu âmbito de competência, sobre a política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, na forma prevista pela Lei Federal 8.069/90, usualmente conhecida como ECA. Por intermédio da Lei Municipal N.º 6.787 de 14 de janeiro de 1991, aprovada à unanimidade pela Câmara Municipal de Vereadores, foram criados o Fórum de Entidades, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal e o Conselho Tutelar. (Disponível em: <http://www.foncaije.org/dwnld/ac_apoio/artigos_doutrinarios/conselhos_tutelares_direitos/natureza_juridica_funcao.pdf>. Acesso em: 03 maio 2010).

O conselheiro, neste caso, é lembrado como alguém que conduz o jovem ao abrigo. É comparado ao comissário de menores²², um misto de policial com oficial de justiça, que durante a vigência do Código de Menores, entre outras funções, deveria conter e apreender o menor abandonado e apresentá-lo ao juiz.

Façamos um deslocamento para o exterior da instituição, como nos propõe Foucault (2008) e pensemos que antes de serem encaminhados para o abrigo, estes jovens tinham algo em comum, já andavam pela rua. Analisemos a rua como um local de circulação de pessoas, que precisa ser controlado e regrado, compõe a organização das cidades, faz parte da governamentalidade. Coloquemos, portanto, o estar na rua como a primeira experiência destes meninos com a assistência.

A prática retirar crianças da rua é compreendida como uma tecnologia de poder, que tem como alvo garantir a segurança da população, já que a criança é vista em perigo e perigosa.

Numa conjuntura democrática, quem deveria retirar as crianças da rua? Como seria realizada a retirada da criança da rua, sem ferir os ideais da democracia? A brigada militar e os oficiais de proteção (ex-comissários de menores) carregavam um estigma policialesco, herdado do período do Código de Menores. Este estigma não condizia com um Estado Democrático, era necessário, portanto delegar esta prática para um setor da sociedade que pudesse ao mesmo tempo garantir os direitos constitucionais da criança e do adolescente, como também a segurança da sociedade.

Logo, o ingresso dos Conselhos Tutelares neste cenário neoliberal dará conta de retirar a criança e o adolescente da rua, atendê-los junto à família e a comunidade, além de encaminhá-los, quando necessário, ao Juizado para os abrigos.

Conforme o ECA (BRASIL, 2005), entre tantas as atribuições do conselho tutelar encontramos: atender as crianças e adolescentes; atender e aconselhar os pais; requisitar serviços na área de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; encaminhamento e representação junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento das deliberações judiciais. Além disso, poderá

²² O comissário de menores, logo após a promulgação do ECA, passou a ser chamado de Oficial de Proteção da Infância e Juventude. Esta alteração para fins legais somente foi feita pela Lei nº 10.720, artigo 26 de 17 de Janeiro de 1996. Sofreu nova alteração em março de 2009, (projeto de Lei nº62/2008) passando-se a chamar Oficial de Justiça da Infância e Juventude. (Dados do Diário Oficial da Assembléia Legislativa, Porto Alegre, quinta-feira, 5 de março de 2009).

representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos na Constituição Federal, que estabelece os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de defenderem-se de programas de rádio e televisão que não tenham fins educativos.

Portanto, os conselhos tutelares absorveram grande parte das atribuições, que eram anteriormente de competência do Juizado de Menores, além de parte das atribuições, que eram do município.

O Estado que centralizava o atendimento de crianças e adolescentes na figura do Juiz, agora é um Estado, que divide a responsabilidade desta população com a sociedade em geral. É a arte de governar que se espalha em diferentes sentidos, lançando-se para pontos diversos da sociedade.

A arte de governar vai consistir, não em restituir uma essência ou em permanecer fiel a ela, vai consistir em manipular, em manter, em distribuir, em restabelecer relações de força, e relações de força num espaço de concorrência que implica crescimentos competitivos. Em outras palavras, a arte de governar se desenrola num campo relacional de forças. E é isso, a meu ver, o grande limiar de modernidade dessa arte de governar. (FOUCAULT, 2008, p. 419-420).

Nos estudos de Foucault (2008, p. 422) sobre mecanismos de segurança, ele vai nos falar sobre o surgimento da polícia. A palavra polícia, a partir do século XVII, vai adquirir sentidos bem diferentes daqueles dos séculos XV e XVI. A polícia estará a serviço do Estado, com o objetivo fazer as forças do Estado crescerem, “mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado”.

Foucault utiliza-se de um texto escrito por Turquet de Mayerne, no séc. XVII, pra exemplificar o que seria “uma espécie de utopia daquilo que os alemães teriam chamado de um Estado de polícia, *Polizeistaat*”. Turquet define a polícia como a “tudo o que deve dar ornamento, forma e esplendor à cidade.” Para Turquet são necessários quatro grandes ofícios e quatro grandes oficiais. São eles: o Chanceler, responsável pela justiça; o Condestável, para cuidar do exército; o Superintendente, para cuidar das finanças e o Conservador da polícia. Este último teria o papel de manter entre o povo “uma singular prática de modéstia, caridade, lealdade, indústria e harmonia.” (FOUCAULT, 2008, p. 429).

Este conservador da polícia estaria no mesmo nível do chanceler, não teria superintendente e deste dependeriam em cada província quatro escritórios, que

seriam chamados de Birôs. Teremos o birô de policia, responsável pela instrução das crianças e jovens, preocupando-se também com a profissão de cada um; o birô da Caridade, que vai se preocupar com os pobres ditos válidos, que deverão trabalhar; e com pobres doentes e inválidos receberão subvenções. O terceiro birô deverá ocupar-se dos comerciantes, regulando os problemas de mercado, a fim de favorecer o comércio em toda a província; o quarto birô será do domínio, que se dedicará aos bens imóveis, na boa compra e venda de bem fundiários, zelando pelo domínio do rei.

Foucault, neste exemplo, nos mostra como a polícia vai atuar no controle das atividades dos homens a fim de fortalecer o Estado.

O objetivo da polícia é, portanto, o controle e a responsabilidade pela atividade dos homens na medida em que essa atividade possa constituir um elemento diferencial no desenvolvimento das forças do Estado (FOUCAULT, 2008, p. 433).

Observemos os desdobramentos do mecanismo de segurança presentes nas figuras do conselheiro tutelar e do oficial de justiça. Imaginemos como Turquet, um ideal de sociedade, onde tudo funcione pelo bem do Estado, para o bem de todos e da Nação. Acrescentamos a este modelo, a população que cresce, precisa viver, ter boa saúde e realizar boas atividades, além da garantia de uma boa circulação de mercadorias oriundas destas atividades humanas. Estes são os objetivos da polícia, ela vai ter que ordenar todas as formas, de coexistência dos homens uns em relação aos outros (FOUCAULT, 2008, p. 436).

Num contexto democrático, este poder de policia é extensivo à população na figura de seus representantes. Como no exemplo dos birôs de Turquet, temos diferentes grupos que atuam com os mesmos objetivos. É o caso dos conselheiros tutelares e dos oficiais de justiça. Ambos trabalham para o fortalecimento do Estado. Podemos estender este poder de polícia para vários segmentos da sociedade, assim como ele está presente na figura daquelas pessoas que levaram estes jovens para o conselho, são os cidadãos, habitantes da cidade, participantes ativos da regulamentação urbana.

Anteriormente, as instituições eram supervisionadas pelo Juiz e seus auxiliares, após a promulgação do ECA tanto as entidades governamentais como as

não-governamentais começaram a ser fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.

A chegada de representantes destes órgãos provocava modificações na rotina da instituição. A chegada, especialmente do Conselheiro Tutelar, imbuído de suas funções protetivas, representante da sociedade civil, era algo novo para a instituição, que por sua vez, ainda era conhecida como FEBEM, um local de formação de delinquentes e marginais, conforme discursos vigentes na época.

Consta no relato sobre o Abrigo, quando o conselheiro tutelar chegava com um menino, por vezes, era necessário averiguar com cuidado a guia de recolhimento para que não houvesse dúvidas quanto à idade, à problemática apresentada como justificativa para abrigagem, bem como da assinatura do conselheiro responsável. Podemos pensar algumas coisas, em relação a essa prática, primeiro que o Conselheiro conduziu o menino para o abrigo para retirá-lo da rua, sem averiguar a situação do menino, e, assim, “largá-lo” na instituição. Uma segunda hipótese seria a instituição não querer receber este menino, ou por ser mais um diante de uma população de 120 jovens (considerando ainda o número reduzido de funcionários para atendê-los), ou por este menino ter evadido da instituição, e não acreditarem na sua permanência no abrigo, forçando o Conselho Tutelar a buscar outra alternativa. Outra suposição, tratava-se de um preconceito frente à figura do Conselheiro Tutelar, pessoas da comunidade, que para exercerem tal função, necessitam apenas do conhecimento empírico (cuidar de crianças) e conhecimento do ECA, evidenciando por parte do abrigo um valor ao saber técnico em detrimento do saber popular. Assim, como num jogo de forças, o Conselho quer recolher, o Juizado abrigar e a instituição resiste.

Ocorrendo o abrigamento a responsabilidade por aquela criança ou adolescente é do guardião do abrigo, que por sua vez vai delegar aos seus funcionários os cuidados necessários para com aquele jovem. As relações de poder vão se produzindo, entre saberes e práticas que circulam agora não mais no contexto da rua, mas no cotidiano da instituição.

Neste campo da assistência às crianças e adolescentes vamos encontrar inúmeras forças, saberes que perpassam pelas práticas das muitas instituições, órgãos, conselhos, profissionais de várias áreas, associações comunitárias, políticos e políticas. Um campo de tensões e de possíveis ações.

Trata-se de um campo de forças, onde devemos considerar como o ECA se incorpora nas práticas destas instituições, bem como no jogo de forças, que percorrem estas práticas, tanto entre estes órgãos e no interior deles.

Oliva (2004) refere em seus estudos sobre o abrigo de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, que a questão é bastante complexa. “O que se pensa ser o motivo que culminou o abrigo (geralmente maus-tratos) é também produto de outros fatores e está diretamente relacionado com causas conjunturais e estruturais” (OLIVA, 2004, p. 1).

Segundo a autora, o abrigo nunca é apenas em decorrência de apenas um ou outro fator como se acredita popularmente, cabendo ao Conselho Tutelar dar apoio as famílias para que a medida de proteção em abrigo somente ocorra depois de esgotadas as demais formas de trabalho em conjunto com a família. Acrescenta, no entanto, que a ação dos Conselheiros Tutelares é dificultada, pelos seguintes motivos: excesso de demanda a ser atendida e carência de cursos de capacitação para esses profissionais, o que determina a deficiência no atendimento à população, ocasionando a abrigagem feita de forma arbitrária.

Nesta colocação, a autora nos sugere que existe um número expressivo de famílias recorrendo ao conselho tutelar e este não possui habilidades técnicas para tratar das questões familiares.

Por outro lado, Aragão e Novo (2007) nos apresentam um trabalho desenvolvido no município de Cariacica (ES), onde exemplificam a criação de outros possíveis em relação ao trabalho do Conselho tutelar. Destacam o bom trabalho do conselho tutelar, por seus integrantes serem pessoas que continuam resistindo e insistindo frente a posições que naturalizam a história e ousam intervir.

As autoras realizaram uma pesquisa com história oral, em que os conselheiros tutelares relatam suas histórias de vida, evidenciando suas lutas quando crianças para estudarem e ajudarem suas famílias. Mostra que estes conselheiros tutelares são pessoas de baixo poder aquisitivo, moradores de um município empobrecido e populoso da Grande Vitória, com idades entre 40 e 55 anos, tendo a maioria apenas concluído o ensino fundamental. Exemplos como o de Cariacica, nos provocam a resistir ao desânimo provocado por análises fatalistas, mostrando que a história é descontínua.

O ingresso no abrigo é contado inicialmente pelos jovens como algo assustador e com o passar do tempo, o estar no abrigo é lembrado como algo que se habituaram.

- No começo foi ruim, assustador né... muito... estava num ambiente que não estava acostumado, com pessoas de outras idades, de outro tamanho. Chegar no abrigo me deparar...eu tinha doze, me deparar com guri de 17, 18 anos, guris bem maiores do que eu...me assustou,né... mas, depois fui me acostumando.(Felipe.)

- Quando eu cheguei lá eu achava que era um abrigo para crianças, que tinham a mesma idade que a minha, eu me enganei, era dividido, tinha as crianças e os jovens, eram praticamente na época, quando ingressei ,era uma base de 130 alunos, era muita gente. Eu achei estranho, dois quilômetros de subida, mato, escuridão, eu digo, pronto to indo para um..., báh,aonde eu vim parar, mas foi passando, fui conhecendo os monitores [...] no começo, eu comecei,fiquei com receio, até porque era muita gente desconhecida, então fui indo, fui ficando, fui conhecendo o pessoal, fui conhecendo a galera, fui me dando ,fui me realmente me fazendo prá eles, fui pegando experiência, era uma nova experiência prá mim, aquele ali na realidade, até porque eu já tinha passado por abrigos de menores, menores de 10 anos, não os dois juntos.(Ricardo)

- Lembro da chegada foi traumatizante, a chegada, porque eu vim de outro abrigo, né, eu fui do abrigo A.A e do A.B., e na época eles falavam muita besteira sobre o abrigo A.A., então, eu não queria ir de jeito nenhum para o A.A., em certa parte eles estavam certos no que falavam.Eles falavam que chegavam lá...,quando eu fui para o abrigo A.A. eu tinha 12 anos, daí falavam que iam bater em mim, que iam me assedia, essas coisas assim daí eu fui brigando prá não ir dentro da Kombi, aí os caras me imobilizaram lá, torceram uma perna para um lado, um braço prá outro, me imobilizaram dai eu fui para no abrigo A.A., daí quando eu cheguei lá, o monitor H. foi que me recepcionou ,daí eu conversei com ele, tal daí conheci a monitora R. Não queria ficar, de jeito nenhum, tentei fugir umas duas vezes, mas eu não sabia ir embora, daí fui me acostumando, fui ficando, me acostumei, mas foi muito difícil morar naquele lugar. No abrigo A.B. tu descia uma escadaria tu estava no asfalto, era prá criança, né. O outro era quase um presídio, um... sei lá, uma coisa muito difícil.(Marcos)

A experiência com algo que não conhecemos sempre nos provoca uma série de intensidades. Principalmente, quando esta experiência não é aquilo que esperávamos, quando estamos frente a frente ao desconhecido.

O ingresso destes meninos no abrigo assemelha-se à experiência de Robinson Crusóé, quando após o naufrágio encontra-se numa ilha deserta. Talvez a sensação seja essa, a de aportar num lugar desconhecido, não conhecer ninguém, o temor do que possa acontecer nos próximos instantes e o desejo de não estar ali.

Os primeiros dois três dias que se seguiram ao naufrágio foram marcados pelo profundo abatimento de Robinson que, apesar de ter sobrevivido à catástrofe, tomava plena consciência da miserável condição em que se encontrava. (TEIXEIRA, 2004, p. 2).

Quando é estabelecida a medida de abrigo para crianças e adolescentes esta é uma determinação a ser cumprida. O ECA prevê sanções no caso do descumprimento desta Lei. Ela deverá, portanto, ser cumprida, tanto por aquele que acompanha o jovem, quanto por aquele que o recebe. O abrigo, é estabelecido pelo ECA como uma medida de proteção, mas o ingresso no abrigo se apresenta como uma medida de segurança, ou seja, no momento em que o jovem ingressa no abrigo há uma série de procedimentos, que têm como objetivo garantir sua permanência no abrigo, para que não saia dali.

Consideremos o ingresso no abrigo como um ritual a ser cumprido. O menino estava ali, observando os acontecimentos. Primeiro as formalidades, através da conferência de dados e assinaturas da guia de recolhimento/abrigo, os olhares que se cruzam. Aceito o menino, ele era o mais novo integrante do abrigo. A primeira conversa é com o chefe dos monitores, que deveria acalmá-lo para que não pensasse em fugir, ou que não se envolvesse em brigas e confusões. Após, era encaminhado para o monitor da recepção, que conversava com ele sobre o abrigo, sobre as regras a serem cumpridas, de tal forma que o convencesse a ficar. O próximo encaminhamento era para a enfermaria, onde eram avaliados seus sinais vitais e aspecto físico. Ele vai conhecendo o abrigo, todos os funcionários querem conhecê-lo e convencê-lo a ficar. A prática do convencimento se fazia necessária, considerando as condições adversas do local, que era precário em sua materialidade (estrutura, recursos, localização em zona rural) provocando certo temor para meninos recém-ingressos. Os monitores da recepção o acompanhavam durante 15 dias e após, ele era considerado adaptado, pronto para permanecer no abrigo, em condições de querer e desejar ficar.

Nas narrativas observamos que existia uma preocupação quanto ao fato de encontrarem meninos maiores e o temor de sofrerem alguma coisa por isso.

A FEBEM no período do Código de Menores dividia os “menores” por gênero e por idade, separando os abandonados, daqueles com desvio de conduta ou doentes. Os meninos menores de 12 anos ficavam em outro abrigo e quando completavam 12 anos, eram encaminhados para este abrigo. Esta mudança de um abrigo para outro, pelo critério de idade, causava um temor naqueles jovens que já estavam adaptados ao abrigo. O falar sobre a transferência de abrigo, também era usado como uma forma de ameaça à criança caso ela não se comportasse.

O art. 92 do ECA estabelece no item VI: evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados.

Naquele período, o critério da idade era a justificativa utilizada para a prática de transferência de um abrigo para o outro, mas podemos pensar que esta prática também poderia estar relacionada a uma concepção de adolescência como uma fase de desenvolvimento marcada pelas intensas modificações corporais e emocionais, evidenciadas em comportamentos rebeldes, necessitando para isso um controle disciplinar mais rígido. Aberastury (1991, p. 13), por exemplo, compreende a adolescência como “um período de contradições, confuso, ambivalente, doloroso, caracterizado por fricções com o meio familiar e social”. A autora estabelece uma dimensão universalizante do psíquico, referindo que a crise na adolescência é devido a fatores orgânicos, sendo necessária para que este jovem possa inserir-se no mundo dos adultos, sendo a adaptação um fator fundamental para esta inserção e caso não ocorra esta adaptação, os adolescentes tornam-se casos clínicos a serem tratados. O que esta autora desconsidera são os efeitos políticos desses saberes psi, que tomados como verdade, justificam práticas como estas que os jovens experimentaram.

Segundo Schuch (2009, p. 133-134) a ambiguidade entre assistência e repressão permeou as políticas de intervenção à infância e juventude no Brasil, sempre tencionadas pelas tentativas de diferenciar e hierarquizar tipos de infância. Analisando um trabalho sobre a “constituição da criminalidade de menores no Rio Grande do Sul dos anos de 1950 e 1960”, ela aponta as bases nas quais as diferentes classificações do “menor” ganharam sentido nos debates públicos e expressaram “modos de governo particulares sobre os sujeitos assim definidos.”

A partir de discursos de políticos, juízes e legisladores, assinala que havia uma necessidade de combater a promiscuidade. Atos de desobediência, fuga e problemas de conduta dos jovens, por exemplo, serviram como argumento para justificar a criação de uma diversificação tipológica, onde o convívio, o contágio com tipos diferentes de jovens seria potencializador do mal.

Ocorre o que autora chama da progressão do mal.

A progressão do mal informa-nos sobre outro elemento importante na distinção entre menores: a idade. À proporção da maior idade associa-se o maior mal, o que certamente relaciona-se com a imagem de proteção e ingenuidade, cada vez mais ligada à criança, que foi se firmando desde o início do século passado. (SCHUCH, 2009, p. 136).

Portanto, a maior idade está associada com a maior esperteza, atributo que por sua vez, relacionado ao maior tempo de permanência nas instituições, terá assim maior perigo de contágio e aquisição de hábitos.

A passagem do tempo “revela” o perigo escondido na infância - sendo o “revelar” representativo do encontro de duas lógicas em ação: a lógica do contágio e a lógica da imanência do mal no “menor”. A idade mais avançada, o maior convívio com hábitos duvidosos, a maior exposição à violação, todos esses elementos vão estabelecendo um perfil para esses “perigosos”, perfil também sobre o fracasso familiar na criação e controle dos filhos, o que os sujeita aos vícios e mazelas da promiscuidade social. (SCHUCH, 2009, p. 137).

Esta noção de um “perigo” constante, estava presente no abrigo, tanto para aqueles que estavam a mais tempo, como para o novato. O abrigo que acolhe insere também uma noção de perigo, separando, dividindo por idades, tamanho e tipologia.

Ricardo expressou que na sua adolescência teve que conviver com dois mundos, o do bem e do mal mostrando que teve dificuldades na época em transitar por estas duas concepções de mundo, nomeando-se fora do normal.

A gente quando é adolescente, o mundo... está aprendendo como funciona o mundo é uma coisa, é diferente,entendeu... naquela época, eu precisava daquelas pessoas, eu tinha que me agarrar em alguma coisa, me agarrar em alguém...eu não tinha, o jovem adolescente no meio do mundo onde se tu fizer a coisa certa tu é aplaudido, mas se tu fizer a coisa errada tu é condenado, não tinha, não tinha muita possibilidade de passar a mão por cima, então o que acontecia, eu me coagia,me escondia,mais tímido, mais quieto, daí o que aconteceu, hoje não,hoje isso não acontece mais, já não existe mais, hoje eu sou adulto, eu já passei por tudo isso aí, tanto que eu venho trabalhando no tratamento psicológico, venho fazendo as coisas, venho mudando minhas atitudes porque hoje eu sou uma pessoa normal, como qualquer outra pessoa.

5.1.2 O Cotidiano Institucional

Analisemos como cada jovem experimentou o cotidiano institucional. Remetome as orientações de Thomson (1997) para pensar que memórias estes meninos escolheram recordar e como deram sentido a elas com o passar do tempo.

Observemos como Felipe relatou o cotidiano do abrigo:

Nessa época eu estudava, eu trabalhava na horta ou trabalhava na cozinha, ia pro tambo. [...] eu ficava, trabalhava na monitoria, no refeitório, na cozinha, trabalhava na lavanderia, trabalhava na costuraria, na horta.

Nós incomodávamos bastante, nós roubávamos os nossos próprios cobertores, roubávamos não vou usar esse termo, não é exatamente esse, nós nos apoderávamos do nossos próprios cobertores, ia dormir nos matos, nós fazíamos fogo no mato, claro fazíamos a atividade ali, varia o pátio e se largava... coisa bem de adolescente mesmo, mas nada que eu... como é que eu posso dizer... nada que eu traga de ruim desse tempo, porque esse tempo foi bom para mim, foi ótimo, conheci uma pessoa que eu gostei, tive esse relacionamento assim legal, fiz curso na construção civil, fiz curso de computação. [...] o abrigo oferecia, fornecia prá gente, mas eu aprendi a ler escrever, entendeu, eu tive uma noção do que era viver em grupo, com outros, com outras pessoas,entendeu.

[...] quando ele (Diretor) não estava na casa era um furdunço, os monitores se viravam em cinquenta cada um para poder manter os guris, na fila reta do menor ao maior, mão no ombro, e a fila sempre torta e os guris sempre conversando, estavam nem aí, tem um furando a fila na hora do almoço... quando o seu T. (Diretor) estava, o seu T. só uma vez, duas vezes, daí a gente já sabia, uma vez era para ficar atento, a segunda vez é para botar a mão no ombro, a terceira vez é para ficar bem quietinho, assim como quartel. Tu só ouvia os passarinhos, até os monitores ficavam quietos...

- [...] aí dei um tapa no rosto dela, ai ela veio, “desgraçado”, veio prá cima de mim aí a P. (monitora) se meteu, “não”, “Felipe bateu na monitora (inaudível)”, ai me levou (para a Delegacia), ela me deixou acho que uns quatro, cinco plantões dela sem brincar no pátio,ela chegava,era o café da noite, dormitório, banho e cama, banho e cama, dai eu falei para o seu T. (Diretor), olha isso e aquilo, daí o seu T. não, então vamos suspender esse castigo que estava demais, porque daí a gente já tinha o vício do cigarro, não podia fumar um cigarro, onde eu estava ela estava junto, ela sempre estava,mesmo eu não fazendo nada ela mandava,sabe aquela coisa assim, “se tu aprontar hoje, o pátio é todo teu”, lembra que a gente varria todo o pátio, “hoje tu vai passar cera no dormitório”, “haa, tu incomodou, então hoje o refeitório é todo teu”, a gente que limpava sozinho, claro era um castigo, era um simples castigo, mas era um castigo até, como vou dizer (inaudível)... até bom, porque daí tu já sabe varrer um pátio, já sabe passar uma cera,entendeu, já sabe... e a aquilo era prá nos mesmos prá nossa convivência mesmo,entendeu, não vou comer num lugar sujo.

Tinha as brigas, que me assustavam um pouquinho, claro que muitas delas eu causei, mas foi depois de um período que eu estava lá, estava com 13,14 anos e daí sim que eu fui pegar aquele jeito,ou tu te defendia ou tu vivia apanhando, entendeu... dos outros menores, então a gente é obrigado a se defender de alguma forma, é mas o que mais me assustava era assim... o pessoal era violento mesmo, brigavam e seguinte... me lembro que tinham que chamar até a polícia, vinha horrores de camburão.

Acompanhemos agora a narrativa de Ricardo:

[...] a fantasia toda da vida em si era na época do abrigo, ali sim eu tinha uma estrutura, não tinha tempo prá pensa, a fantasia era para fazer outros tipo de coisas, ali eu tinha tempo, porque tinha toda uma estrutura, por mais que nós éramos 130 alunos ali, mas tinha uma estrutura, eu tinha psicólogo que era a J. e o seu N., nunca mais me esqueci deles, entendeu, então tinha assistência, tinha Serviço Social, vários apoios de todas as maneiras, uma criança poderia ser salva, eu fui ali, só que eu não tinha me dado conta daquilo ali, que aquilo ali faria a diferença no futuro. [...] O S. (abrigado) nós quase matamos lá dentro, fui para a DIPAME (Delegacia) tudo, eu tenho uma cicatriz no ombro, que o W. (abrigado) fez no atalho, nós tudo chapado, não, isso já vem... eu vi os caras apanharem lá, muitas vezes defendi e quando não dava certo deixava, até porque tinha uma amizade muito grande com eles, os guris me respeitavam e eu respeitava eles, quando eu via que estava demais eu... dizia deixa o cara aí..., tá tá beleza, eu sempre fui tranquilo com eles, sempre fui. Sempre tinha (briga) em todo o abrigo, a única coisa que diferenciava ele de uma cadeia era a liberdade, só simplesmente liberdade, nada mais, porque naquela... os mais fortes manipulavam os mais fracos, se tu não tivesse uma certa manha, uma influência muito grande, tu não seria ninguém, então provavelmente, perante aos olhos dos monitor eram todos (inaudível) anjinhos, só que por trás daquilo ali, quando estavam, por exemplo, no atalho bebendo ou fumando, ou fazendo qualquer outro tipo de coisa, a coisa já mudava de figura. Eu, duas, três vezes lá tive que brigar, coisa que nunca fui, eu não vou apanhar desses caras, aí tem que brigar.

[...] muita gente que saiu de lá, não conseguiu se segurar, não saiu, não conseguiu, porque aquela casa, eu me lembro muito bem, disse anteriormente ela era muita vantagem para os menores de idade, claro que tinham as suas responsabilidades tudo, era assumido tudo cedo para..., além do comportamento bobo, tinham muitas coisas na mão, então aquilo ali, debilitou, praticamente no meu caso me prejudicou um pouco, eu não achava báh o abrigo um inferno, como tudo, FEBEM, mas hoje eu vejo, que muitas vezes, o seu... como é o nome dele, o irmão do F. (monitor), o seu L. (monitor) dizia, oh, um dia vocês vão sentir falta disso aqui, um dia vocês vão ver que a vida lá fora não é essa maravilha que é aqui dentro, tanto que a gente achava aquilo ali o último dos últimos, que não tinha liberdade prá nada, e na realidade o que mais tinha era liberdade e o suficiente ainda prá virá o mundo de perna pró ar.

[...] porque lá a gente era unido...

Verifiquemos as lembranças de Marcos:

Aquele abrigo, até é uma coisa que eu tento apagar um pouco da minha mente, porque eu sofri muito naquele lugar, foi muito complicado, eu vejo muita maldade e duas coisas boas, eu vejo a R. (monitora) como uma pessoa, um ponto favorável na minha vida, ela foi importante, o B. (monitor), na minha vida foi muito importante, e o resto, infelizmente são só coisas ruins, briga, droga, uma pessoa que não era para ter sido e me tornei, só não fiquei pior por causa dessas pessoas que eu acabei citando. Então do abrigo mesmo não tenho nenhuma lembrança boa. Só briga, o dia batendo, batendo, aliás, por muito tempo, apanhando, apanhando, apanhando até que eu me revoltei e comecei a bater, bater, bater. Apanhava da gurizada, cheguei a apanhar do monitor.

[...] tanto que eu sempre tive um respeito imenso pela R. (monitora) até hoje, volta e meia a gente tem o prazer de se falar, é uma relação, eu tenho uma relação melhor com ela do que com a minha própria mãe, que eu julgo a educação, o ser que eu me tornei, muito pela R.

(monitora), muito pelos puxões de orelha na hora certa e o não abandonar na hora certa, quando todo mundo queria que o cara se ferrasse ela me puxava, eu pelo menos, no caso, eu tinha uma relação muito mais forte com ela porque ela me puxava, trocávamos uma idéia, me explicava o que estava acontecendo no momento que eu naquela rebeldia, de certa forma justificável, não conseguia enxergar e ela com um jeito, sei lá, severo, ao mesmo tempo me cativava, eu sei lá, eu conseguia muitas vezes ser controlado por ela, eu sempre fui muito agressivo depois de tanta coisa. Quando eu achava que eu ia estar jogando vídeo-game numa vida mais ou menos, sei lá, dentro da minha casa eu me vi, num lugar que as pessoas se matavam no banheiro, iam para o campo, para mim o tipo de vida que eu tinha antes e fui ter depois, aquilo foi uma mudança muito radical de conceitos de amor ao próximo [...].

Cada narrador recordou a sua maneira, mas todos evidenciaram as brigas, as discussões, o uso de drogas, os castigos, as brincadeiras, as regras, a presença da autoridade e os amigos que ali encontraram. O abrigo é paradoxal, ora acolhe, ora aprisiona.

Estas narrativas apresentam um cotidiano institucional permeado por práticas disciplinares de vigilância e controle. O ECA deveria ser implementado neste cotidiano que até então era marcado pelos preceitos do Código de Menores.

A disciplina presente anteriormente no instituto, que operava através da arquitetura de um panóptico, onde a vigilância, o olhar hierárquico, as atividades cronometradas garantiam o adestramento dos corpos, não deveria operar da mesma forma no abrigo da proteção. Era necessário retirar da instituição a marca do passado da FEBEM, da clausura dos internatos, onde os jovens realizavam todas as suas atividades dentro da instituição. No ECA, crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, com liberdade de ir e vir, devendo participar ativamente da comunidade.

O episódio da retirada das atividades rurais, juntamente com a redução do número de funcionários fragilizou toda a instituição, que deveria recompor-se diante desta realidade. A questão era como controlar sem ferir a lei da proteção?

O abrigo através de seus funcionários anunciava o discurso da proteção no ingresso dos meninos, dizendo que se ali permanecessem eles teriam seus direitos garantidos. Entretanto, se estabelecia que deveriam cumprir as regras do abrigo para que obtivessem proteção.

Por outro lado, como o abrigo era uma “casa aberta”, não havia nada que impedissem os meninos de saírem, era necessário convencê-los que ali deveriam ficar. Logo, é através da disciplina, que seus corpos são adestrados a permanecerem no abrigo.

Mesmo com as limitações da lógica disciplinar, foi criada uma estratégia de circulação dos meninos, que garantia que eles retornassem. A liberdade de ir e vir determinada pelo ECA era realizada liberando-os para saírem nos finais de semana. A preocupação era mais em não deixá-los presos, do que protegê-los. Os jovens saíam, circulavam pela cidade e retornavam para o abrigo. Combinavam com as equipes as saídas, alguns iam para suas famílias e outros iam passear. Os pequenos, que queriam sair combinavam com os grandes e saíam também. Somente não podiam sair os impedidos, que se quisessem também saíam, mas sabiam que quando retornassem continuariam impedidos. Esta estratégia de circulação estava tão naturalizada que o Estado protetor não era questionado sobre as contradições na política pública de proteção – os meninos eram encaminhados pelo conselho tutelar, tirados das ruas com a justificativa de proteção, a família era culpabilizada e tomada como negligente e/ou vulnerável, mas no cotidiano do abrigo os meninos tinham uma condição frágil de proteção e cuidado que caracterizava esse abrigo como negligente.

Estar abrigado, mesmo que nesta forma aberta, colocava os meninos na condição de equilibrista, destituídos de suas referências, precisavam inventar a própria vida, a liberdade da rua, do mato, os territórios provisórios, as relações de afetos com os pares, com técnicos da equipe, inventar formas de lidar e se equilibrar entre a violência da rua, da sua comunidade, de algumas famílias, e aquelas do cotidiano do abrigo.

Segundo Foucault (1986, p.153) “a disciplina fabrica indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício”.

Este poder disciplinar revelou-se no uso de instrumentos simples, neste caso, nas atividades de limpeza, trabalho e organização do abrigo, mas ampliava-se por toda a extensão dos corpos destes jovens. Pois, caso não cumprissem sabiam que seriam punidos, através dos impedimentos, da refeição tardia, da limpeza forçada, da retirada das atividades de lazer, além da humilhação e exposição frente ao grupo. O não cumprimento de uma regra quando solicitada, como a de limpeza, por exemplo, era considerada uma incapacidade e deveria ser corrigida na própria tarefa, ou seja, realizando a limpeza.

Felipe recorda, quando agrediu a funcionária, que foi levado para a Delegacia para registrar a ocorrência e que retornando ao abrigo a funcionária deixou-lhe de castigo.

Calcular uma pena em função não do crime, mas de sua possível repetição. Visar não a ofensa passada, mas a desordem futura. Fazer de tal modo que o malfeitor não possa ter vontade de recomeçar, nem possibilidade de ter imitadores. (FOUCAULT, 1986, p. 85).

A indisciplina de Felipe resultou nas punições: registro na Delegacia e impedimentos diários, que tomaram uma dimensão de detalhes que não só atingiu Felipe como o restante do grupo. Felipe tornou-se um exemplo a não ser seguido. O que determinou a indisciplina de Felipe não pareceu ser discutido, o preceito “agressão não se justifica” fundamentou a punição e reafirmou a concepção de jovem perigoso.

As disciplinas como refere Foucault (1986, p. 159) determinam uma “infra-penalidade”, que operam em espaços vazios deixados pelas leis, ou seja, vão enobrecer ou reprimir os comportamentos que escapam dos grandes sistemas de castigo por sua relativa indiferença. Acrescenta ainda que a punição na disciplina funciona através da gratificação-sanção.

Felipe relatou que antes de ir para o mato, local que gostava de ir, fazia as atividades do abrigo, logo era gratificado por ter realizado as tarefas. Ricardo também recordou que tinha “suas responsabilidades” e “vantagens” no abrigo, ou seja após cumprirem suas tarefas eram liberados/autorizados para saírem, irem para o mato, fazerem as coisas que gostavam.

Quando falam do mato, este era um lugar onde tudo que não era permitido no abrigo ali poderia acontecer. Local onde não tinha a vigilância do abrigo, onde era possível dormir a qualquer hora, beber, namorar, brigar e usar drogas. Como estão próximos, “abrigo” e “mato”, o que acontecia num, estendia-se ao outro, logo as consequências do que faziam no mato iam para o abrigo. Chegavam com ressacas, ferimentos, doenças, ressentimentos pelas brigas ou por desenlaces amorosos.

A prática da disciplina presume a utilização do dispositivo da vigilância, o abrigo não conseguia vigiar da mesma forma os meninos, ocorre então uma inversão do dispositivo da vigilância.

A sociedade disciplinar pensada por Foucault dá passagem à sociedade de controle identificada por Deleuze. “Estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea” (DELEUZE, 1992, p. 216).

O controle na instituição é aberto e contínuo, é um controle invisível, que perpassa as paredes da instituição, já não é mais necessária a presença do monitor, para que a vigilância ocorra. Logo, mesmo não estando no abrigo os meninos são governados por uma lógica disciplinar, que aparece nas relações que possuem uns com os outros.

Ricardo anuncia na sua narrativa que no mato, as brigas eram mediadas entre eles, como se incorporassem personagens do abrigo que referissem autoridade, estabelecendo o que poderia ou não acontecer no mato. Portanto, os dispositivos de poder, que estavam antes amarrados a uma estrutura arquitetônica e disciplinar, agora adquirem uma fluidez, atuando em toda a extensão do abrigo e dos corpos. A lógica do confinamento se atualiza, mas agora num abrigo que não precisa de portas ou muros, o confinamento se dá pelo fora, é o livre se sentindo preso. Eles estão livres na instituição, para sentirem-se presos a ela.

A vigilância se dá pela informação, sabe-se do que acontece fora e dentro do abrigo, logo ela continua existindo, mas agora virtualmente. Os monitores que devem assumir diretamente o cuidado com os jovens, encontram nesta inversão do dispositivo de vigilância uma forma de vigiá-los. A informação acaba sendo moeda de troca, entre todos. Todos vigiam todos. Marcos relembra que muitas vezes era controlado pela monitora R.

O monitor é aquele que aconselha e pune. Foucault referindo-se à colônia penitenciária de Mettray, que tinha como objetivo atender jovens delinquentes aponta:

Os chefes e subchefes de Mettray não devem ser exatamente nem juízes, nem professores, nem contramestres, nem suboficiais, nem “pais”, mas um pouco de tudo isso e num modo de intervenção que é específico. São de certo modo técnicos do comportamento: engenheiros da conduta, ortopedistas da individualidade. (FOUCAULT, 1986, p. 258).

Quando o jovem ingressa no abrigo, o monitor é aquele que vai conhecê-lo, informá-lo do abrigo, orientá-lo nas atividades. Deverá produzir uma relação de

vínculo com o menino. Um vínculo que seja capaz de acolher e controlar, visto que ora eles são perigosos, ora eles estão em perigo.

É preciso considerar os efeitos que esta experiência de abrigamento produziu nestes jovens. As relações de poder na instituição não só transformaram, mas produziram sujeitos, adequando-os à sociedade e perpetuando suas dificuldades sociais.

O abrigo considerava a função de acolher uma criança ou adolescente, que porventura não estivesse sendo beneficiado pelo ECA, como tendo que transformar este jovem, para estar em condições de receber os benefícios do ECA. Para ser transformado ele precisava ser disciplinado.

Considerando os métodos utilizados por este abrigo para disciplinar, podemos presumir que eles reproduziam aquilo que eles se destinam a erradicar. Através da disciplina marcada pela punição, os jovens vão sendo subjetivados a tornarem-se sujeitos de uma punição, ou seja, “eu sou punido por não ser um beneficiário do ECA.”

Mas a obviedade da prisão se fundamenta também em seu papel, suposto ou exigido, de aparelho de transformar os indivíduos. Como não seria a prisão imediatamente aceita, pois se só o que ela faz, ao encarcerar, ao retrainar, ao tornar dócil, é reproduzir, podendo sempre acentuá-los um pouco, todos os mecanismos que encontramos no corpo social? (FOUCAULT, 1986, p. 208).

5.1.3 Dos Corpos Institucionalizados

Nas narrativas os meninos falaram de suas mudanças corporais e seus relacionamentos sexuais.

Um corpo para amar e se defender. Felipe recorda seu primeiro relacionamento homossexual:

- Porque era o meu primeiro relacionamento homossexual, eu estava confuso, aquela coisa assim eu queria, mas também achava estranho, por exemplo, eu achava estranho dez minutos, mas ficava duas, três horas querendo aquilo, entendeu, e era uma coisa boa, porque eu não via o L. todo o dia, toda a hora, ele saía, ele trabalhava na Sede .
- Aí eu comecei a fazer cosquinhas nele, aí nós se abraçamos e ficamos rolando, daí eu decidi dá um beijo nele, aí ficava assim tirando o rosto e não e não e não, quando vê rolou e desde aí é isso, fiquei tremendo, aquela coisa toda, num ano assim mais ou menos, eu não podia olhar prá ninguém, me chamava lá atrás dava aquela bronca, me dava uns tapas, aí teve uma vez que eu estava lá lavando as roupas dele, no banheiro geral e ele me deu um tapa assim na bunda e eu estava com uma bermudinha, que a FEBEM dava de um tecido bem fininho que nem esse aqui, que me doeu e eu joguei a escova nele, e pegou na cabeça, e ele ficou brabo, porque ele disse prá mim tu me joga qualquer coisa, não pegando na minha cabeça eu não me importo, e pegou na cabeça dele, daí começamos a brigar [...]. [...] tumulto meu e do L. na época, a monitoria cheia de guri na volta, o L. lá dentro, o L. não queria assumir para os monitores que tinha um caso comigo, daí eu digo, não, tu tem que assumir, que a gente tem que acabar agora.
- Eu quando sai da FEBEM, numa das minhas fugas do abrigo A.A. que eu retornei já travestido de mulher os guris já viraram a cara prá mim. Eu já tinha saído de lá com o cabelo mais ou menos comprido. Quando eu voltei, eu voltei com o cabelo mais transformado, já tinha tomado injeção de hormônio, já voltei um pouco transformado, entendeu, não esta pessoa que tu estás vendo agora, aí eles viraram o rosto prá mim, viraram a cara prá mim.
- E na verdade eu tava procurando alguém ali dentro que fosse forte o suficiente pra me defender dos outros, aí eu fiquei entre ele e o A.,o X. e o M.A. .

Marcos cria um corpo para lutar:

- Fui criando corpo, força prá bater nas pessoas, prá elas não me baterem, foi o que eu fiz. [...] até hoje eu não gosto de briga, até hoje, tenho tamanho, tenho tudo, mas odeio briga, não gosto de briga mesmo, só que era auto-defesa, nunca peguei ninguém prá bater, ah, vou bate naquele ali, sempre foram pessoas que quiseram bater em mim e eu acabei brigando, mas nunca eu quis bater em ninguém, mas bati muito, briguei muito, naquele lugar e apanhei bastante. Todo mundo, nos monitores já bati, nos alunos, em todo mundo eu fiquei bem rebelde, numa fase muito louca na minha vida.
- E, sabe que eles (os homossexuais) sofriam muito, apanhavam muito de nós, e eu me incluo nessa, nesse nós aí, porque eu muito judiei deles também, mas era um preconceito da época, um preconceito da época. Por preconceito, da minha parte extremamente preconceito, 100% preconceito. Não vou muito com a cara de vocês mesmo, vamos quebrar eles, se juntava todo mundo e quebrava, ou de repente por causa da turma, sei lá. Bode expiatório da situação, tava estressado, não ia brigar entre nós, quebrava a cara deles, de repente eu não sei, eu não tenho como julgar isso, prá mim é complicado julgar isso.
- [...] aí tem duas doses, né, tem a parte que eu me destruo, a mim e aos outros, e tem a parte que eu sou marginal mesmo, marginalismo, foi no abrigo A.A1. Claro, ninguém vive sozinho, ainda mais num lugar desses, tem que formar alianças, se na política eles formam as alianças doidas, imagina numa selva, que nem é uma coisa dessas, tem que formar aliança, não tem jeito. Pró tudo claro, são tua irmandade, tu forma um grupo ali e grupo fechado, não entra ninguém, não sai ninguém.

Ricardo move-se pelos hormônios:

- Então ai praticamente, nunca tinha ouvido falar sobre homossexuais, lá encontrei vários também que tinham, então começou todo um, uma história, mas sempre procurei tratar todo mundo normal, todo mundo direito e foi indo.

- Porque eu era adolescente, movido aos hormônios, sabe como é que funciona, e essas lesões corporais também é coisa de adolescente movido a hormônios hoje em dia, já adulto, eu não tenho nenhuma ocorrência de um roubo, estelionato, muito pelo contrário eu passo pela polícia de cabeça erguida, eu não preciso passar me escondendo, isso prá mim, se tornou uma coisa boa, eu comecei a perceber que eu posso ir mais longe, entendeu eu posso adquirir mais coisa, embora, eu não tenho amor, mas tenho inteligência, não tenho inteligência, mas tenho garra, tu entendeu.

Nestas narrativas os entrevistados falaram da experiência da institucionalização no corpo. Quando o jovem ingressa num abrigo, raramente traz uma mala, ou uma bolsa com seus pertences. Às vezes, traz uma sacola plástica, dessas de supermercado, com uma ou duas peças de roupa. Na maioria das vezes, ele chega apenas com seu corpo. E é neste corpo que a institucionalização acontece.

O corpo vai como que tomando a cara da instituição. Logo, o jovem já está vestindo as roupas da instituição. Igualmente, se alimenta, dorme, transita, fala e respira a instituição. É como se a cada dia ele incorporasse um pouco da instituição no seu corpo.

O corpo, neste abrigo, deveria ser disciplinado, deveria obedecer aos horários estabelecidos de comer, dormir, levantar, trabalhar e estudar. O corpo deveria ser ordeiro, entrar na fila, respeitar os tamanhos de cada um, os grandes e pequenos.

Seus corpos eram vigiados. Por exemplo, à noite sempre ficavam dois funcionários em cada dormitório, um revezando o horário com o outro. Esta pessoa, de hora em hora, fazia a ronda caminhando pelo corredor do dormitório.

Segundo Foucault os colégios do século XVIII tinham o seguinte funcionamento:

Visto globalmente, pode-se ter impressão de que aí, praticamente não se fala em sexo. Entretanto, basta atentar para os dispositivos arquitetônicos, para os regulamentos de disciplina e para toda organização interior: lá se trata continuamente de sexo. Os construtores pensaram explicitamente nisso. Os organizadores levaram-no em conta de modo permanente. Todos os detentores de uma parcela de autoridade se colocaram num estado de alerta perpétuo... O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com ou sem separação,

com ou sem cortina), os regulamentos elaborados para vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças. O que se poderia chamar de discurso interno da instituição articula-se, em grande parte, sobre a constatação de que essa sexualidade existe: precoce, ativa, permanente. (FOUCAULT, 1988, p. 30).

Este abrigo carregava no seu cotidiano marcas de um tempo passado, onde a arquitetura de repressão era mais um ingrediente nas relações de poder. Na instituição da proteção o controle dos corpos tomava outras formas.

Segundo Foucault (1979, p. 146) “o poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo”. O corpo tornou-se fundamental para operar as relações de poder.

Este autor considera que a consciência que tivemos sobre nosso corpo se deu através do efeito do investimento no corpo pelo poder. Os exercícios, a musculatura, a nudez, tudo isso conduz ao desejo de seu próprio corpo. O poder não abandona o corpo, o corpo se revolta contra ele, mas o poder apenas se desloca, faz outros investimentos, continuando a operar no corpo. O investimento deixa de ter uma forma controle-repressão para ter a forma controle-estimulação.

Nos registros do abrigo constava que atendia jovens do sexo masculino, entre idades de 12 e 18 anos. Questões sobre a homossexualidade de alguns adolescentes eram faladas, mas sempre com a preocupação de evitar que acontecesse no abrigo. Como os meninos sabiam que não poderiam relacionar-se no abrigo iam para o mato. A instituição respondia não. Não era permitido nem o relacionamento entre os adolescentes, nem tanto pouco que vestissem roupas femininas.

Mesmo com as negativas institucionais, os relacionamentos amorosos e sexuais entre os jovens estavam presentes no abrigo. Nas reuniões, quando a pauta eram os homossexuais, as opiniões eram divergentes e nada ficava muito definido. Presumo que talvez a preocupação não fosse exatamente com os jovens e sim, que esses relacionamentos não ocorressem dentro do abrigo.

Por exemplo, uma das discussões era se deveríamos ou não fornecer preservativos e, se o fizéssemos, se iríamos estimular estas relações com a iniciativa. Será que estaríamos permitindo que ocorresse dentro da instituição? E como ficaria a situação dos menores, estaríamos estimulando o sexo entre eles? E o abuso sexual, estaríamos incentivando? Quem deveria fornecer os preservativos, a

enfermaria, os monitores? As posições se dividiam revelando o preconceito, a falta de informação entre os funcionários, o despreparo e a concepção de uma infância e adolescência de risco.

Criava-se um dilema institucional, pois se as medidas de proteção especial previstas pelo ECA, direcionavam-se para aqueles em situação de risco social, por seus direitos terem sido ameaçados ou violados, e estes jovens estavam abrigados para serem protegidos, que riscos o abrigo poderá enfrentar frente ao fato de fornecer preservativos aos jovens?

A concepção de uma infância de risco e em risco situa-se na incerteza do futuro. Logo, a noção de risco incorpora uma idéia de incerteza, que se compõe de resultados que possam ser tanto favoráveis como desfavoráveis (CRUZ; HILLESHEIM, 2009a).

Mesmo quando se falava em relacionamentos heterossexuais, a orientação era de estimular, mas que a prática se desse longe dos muros da instituição. Novamente, se avaliavam os riscos que se poderia ter aceitando/permitindo os relacionamentos amorosos no abrigo. As preocupações com as doenças e a gravidez na adolescência eram discussões intermináveis e dizia-se: entre correr o risco é melhor evitar.

Os jovens sabiam que falávamos sobre eles. Nas reuniões gerais, eles conheciam os movimentos, sabiam que a rotina do abrigo era alterada, que seria um dia de decisões e combinações que tinham haver, na maioria das vezes, com eles.

A sexualidade, tornando-se assim um objeto de preocupação e de análise, como alvo de vigilância e de controle, produzia ao mesmo tempo a intensificação dos desejos de cada um por seu próprio corpo (FOUCAULT, 1979, p. 146).

Nos relatos de Felipe ele declara que vestia roupas femininas. Os jovens ao vê-lo “lhe viraram a cara”, numa atitude de desprezo. Felipe sabia das proibições do abrigo, mas desejava expor-se.

Quando os jovens chegavam vestidos com roupas de mulheres, eles eram encaminhados para conversarem inicialmente com os monitores, que deveriam convencê-los a colocarem roupas masculinas. Como numa escala, caso os monitores não conseguissem convencê-los, iam para os técnicos e para a direção. A direção do abrigo era o último recurso de convencimento.

Persuadidos, trocavam as roupas, prometiam que não iriam usar mais, e para provar isso, entregavam as roupas, para serem colocadas em algum lugar que não tivessem acesso.

As relações de poder então se estabelecem nesses microcampos, no fornecimento dos preservativos, no falatório, na exposição corporal, na separação dos corpos, na proibição de uso de roupas consideradas femininas.

Os estudos de Parker demonstram que no Brasil encontramos uma variedade de homossexualidades. Sugere que a homossexualidade masculina, como qualquer outra forma de expressão sexual, é constantemente modificada, tanto na sociedade como na experiência individual, e que uma compreensão da natureza transitória dos significados sexuais é, portanto, intrínseca a uma compreensão da experiência sexual. (PARKER, 2002, p. 52).

Acrescenta, que se a experiência sexual está de fato em movimento constante, é fluida e flexível, e em transformação, ela não permanece assim indefinidamente, ela sempre toma forma dentro de um campo complexo de poder e dominação.

As análises sobre a homossexualidade masculina brasileira devem considerar as peculiaridades de uma cultura tradicional machista, marcada por práticas e significados que por décadas identificaram os povos latinos. Este sistema tradicional é ancorado numa economia rural de *plantation* que por quase quatro séculos dominou a vida brasileira e que ainda hoje tem fortes influências no cotidiano dos brasileiros, apesar das rápidas transformações na sociedade, principalmente nas áreas urbanas. (PARKER, 2002).

É neste sistema cultural tradicional que o corpo passa a ser matéria prima para a construção e reconstrução do gênero, assim como as relações de poder que marcam e constituem o universo do gênero.

Neste modelo de vida sexual, a ênfase cultural parece ser colocada não apenas nas práticas sexuais nelas e delas mesmas, mas na relação entre as práticas sexuais e os papéis de gênero- em especial, na distinção entre atividade masculina percebida e passividade feminina como o cerne da organização da realidade sexual. É em termos desta distinção simbólica entre atividade e passividade que noções de macho e fêmea, de masculinidade e feminilidade, e similares, foram organizadas no Brasil. (PARKER, 2002, p. 55).

Nas narrativas de Felipe, ele revela seu amor por L., este por sua vez nega seu envolvimento com Felipe. Examinando as narrativas, podemos considerar que os “ativos”, mesmo se relacionando com os “passivos”, não se consideravam homossexuais. Então, se estabelecia uma relação de poder, em que os homens legítimos seriam os ativos e os considerados homossexuais, os passivos.

Os adolescentes ao mesmo tempo em que agriem e rechaçam aos passivos fazem “uso” de seus corpos “afeminados”. Felipe lembrou que lavava as roupas de L., que inclusive “levava uns tapas” dele, por L. não querer que ele “olhasse para ninguém”, e acrescentou “que estava procurando alguém para defendê-lo”.

Neste contexto, L. identificava-se como um homem com características machistas, desconsiderando sua possível homossexualidade ativa. Por considerar Felipe homossexual passivo, com características femininas, L. estabelece uma relação de dominação com Felipe, em que este é visto como mulher, inferior, tendo que obedecê-lo, para não apanhar, tendo que servi-lo lavando suas roupas.

A homossexualidade dos jovens era vista como um desvio, tendo que ser tratada e evitada. O abrigo tratava os relacionamentos homossexuais evitando que ocorressem dentro da instituição e somando-se a isso, os homossexuais eram constantemente utilizados na limpeza e organização do abrigo, reforçando a figura do homossexual passivo, fraco e inferior. Quando ocorriam as relações homossexuais às escondidas, no mato, território onde as relações de poder se estabeleciam tanto quanto no abrigo, o mesmo tratamento repressor e autoritário do abrigo era dado aos homossexuais. Ou seja, eles eram usados, agredidos e desrespeitados.

A possível homofobia de Marcos anunciou uma prática que era naturalizada no abrigo, não somente da parte dele. Os jovens brigavam entre si, mas a agressão a um jovem homossexual tinha outra conotação, eles não estariam batendo num homem estariam batendo numa “bixa”, como eram chamados. Numa briga entre dois jovens supunha-se que estavam no mesmo nível de disputa, onde não se sabe quem vai ganhar/bater ou perder/apanhar. A briga entre um homem e um homossexual pressupunha que o resultado já estava dado, o homem vai bater/ganhar e o homossexual vai apanhar/perder. Logo, novamente se evidenciam o machismo nestas relações onde o homossexual masculino é visto como mulher e inferior.

Pesquisas apontam que embora existam no Brasil estudos referentes à sexualidade da juventude, estes estudos ainda desconsideram a diversidade sexual. Pocahy e Nardi (2007) desenvolveram uma pesquisa junto à população jovem em Porto Alegre (RS) que inicialmente motivou-se pelo agravamento da epidemia de HIV/AIDS e outras DST na população de homens jovens que fazem sexo com homens. No entanto, a pesquisa se ampliou para outros grupos de jovens, não restringindo a participação somente de jovens que fazem sexo com homens, revelando-se afirmadora no sentido de romper com marcadores identitários, que reforçam a lógica binária da sexualidade e do gênero.

Nesta pesquisa intervenção, foi criado um grupo chamado “Saindo do armário e entrando em cena”, onde os pesquisadores referem a participação de jovens abrigados em instituições públicas. Demonstram em suas análises as dificuldades, que estes locais possuem no trato das liberdades de expressão quando se referem à diversidade sexual. Eles referem-se à participação de um jovem no projeto, onde o fato de autorizar ou não sua participação, causou constrangimentos que resultaram no impedimento deste jovem a este grupo.

Esta pesquisa revela que ainda perduram sérias dificuldades em relação a este tema. Reflito a questão da seguinte forma: se para a participação em grupos de defesa dos direitos humanos e da livre expressão de sexualidades, a instituição impede sua participação, o que a instituição lhes oferece senão a punição por eles serem diferentes, punição esta referendada por um saber psi, que teima em modelos arcaicos e teme em correr riscos.

Portanto, o abrigo que era para proteger estes jovens, que muitas vezes vêm com um histórico de situações de violência, prostituição e abuso sexual, reafirma, através de sua prática, algo que a política pública deveria combater.

Nas narrativas de Ricardo, ele justifica seus envolvimento com roubos e lesões corporais à atuação de seus hormônios no corpo, sendo algo incontrollável, por causa biológica. Há na sua narrativa a presença de um discurso médico biologizante e naturalizado em relação à adolescência, onde tudo se explicaria pela ação dos hormônios no corpo.

A perspectiva da adolescência como fase de desenvolvimento não problematiza os processos que se instauraram na modernidade e que governam os modos como nos tornamos sujeitos e cidadãos. Compreender as diferentes expressões da juventude no seu direito pleno de cidadania implica compreender sua possibilidade de emergência nesse mesmo processo histórico. (POCAHY; NARDI, 2007, p. 54).

A instituição através da valorização da força, dos esportes, do futebol, dos músculos, das tarefas que exigiam força física, foi engendrando nos corpos, uma concepção de masculinidade relacionada à força. Assim, as brigas, mais que uma disputa corporal, revelavam uma relação de poder entre quem apanhava era o fraco e quem batia era o forte. Portanto, quando Marcos narra “ninguém vive sozinho, ainda mais num lugar desses, tem que formar as alianças”, presumo que ele anunciava um campo de lutas, onde necessitava de aliados e de um corpo que tivesse força para lutar. Penso, também, na importância da amizade como resistência ao poder autoritário da instituição.

As drogas presentes neste cotidiano institucional, também deixam suas marcas e compõem as masculinidades constituídas. Felipe relembra sua experiência com as drogas:

- Na época não suportava bebida, não suportava cigarro, não suportava nada de droga nenhuma, entendeu, tanto que eu fui conhecer as drogas depois, fui conhecer as drogas no A.A.
 - A loló que a gente mais usava no abrigo A.A.
 - Conheci as drogas, conheci a pior delas que foi o *crack*, todo o dia uma batalha prá mim não usar o *crack* e eu estou conseguindo porque, eu conheci o *crack* em Ipanema (Bairro) eu tinha... Eu sei que eu fumei nove anos o *crack*, eu só não morri porque Deus, eu acho que tem alguma missão aqui na minha vida na terra prá mim, porque eu já tomei paulada, já levei tiro, eu já passei por facada, já sofri acidente de carro, entendeu, Eu já passei pelo estágio do *crack* do primeiro pega, eu já passei pelo estágio do *crack* de vender tudo o que tinha, eu já passei pelo estágio do *crack* de roubar tudo e todos, eu passei por isso.

Ricardo narra que muito jovem já fazia uso de drogas:

- E já muito novo vinha acompanhado pelas drogas, isso foi uma coisa que me atrapalhou muito nessa época, foi o que realmente me atrapalhou foi essas drogas, eu já tinha, eu já tinha algumas passagens de internação, para desintoxicação, no Hospital São Pedro.
 - Eu não posso, até porque, aquela época lá eu vivia muito com a dependência e vi que eu não saia do lugar entendeu, eu não tinha tranquilidade, até porque eu, ou seja, depois daquela loucura toda, aquilo ali, vinha a ressaca, né, vinham as coisas ruins, ela não vinha com coisas muito boas não, ela sempre me trouxe as coisas... aí então, ou seja, a ressaca, porque praticamente, já tinha idade, andava arrumado, andava bonito, mas andava sempre

chapado, às vezes, a guriuzinha me olhava, mas o cara ali (referindo-se a ele mesmo), estava preso, tu entendeu, pô, bonito, arrumadinho, mas não dá prá encostar nele, porque é viciado. Então, praticamente vinha o desprezo e a solidão tudo vinha acompanhando sempre passando na frente, ultimamente o que eu fazia, passava por cima disso, mas através de um gole, ou através de um pega, através disso, daquilo.

Marcos relembra como fases muito ruins sua experiência com drogas, brigas e delitos:

- Eu tive duas... eu sempre fui de fases, eu tive uma fase muito ruim lá no morro (abrigo A.A) e tive uma fase muito ruim no abrigo A.A 1 (em outro endereço), não sei qual foi a pior, de repente a do abrigo A.A 1 por tá próximo a população né, sei lá, daí foi onde eu comecei mais com os delitos mesmo, roubar as pessoas e tal, foi nessa idade, foi no abrigo A.A.1, mas de rebelde de judiar de mim mesmo, do meu corpo com as drogas e brigar foi lá no morro, com certeza, lá no morro.

No abrigo o usuário de drogas nunca era bem-vindo, ele era sempre lembrado como um drogado, que poderia estar envolvido em situações de violência e de delitos. O jovem era pensado da seguinte forma: se fosse usuário era doente, se portasse droga ou realizasse roubos era doente e delinquente.

Felipe e Marcos se envolveram com drogas no abrigo e Ricardo lembra que desde muito novo já tinha algum envolvimento com drogas.

O abrigo tratava o uso de drogas através dos seguintes procedimentos: atendimentos com os técnicos, impedimentos no abrigo, encaminhamento para registro de ocorrência em delegacia especializada (no caso de portar drogas) ou encaminhamento para clínicas e hospitais. Como o abrigo era aberto, não tinha muros, isto justificava a impossibilidade de criar outras alternativas de atendimento para aquela população. Isto revelava uma compreensão equivocada da questão por parte da equipe, que naturalizava o fato de os jovens usarem drogas e considerava o isolamento e a disciplina como condição ao tratamento para o uso de drogas.

Foucault (1999) propõe estudar o poder nas suas extremidades menos jurídicas, nas suas “capilaridades”, nas suas formas mais regionais, mais locais. Sugere não considerar o poder do lado de dentro e sim no interior de práticas reais e efetivas, no seu campo de aplicação. Para Foucault o poder circula e ele não está numa relação de dominação de um sobre os outros, que ele transita pelas pessoas.

Portanto, não perguntar aos sujeitos como, por quê, em nome de que direito eles podem aceitar deixar-se sujeitar, mas mostrar como são as relações de sujeição efetivas que fabricam sujeitos. (FOUCAULT, 1999, p. 51).

Pensemos como este poder atinge os corpos destes meninos, num controle minucioso do corpo, dos gestos, dos comportamentos e dos hábitos.

Nas narrativas dos jovens, não aparece que tenham tido alguma restrição quanto a usarem drogas. Existia algo como um pacto, no abrigo não era permitido, mas no mato era. Os jovens sabiam que ao chegarem ao abrigo, teriam que realizar alguma limpeza, ficariam sem ver televisão, não poderiam jogar futebol, iriam mais cedo para a cama, não ficariam no pátio, ou comeriam mais tarde, mas mesmo assim usavam a droga. Suponho que o uso de drogas pelos jovens era uma forma de resistência a essas práticas institucionais de impedimento e cerceamento de coisas consideradas básicas da vida cotidiana, como a alimentação e o convívio com os demais. O abrigo era negligente na medida em que postergava a comida, o banho, o lugar para ficar, desconsiderando sua função protetiva.

Como o abrigo tratava o uso de drogas através da punição, os meninos se debatiam contra esse poder que tentava sujeitá-los, que os concebia como drogados, inúteis e desenganados e respondiam resistindo, não obedecendo.

Os estudos de Scisleski e Guareschi (2010) analisam os vínculos que as drogas trazem para estes jovens. Elas referem que a droga produz ao mesmo tempo possibilidades de inserção social, como possibilidades de exclusão social. Apontam, que crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, muito presente nos casos de meninos de rua, a droga torna-se uma das poucas vias de sociabilidade. A droga aparece como uma possibilidade de integração num grupo, de recreação, de tornar menos dolorosa a fome e o medo. A droga torna-se um sedativo para o sofrimento. “Desta forma, percebe-se um ciclo de exclusão e dependência, o que cria uma verdadeira “fábrica” de violência e de segregação social. (SCISLESKI; GUARESCHI, 2010, p. 4).

Tomemos o conceito de biopoder como ferramenta teórica para analisarmos a temática das drogas junto à população de jovens abrigados numa instituição pública. Foucault pensou o biopoder (2008) como uma nova lógica de poder, que se desenvolveu a partir do séc. XVIII, onde o corpo, o fator biológico humano tornou-se fundamental para as práticas de poder. A lógica do biopoder na dimensão da

biopolítica é um governo sobre a população, que tem como escopo a vida da população, para que ela dure mais, viva mais, num campo de estatísticas e cálculos, que se referem a taxas de mortalidade, natalidade, desemprego, números de doentes, etc.

A maioria dos estudos relacionados ao uso de drogas na adolescência aborda o assunto, sob o ponto de vista dos motivos, das conseqüências e do tratamento de acordo com a droga utilizada. Os motivos estão na maioria deles relacionados à família, onde esta é enunciada como desestruturada ou como aquela que não soube impor limites para seus filhos. As conseqüências centram-se em diagnósticos complexos, que envolvem alterações no sistema nervoso central, modificações neurológicas, convulsões, depressão, etc.

Decorrem destes estudos, gráficos, medicações, levantamentos de dados²³ que vão propiciar elementos para o governo pensar e agir na criação de políticas públicas em prol do governo das populações.

Foucault salienta que essa tecnologia de poder, essa biopolítica, tem funções bem diferentes daquelas que eram dos mecanismos disciplinares. Ela não trata de ficar no corpo individual.

Não se trata, por conseguinte, em absoluto, de considerar o indivíduo no detalhe, mas pelo contrário, mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação. (FOUCAULT, 2008, p. 294).

Essa regulamentação sobre a população, sobre o homem enquanto ser vivo, é o poder que Foucault fala de “fazer viver e em deixar morrer”. Há nesse poder uma desqualificação progressiva da morte, onde o fazer viver tornou-se fórmula de crescimento, índice de progresso.

²³ Segundo pesquisa do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – Cebrid, realizada em 2004, 5,2% dos jovens brasileiros entre 12 e 17 anos são dependentes de álcool, 2,2% de tabaco, 0,6% da maconha e 0,2% de tranqüilizantes. O Cebrid também identificou que 15,5% dos estudantes brasileiros de ensino fundamental e médio da rede pública já usaram solventes e inalantes pelo menos uma vez na vida. Esse número sobe para 19,1% quando considerados apenas os jovens entre 16 e 18 anos. (Disponível em: <<http://diganaoerotizacao.infantil.wordpress.com/2007/08/08/drogas-quando-a-vitima-e-o-adolescente/>>. Acesso em: 02 jun. 2010).

Neste estado de regulamentação, a população de jovens usuários de drogas é alvo da política pública na perspectiva de segurança e de fazer viver melhor, o que permitirá que entrem nas estatísticas como recuperados por políticas públicas de assistência e saúde, mas se morrerem será por culpa própria, já que os programas de saúde, as políticas públicas estavam disponíveis para incluí-los.

Observemos os artigos do Estatuto da criança e do adolescente:

Do Direito à Vida e à Saúde:

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Art. 11. É assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

Da Prática de Ato Infracional

Art. 105. Ao ato infracional praticado por criança corresponderão às medidas previstas no art. 101(o art. 101 VII prevê o acolhimento institucional)

Da Apuração de Ato Infracional Atribuído a Adolescente

Art. 172. O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente.

(Redação dada pela Lei nº 11.185, de 2005, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm).

Os dois primeiros artigos estão relacionados à proteção da vida de crianças e adolescentes. Indicando uma preocupação com a população de jovens cujas vidas estão desprotegidas e, portanto necessitam de proteção. Os outros dois, referem-se à prática do ato infracional, quando praticado pela criança ou adolescente, neste caso os jovens são vistos como infratores.

A utilização de drogas por crianças e adolescentes é permeada por questões de saúde e de justiça. O usuário de drogas, ora é visto como doente, ora é visto como infrator, ambos necessitando de tratamento, logo, jovens usuários serão conduzidos para instituições que possam tratá-los, pois tanto num como noutro caso, poderão afetar todo o corpo social, atingindo a segurança da sociedade.

O jovem percebe nesta ação, nestes encaminhamentos, que tem algo errado com ele que precisa ser corrigido. Soma-se a isso o abandono, o afastamento da família, a violência, etc.; logo tratar da drogadição é mais alguma coisa a corrigir nas suas vidas.

Como a maioria das instituições de atendimento a usuários de droga insistem em ver apenas os malefícios deste uso, desconsiderando questões relacionadas ao narcotráfico, às redes econômicas e políticas que estão instauradas nesta atividade considerada ilegal, acabam não só favorecendo este comércio, como também mantendo um estado permanente de uso de drogas.

Soares (2010) aponta os efeitos do proibicionismo às drogas e seu fracasso:

O que se passa é o seguinte: milhares de jovens pobres são capturados com drogas e, independentemente da quantidade, são rotulados como traficantes e trancafiados nessas entidades, que muitas vezes não passam de simulacros de prisões. São, assim, praticamente condenados a uma carreira no crime. (Disponível em: <<http://coletivodar.wordpress.com/2010/04/19/mais-cedo-ou-mais-tarde-a-estupidez-da-politica-vigente-ha-de-se-desmascarar-entrevista-com-luiz-eduardo-soares/>>. Acesso em: 03 jun. 2010).

Segundo Soares (2010, p. 1) o debate sobre as drogas na sociedade brasileira encontra-se na dedicação de pesquisadores devotados e na incansável militância anti-proibicionista. O resto é marasmo, retóricas conservadoras, estigmas, preconceitos “ante a máquina feroz de morte e irracionalidade da política vigente, que criminaliza os jovens pobres e negros, estimula a corrupção policial, o domínio territorial pelo tráfico e o comércio ilegal de armas, com seus corolários sangrentos”.

Há no Brasil uma política que amarra lideranças sociais a tabus anti-drogas, tirando-lhes coragem de pronunciarem-se contra a corrente dominante. Soares refere que esta questão compara-se às do aborto, homofobia ou políticas afirmativas contra o racismo. Salaria que é necessário tirar do armário as vozes libertárias, anti-proibicionistas, defendendo a descriminalização das drogas ou a sua legalização. Discorda de posições hipócritas de liberar o cigarro e o álcool e proibir a maconha, por exemplo. Alega que a guerra às drogas no Brasil, somente potencializa mais as relações de corrupção entre as polícias, alimenta o tráfico de armas, avançando a criminalização da pobreza.

A verdadeira questão sempre mascarada é a seguinte: como não está ao nosso alcance impedir o acesso às substâncias que chamamos drogas, temos de nos perguntar: em que contexto jurídico-político seria preferível vivenciar esta iniludível realidade? Dizendo-o de outro modo: em que contexto normativo seria menos mau lidar com a realidade do acesso às drogas? O contexto atual, em que drogas são problema de polícia e cadeia, isto é, de política criminal? Ou um contexto diferente em que elas fossem

objeto de saúde pública e educação? Eu aposto no segundo caminho. Ele não vai evitar o abuso, mas pelo menos não vai provocar outros males. Das drogas e de seus efeitos destrutivos nós nunca nos livraremos, mas poderemos aprender a conviver melhor com elas, a ponto, inclusive, de reduzir o sofrimento humano que seu abuso provoca. (SOARES, 2010, p.1).

5.1.4 Das Relações com a Escola

Nas próximas narrativas os jovens falam da sua experiência com a escola. Naquele período tanto no abrigo A.A como o A.B. possuíam no pátio da instituição uma escola. A escola era considerada aberta, pois eles podiam entrar a qualquer período do ano. Mesmo, quando evadiam do abrigo, quando retornavam a escola sempre os recebia.

Felipe começou seus estudos no abrigo A.B. e depois foi para o abrigo A.A.

- Quando eu entrei no abrigo A.B., eu não sabia nem ler nem escrever, dentro do abrigo A.B. eu saí formado... eu tive carinho, tive estudo, eu tive oportunidades, digo porque naquele tempo ainda não tinha o curso.
 - Eu entrei na terceira série com doze anos no abrigo A.A., estudei no coleginho (escola que ficava dentro do abrigo) e quando eu passei para a 6ª série, porque lá ia até a 5ª, aí eu passei para a 6ª série e parei de estudar, porque daí eu saí e continuei na 6ª.

Ricardo freqüentou a escola até a 5ª série. Refere seu uso de drogas e a necessidade de falar direitinho.

- Sabe e aí eu fico pensando, pô eu tenho 5ª série, mal e porcamente tenho a 5ª série, mas se eu for prá um lugar, pode ter pessoas de 2ª, 3º grau, faculdade tu sabes dos assuntos, aí tu começa a conversar com uma pessoa com outra, a forma de tu botares as palavras, será que é verdade que tem 5ª série mesmo, porque eu aprendi a me comportar, aprendi a falar direitinho, aprendi a se... O meu lado sincero, isso tudo eu aprendi, claro porque, tive que aprender isso porque 70% da minha vida lá atrás era drogado, então não podia chegar lá falando, enrolando a língua, tinha que ser sincero, tinha que falar prá manter... E ia montando um personagem, só que aquela pessoa já existia só que o único problema era a droga.

Marcos cursou até a 5ª série.

Estudei, cheguei a estudar, aliás, a parte dos estudos é uma coisa bem engraçada porque antes dos 12 até... Eu já tinha passado prá 5ª série, quando eu saí de casa eu já estava cursando a 5ª série e estudei tanto no abrigo A.B., quanto no abrigo A.A. e hoje eu tenho essa escolaridade. Ou seja, não progredi como pessoa. Só que eu saí de casa com 11 anos com a 5ª série e fiquei na 5ª série, empaquei. Tentei voltar a estudar algumas vezes, agora por último tentei de novo antes de me separar, daí veio à separação tudo, meu filho precisou de mim tal, não sei, pretendo, vou terminar o colégio, até porque eu ainda planejo dar coisas melhores prá mim, dá pro meu filho e tal. Então eu pretendo voltar a estudar, não sei quando Deus vai permitir.

Assim como era no abrigo era na escola. A escola não era objeto de atenção do abrigo, assim como o abrigo não era de atenção da escola. Instituições à parte, mas que trabalhavam com a mesma proposta, de serem abertos e transitórios.

Além de todos os dilemas do abrigo, estes jovens viviam uma situação de fracasso escolar. A escola através da regra de não autorizar que ficassem com seus materiais escolares, já estabelecia uma incapacidade, a de não cuidar dos materiais. O abrigo, por sua vez, não estabelecia espaços de estudo e tampouco incentivava o saber. O saber era visto como um objeto raro, de poucos, que necessitava muito esforço. A lógica era da exclusão, eles eram vistos como incapazes de apreender. A justificativa era que eles tinham problemas familiares e isso os limitava. Ocorria uma naturalização destas questões, que impedia os próprios professores de pensarem alternativas.

O abrigo fazia da escola uma atividade como fazia a da limpeza, apenas um cumprimento. Se fosse a escola poderia entrar na fila e comer com os outros, caso não fosse comeria por último, além de ter que limpar o refeitório.

Charlot (2000) desenvolveu um estudo acerca do fracasso escolar e neste defende que não existe o fracasso escolar. Para ele a relação com o saber envolve três questões básicas: qual o sentido de ir à escola para uma criança; qual o sentido de estudar e qual o sentido de aprender na escola ou fora da mesma. Logo, como os meninos eram vistos como incapazes, não lhes oportunizavam sentidos nem para a escola, nem para outras formas de apreender.

5.2 DO RETORNO À RUA

5.2.1 A Saída do Abrigo

Nas próximas narrativas podemos acompanhar como os jovens saíram do abrigo. As narrativas são contundentes, têm a força das subjetivações produzidas na instituição. O abrigo ficou como que colado nos corpos destes jovens. A condição de abrigado ainda está presente nas suas memórias.

Hoje eles circulam pela cidade não mais como meninos de rua, mas como homens que precisam inventar estratégias de vida para sobreviver a um cotidiano ainda marcado pelo uso de drogas e pelo distanciamento das famílias.

Felipe sente saudades do abrigo:

Quando eu sai do abrigo A.A1 e fui para a família de novo e como eu já não tinha mais... quando eu sai do abrigo A.A 1 a FEBEM tinha se mudado e já tinha vindo para o Bairro D e não tinha mais como... recebi uma casinha da FEBEM, um auxílio, mas a minha briga com a família nunca passou, brigas até hoje, não passou e ai eu comecei a me envolver com gente que não prestava. Ai, eu não voltei a estudar, até hoje.

Eu estou me livrando assim tão rápido das drogas que quando eu botei na minha cabeça, decido não quero mais, fui lá cortei meu cabelo (inaudível) fui prá casa do meu irmão, fiquei lá arrumei um emprego, o emprego não era aquilo que... eu não ia me adaptar, sai, fui prá casa da minha mãe, voltei a usar drogas, entrei em depressão, e sabe depois eu parei de novo e agora eu estou parado de novo, entendeu, mas o importante é que nem eu digo assim o importante é que eu tenha essa ambição de parar, só que é que nem eu digo prá minha mãe, prá minha família, parar com o *crack* não é assim, que nem tu resolve, hoje eu vou tomar uma garrafa de vinho amanhã eu não tomo mais, sei lá hoje vou comer arroz e feijão e amanhã vou comer uma massa, não é assim, o *crack* é uma coisa que nem está dando na TV no primeiro pega que tu vicia.

Muita droga, muita droga ai eu digo, pô eu já tava essa função do *crack*, assim sabe de uma coisa eu vou acabar fumando ele e ele vai acabar me cheirando, então vamos largar isso daí, parei com ele. (Felipe refere-se a um relacionamento amoroso).

É porque é bem aquela coisa assim, Felipe é o dono da razão, porque o Felipe acha que sempre está com a razão, porra muitas vezes eu tenho razão, só que... por eles fazerem tudo que a mãe manda (inaudível) com 40,50 anos eles vão fazer o que a mãe mandar. Quero dizer com isso, que eu estou sozinho, no meio do oceano, eles estão dentro do barco e eu vou continuar sozinho, eu vou continuar sempre dando errado, sempre tomando as decisões erradas, sempre fazendo o que é errado.

Na FEBEM, tem pessoas que dizem que a FEBEM só forma novos marginais e cada vez mais perigosos da sociedade, mentira... porque se eu quisesse me tornar um marginal eu teria me tornado, longe ou perto da FEBEM, mas não... eu fiz curso, só que eu não aproveitei nada disso para minha vida pessoal, mas o que eu aproveitei da FEBEM, o que eu aproveitei dos monitores... Hoje eu sou uma pessoa que não faz mal para ninguém, sou

uma pessoa direita, só brigo com a minha família, não sei o que, mas qual a família que não briga, mas a FEBEM me fez um cidadão de bem.

Eu criei uma vida em cima daquele morro, era tão bom acordar cedo, tirar leite das vacas, era tão bom chegar na horta pegar um temperinho verde prá fazer comida, tu colher cenoura da horta prá fazer a salada, entendeu, e chegava o fim de semana, chegava a festa, o seu T. (Diretor) ia lá matava uma vaca, fazia churrasco prá nós, era bom, tu te sentia em casa, tu não te sentia numa FEBEM, tu te sentia em casa, no meu ver. Eu me sentia em casa.

Era bom, eu sinto falta, eu não tenho reclamação do tempo do abrigo A.A., porque... que nem eu digo assim, é a minha história, é minha vida, entendeu, então, que nem as fotos que foram se perdendo, que nem... isso não volta mais, foto eu não vou conseguir mais, entendeu, o que eu vou conseguir sempre é essa lembrança.

Ricardo demorou para perceber que já havia saído do abrigo:

A P. (Ass. Social) disse pega as tuas coisas e vai, deu. Nós estávamos aqui no abrigo A.A1 e aí eu digo tá, peguei as minhas coisas e me largou na casa da minha irmã, fiquei lá uma semana, duas, três, quatro, cinco e fui ficando, fui ficando, fui ficando, a coisa foi apertando, as piadinhas daqui, piadinha dali e eu báh o que será que tá acontecendo, aí eu cai na real, aí eu vi mesmo que o abrigo A.A1 tinha acabado, que aquela loucura toda que era, aquela tranquilidade toda que eu tinha, acabou, ali tinha encerrado, a partir dali eu tinha que começar a caminhar com minhas próprias pernas, aí eu fui... senti o choque,mas não tirei minha vida, não cai em depressão, muito pelo contrário continuei sempre com o meu potencial que eu sempre tive lá, só que daí, ou seja, como eu já vinha, já vinha com uma certa dependência química muito grande, aquilo ali já me acompanhando há anos, então ela simplesmente serviu de um tempero de um consolo prá mim ir seguindo frente a frente, só que daí eu não estava mais vivendo, na real ali, eu não estava mais vivendo, eu já estava praticamente, ou seja, empurrando a vida com a barriga, porque daí ou seja, pegava um biquinho, um vinho, botava um ranchinho, botava uma coisinha, botava outra, entendeu, aí o que aconteceu, aí entrou uma outra coisa que lá no abrigo A.A não tinha, que era separado do mundo atual, que tem no mundo mas lá não tinha, porque lá a gente era unido, e aqui fora eu já vi que tinha ganância, entendeu, as pessoas já gostavam de se escorar, na minha própria família era assim, entendeu, eles começavam a se escorar, claro, e daí o que aconteceu. Então eu vi que ali não era ambiente, não era lugar, até porque eles brigavam. Começaram as fases das brigas, ele dava na minha irmã, a minha irmã dava nele, aquela cachaça toda,... e eu disse, não, eu não vou repetir essa cena de quando era pequeno, eu era piá e via tudo isso, de novo não, de novo não, me isolava no meu canto, se matem vocês aí em cima que eu não sei de nada.

Mas sempre bebendo, sempre bebendo, sempre, sempre, sempre envolvido nas bebedeiras, e aí um dia eu conheci essa pedra (*crack*) então aí perdi tudo, por um lado foi até bom, por um lado assim foi até bom eu ter perdido tudo e nessa altura do campeonato, eu não sei se eu ia estar vivo, pois praticamente eu estava me desprendendo, eu me deitava na minha cama lá, depois de ter fumado tudo que podia, que o corpo aguentasse, eu já botei uma base numa noite foram 80 reais só em pedra, isso a 5 pila cada uma, 80 reais só em pedra, é muita coisa para o corpo, é muita coisa para o corpo. Não consegui entrar em coma, nem isso, eu fui tão bem abençoado, que nem em coma eu consegui entrar, então era muita coisa prá um corpo só. Numa noite eu me deitei eu senti, eu tenho que parar, eu tenho que parar, só que aquele parar era da boca prá fora, amanhecia o dia estava fazendo as mesmas coisas, de novo, as mesmas coisas, andava sujo, andava barbudo, andava seco, mal alimentado, muitas vezes não tomava água, pegava aquele 5 pila ali, tá 3 dias sem comer, tenho cinco e tenho a droga, báh, o que eu vou fazer, báh já corria prá droga, mais 3 dias sem comer, começou a ficar difícil, começou e aquelas pessoas que confiavam,

que eu tinha confiança, que poderiam apostar em mim, foram perdendo aquela confiança, foram perdendo aquele respeito sabe, aí eu vi que a coisa estava começando... aí foi, foi, foi, foi, daí um pouco como eu não tinha bolo com ninguém, eu nunca fui de bolo, aí esse guri (houve uma briga entre eles) se atravessou na minha e realmente eles tocaram fogo na casa, tudo, ele cumpriu o que ele tinha prometido ele tocou fogo.

O *crack* que me levou a ter uma fratura no rosto, a perder tudo de novo, eu cheguei ao, praticamente ao fundo do poço, a única coisa que eu acho que eu não perdi mesmo naquela altura do campeonato foi a consciência, né, porque a dignidade, já tinha ido por água abaixo também, a coisa que mais foi, foi a consciência mesmo e ter me dado conta cedo que aquilo ali não tinha mais lógica nenhuma e ali assim dali comecei uma outra jornada, caso contrário, se fosse uma pessoa praticamente derrotada interiormente. Eu já vinha me acostumando nesse sofrimento e praticamente tu começa a carregar, a viver com ele, a conviver, então, o que, ou seja, a minha passagem lá pelo A.A. ele até foi um pouco perturbador, mas um pouco valeu à pena, ou seja, porque na medida em que os dias iam passando eu tinha vários caminhos a escolher e na medida em que a gente foi crescendo, fui atingindo a idade adulta eu comecei a perceber que aquelas pessoas, aqueles 130 alunos que tinham lá, voltando que eu já falei sobre isso, foram morrendo, foram presos, foram se perdendo e eu continuei, fui continuando, então quer dizer o abrigo A.A em si ele não faz parte do meu passado, ele praticamente continua muito presente, até porque os mesmos amigos que eu via antigamente, passam por todas essas coisas, esses transtornos, eu estou tendo notícias dos meus amigos atuais indo pelo mesmo caminho e aí estou eu passando na frente, estou sempre indo, vou indo, dou um jeito.

Eu morei num lugar onde corria uma sanga na volta, tinha uma sanga, casualmente que tem saída aqui no riacho Ipiranga, então assim, tem uma ponte e a minha casa ficava abaixo dessa ponte, abaixo dessa ponte, uma pecinha, uma casinha abaixo dessa ponte, eu não tinha água dentro da casa, também não botei por preguiça, não foi por preguiça, um pouco foi porque, aquela situação ali, fazer o que, aquela altura do campeonato, eu não tinha a cabeça que eu tenho hoje. Aquele troço era surpreendente, eu me sentava assim, às vezes me sentava na frente da rua aquela cachoeira de cocô, báh, eu digo eu não acredito que estou morando nisso aqui, e canos, e canos e canos de esgoto, todos desembocavam ali, (inaudível) então o cheiro daquela água era muito horrível. Não! Olha! Era horrível, era horrível aquele cheiro, ficava aquele cheiro de esgoto, aquela coisa assim, eu digo aí meu Deus, o que eu estou fazendo aqui, mas então estava ali. Aquela altura do campeonato, eu não tinha muito, sempre morei sozinho, sempre tive sozinho, então praticamente fui ficando, já estava me deprimindo um pouco, me deprimindo, então, ou seja, num bairro que tu chega, tu moras num lugar desses, as pessoas praticamente te isolam daí, ou seja, começou outra luta, eu tinha que mostra prá aquelas pessoas que era mais um fato da vida, que independente de estar na sujeira, ou estar morando numa cachoeira de cocô, ou seja, lá o que for, eu era uma pessoa equilibrada, tinha, tinha tarefas, cumpria as tarefas, então eu era uma pessoa responsável, de confiança, aí já começo a mudar a visão, já começo a mudar.

Eu comecei a me fragar que eu me prendi no passado entendeu, eu fiquei preso naquele passado, disse vou jogar ele prá cima e a partir dali tudo começou a andar, no momento que eu comecei a me desprender daquele meu passado as coisas começaram a melhorar. As coisas começaram a andar de uma forma diferente, eu já comecei a ter os pés no chão, comecei a ver a vida de uma... com outros olhos e daí prá frente só... está sendo dificultoso, está um pouco constrangedor, mas a gente vai indo, eu vou levando. Eu já comecei a aprender realmente, que naquela época do abrigo A.A., aquilo ali era uma coisa que eu era para ter visto há muito tempo, era só simplesmente mais um lugar sabe, embora tendo toda aquela estrutura toda era um lugar, era um lugar que a gente tinha que ficar e tinha que sair, era um lugar, só que depois... eu não me dei conta daquilo ali entendeu, eu fui me dar conta depois, mais tarde, daí eu vi como era a coisa aqui... é aquela velha história, seis refeições por dia, se eu for fazer seis refeições por dia, acabou o dinheiro, estou peladinho e deu terminou, vou ter que trabalhar o triplo prá fazer isso, quer dizer as roupas que eles davam,

a estrutura médica, a estrutura psicológica, colégio, tudo, tudo... aqueles processos que eles tinham com a gente lá, se for botar eles na ponta da caneta eu vou ter que enriquecer, entendeu. Então eu comecei a valorizar esse tipo de coisa, esse trabalho que as pessoas ficam na minha volta, comecei a valorizar, comecei a ver na realidade, porque uma coisa é aquela velha história, que nem aqui aconteceu... eu tive essa experiência aqui foi muito boa. Assim como eu fui dependente químico, assim como eu fui albergado, assim como eu fui alcoólatra, todas essas situações eu aceitei, fui albergado, sim, falo prá todo mundo, não tenho vergonha de dizer isso, muito pelo contrário, falo com orgulho, porque praticamente, ou seja, o orgulho teria assim, se eu falo prá aquela pessoa, eu fui albergado, e cheguei onde eu cheguei, tô indo prá onde eu vou foi porque eu lutei então se tu fizer a mesma coisa, tu vai bem, muito mais além. Então, ou seja, na medida que eu comecei a aceitar isso aí, as coisas começaram a mudar então o que eu fiz, olho no espelho e digo, tu é azarado no amor, pronto e aí aceita, as coisas começam a mudar, o azarado já não é tão azarado assim, já começa a ter espontaneidade nas coisas, e não adianta, eu vou querer inventar um personagem que não existe. A minha vida é complicada, meu fardo é pesado, eu tenho essas lembranças que não apagam, elas não vão apagar, não adianta, de uma forma ou de outra elas vão vir à tona, cada dia que passa, cada vez mais, então que fazer é lidar com isso, tem que aprender a conviver com isso, não adianta eu não posso apagar aquela... Já estou me esforçando até demais, estou indo trabalhar até doente, procurando melhorar, já não sou dependente químico, graças a Deus não bebo mais, tenho uma cabeça legal, então porque vou estar me entregando aqui (referindo-se ao albergue), me ajudou na época que eu precisei, porque eu vou estar cuspidando, muito pelo contrário tenho muito a agradecer, só que chega uma hora que a gente tem limite e eu achei o meu, estou no meu limite, não aguento mais, vou passar a vida inteira patinando, não, não vou passar a vida inteira patinando, já ando com outros pensamentos, outras atitudes, chego lá no serviço me encarno, baixo a cabeça, tenho que fazer, cumpro horário, vou atrás, procuro feição, não tem mais possibilidade assim... sou inseguro, não muito pelo contrário, eu estou começando a cada dia que passa ser mais seguro de mim, porque eu pensei assim, eu tinha certeza, num pensamento, pô se eu botei uma chave de um lugar que eu aluguei prá mim, eu posso ir muito mais longe, sabe eu posso ir mais longe, embora não tendo muitas... usando o mínimo do mínimo, mas eu sei que eu posso ir mais longe. Se eu consegui chega até aqui onde eu cheguei em pouco tempo, coisa que eu não fiz em vinte anos, eu queria ter minha cabeça de hoje naquela época do abrigo A.A 1, eu sinceramente queria ter a cabeça que eu tenho hoje naquela época em que eu fazia estágio no palácio, se eu tivesse, báh, estaria muito melhor, mas só que é aquela velha história os erros do passado vem a tona ao futuro, a gente não pode jamais chorar o leite derramado, isso não aconteceu, eu precisei passar por esse monte de coisas, por esse monte de problemas para ter uma meta na vida, para mim poder ter um caminho, então são essas coisas que já não báh, eu não suporto mais, sabe, chega uma hora, eu mesmo olho prá mim assim e... não parar ainda, tu tem um caminho pode ir mais longe, eu tenho profissão, eu tenho profissão, uma coisa eu fiz, fiz um teste prá pedreiro, sabia montar, sou daqueles... metido, se eu fizer uma parede de um metro de altura, metro quadrado, eu levanto uma casa e casualmente foi o que eu fiz, eu levantei uma casa, com tudo pronto dentro, até eu não acreditei, que tinha capacidade de fazer aquilo ali, sem nunca ter pegado numa colher antes, então né, fui, fiz a casa e báh, me senti seguro de mim. Na real mesmo de uns tempos prá cá, começou a melhorar a coisa, porque eu comecei a me desprender do passado, eu fui me desprendendo. Eu tinha aquela imagem semelhante esse do náufrago, sempre esperava alguma coisa de alguém, ou alguma coisa do outro mesmo, eu nunca fiz por onde, e aí fui me arrastando, praticamente fui me arrastando, fui me arrastando. Meu primeiro traço de melhoria foi aceitar que eu tinha uma dependência química, meu primeiro passo de melhoria, foi aceitar que eu era alcoólatra, independente de todas as minhas qualidades, mas eu tinha aquele defeito, e eu tinha que resolver aquele defeito, embora se... poderia demorar vinte anos, demorar trinta, demorar cem anos, eu teria que resolver, eu teria que tomar duas decisões na minha vida, ou alcoólatra ou vai... praticamente, ou seja, as linha da vida da gente, falavam até, eu

até achei isso meio estranho sabe, coisa de espiri... místico, e ele falou que falaram prá mim, que eu teria dois caminhos a escolher, teria dois caminhos. Um desses caminhos interrompia minha jornada de vida mais cedo, o outro não, eu não dei bola prá aquilo ali, só que automaticamente as coisas foram acontecendo e eu escolhi o outro, esse caminho mais fácil, era o mais prático, prá mim era mais cômodo, aí eu ia passar a vida inteira assim, passar a vida inteira dependendo de alguém, dependendo de uma coisa. Isso chega. Essa vontade de crescer, de ter alguma coisa de ser responsável, isso de uns tempos prá cá tomou uma força tão violenta, tão surpreendente na minha vida, que eu praticamente me deito já pensando nas minhas tarefas que eu vou fazer no outro dia, minha preocupação agora é conseguir minha chave, dia 16, eu tenho que pagar, não interessa o que sabe... eu tenho que pagar, ou seja, a feição é pesada, a feição é ruim é, mas dali vai saí o meu sustento. O abrigo A.A, foi um passado, foi, dá um livro dá mas, entendeu... já não é tanto mais, não é muito passado, pelo contrário ele se faz bem presente, porque enquanto... aí eu me lembro daquela situação que eu vivi lá trás, eu não posso deixar isso acontecer no futuro, eu não posso, meu objetivo hoje, minha meta é três vezes maior do que ficar dependendo de um copo de cerveja ou um pega de pedra, ou muitas vezes, não dá ...

A solidão e a depressão acompanham Marcos.

Já tinham tudo engatilhado prá quando eu saísse a Assistente Social... daí me mandou pró apartamento em Guaíba, daí eu fiquei morando lá, daí não me adaptei a morar sozinho estava acostumado com um montão de gente perto de mim aí, saí desempregado, só sai prá morar lá, sozinho. Daí, fui pro apartamento e lá eu fiquei, fiquei 1 ano lá. Não fazia nada, porque tinha ficado, o meu pai e a minha mãe pagaram uns dois anos de pensão prá mim e foi o dinheiro que eu usei lá. Eu acordava, ficava em casa, ou ia na minha tia que ficava perto, ficava lá, ou eu vinha prá Porto Alegre, mas ficava zanzando não tinha nenhum trabalho certo. Simplesmente sai de lá um dia (do abrigo A.A1), eu já dormi em Guaíba, acordei lá e já dormi em Guaíba, fiquei sabendo tudo em cima da hora, tudo no dia de ir embora, daí... não tinha estrutura nenhuma até porque, vem a história da última vez do institucionalizado, não estava preparado psicologicamente prá me ver sozinho, por isso que eu patinei até hoje, né, eu não estava preparado prá morar sozinho e quando eu vi eu estava morando sozinho e em relação aos meus parentes eu não tenho muito vínculo, nunca tive, e não foi nessa oportunidade que eu tive. Não agüentava mais estar sozinho, daí já fazia bom tempo que eu não usava mais nada (droga), e daí quando eu me vi, voltei a usar algumas coisas. Difícil... É muito... Passei por essa fase, foi bem na transição, fiz dezoito, aos dezenove eu passei por essa....

Para todos nós, institucionalizados, é o pior veneno que tem prá nós é ficarmos sozinhos, se olhar numa casa, as quatro paredes e só tu ali dentro, para quem cresceu com oitenta, noventa pessoas do lado, é complicado, se acordar e ver que tu está sozinho ali. Depois do abrigo, casei, separei, trabalhei, tentei entrar no mundo do crime, mas não era a minha, não nasci prá isso, virei homem, sofri, demorei muito prá me acostumar com a vida aqui fora, muito mesmo, tanto que uma palavra da minha ex- mulher, que era um pouco mais velha do que eu, bem mais estudada do que eu, teve uma vida muito diferente da minha, deu pra trocar bastante experiência com ela, me disse uma coisa, no primeiro ano que eu estava casado com ela, que é uma coisa, que eu defino como o maior problema de pessoas que vivem num abrigo, o maior medo que tenho é que Deus não me dê forças suficientes prá conseguir manter meu filho perto de mim, é entrar nesses lugares institucionalizados, que é a pior coisa que tem, quando tu sai lá de dentro tu não tem chão, tu demora muito tempo prá se acostumar como é a vida aqui fora, desde as coisas pequenas, de tu comprar comida, fazer a comida, ter uma casa prá administrar sem ninguém estar te cobrando nada, tu sentiu dor de dente tu mesmo ir ao médico, sabe, lá tu tinha tudo a tua disposição, tu acabava

ficando meio travado, então eu não fui preparado prá sair de lá. Aliás, é uma coisa que tinha que mudar, eles tinham que preparar, pegar uns dois, três anos antes da pessoa completar 18 anos e começar a administrar essa parte ai, prá simplesmente não largar na selva, porque se tu não é forte tu te mata e realmente sei de pessoas, muitas pessoas da minha época mesmo que se mataram, de depressão, depressão, dá muita depressão, muita depressão, muita, muita depressão, eu vivo muita depressão, aliás brigo com uma até hoje, então, e não sei se vou ganhar dela, acho que não, eu sofro muito, foi uma doença que me acarretou lá foi a depressão, sou muito depressivo, sou muito nervoso, muito, muito, embora não pareça, as pessoas que me olham... Hoje não, eu até expresso um pouco melhor meu sentimento, consigo expor se estou feliz ou se estou triste, mas isso foi uma coisa que foi muito complicada prá mim, ou estourava, estourava, e às vezes me enxergava lá dentro, que era uma coisa que prá mim fazia muito mau aqui fora era não conseguir um não educadamente, se eu recebia um não eu já pulava, me irava, já não aguentava o tom de voz, isso é uma coisa que eu demorei alguns anos prá aprender a lidar com as negativas, e não baixar a cabeça muito novo, eu sei lá prá mim sempre foi o fim do mundo. Tanto que eu comecei a trabalhar no Zaffari e fui prá rua, sei lá uns cinco meses, e desses cinco meses eu acabei ficando 1 mês atirado em cima da cama em casa e o mundo tinha acabado prá mim. Sabia que eu tinha... Não acreditava no meu potencial de levantar a cabeça e de ir atrás, até porque tudo que me diziam dentro daquele lugar (no abrigo) era que eu ia virar traficante e que eu ia morrer aos 23, ou ia ser preso e conforme os anos foi passando, realmente foi acontecendo com as pessoas que estavam na minha volta por sorte esta pessoa que eu encontrei na minha jornada que não aconteceu isso comigo. (Referindo-se a sua ex-esposa).

Depois eu tentei viver com a minha mãe, e a relação com a minha mãe e eu é bem estranha, bem complicada... Daí eu casei, supri a minha necessidade de ter alguém casando, ai nasceu meu filho, me separei. Mora eu e o meu filho, numa casa, numa peça, aliás, até estou me incomodando bastante. Eu estou pagando uma creche para ele, sei lá, está meio complicado, na real, eu não tenho nada certo, aliás, não consegui me organizar em relação a isso ai, ainda estou meio atrapalhado, complicado, por que daí ele (seu filho) já mudou de creche umas três ou quatro vezes desde que eu me separei, não tenho conseguido suprir todas as necessidades e tal e a minha mãe agora inventou de dar prá trás, de começar a incomodar, daí eu estou afastando ela da minha vida de novo, sempre foi, ela nunca esteve muito presente. Então... É isso, tenho vivido só com meu filho no momento, não tenho que pensar em outras coisas. Sei lá, eu tenho muito medo de..., aliás, o meu maior medo hoje, minha maior angústia hoje é que aconteça com o Q. (seu filho) o que aconteceu comigo.

Vamos e viemos eu era um caso sem solução na cabeça de vocês, pela minha rebeldia, vamos e viemos, nunca vocês iam botar a mão no fogo, que eu me tornaria um homem de verdade, responsável, criaria um filho sozinho, trabalhar, ou eu ia pegar um ferro, na cabeça de vocês em geral, não estou falando tu, em geral, que eu ia pegar um ferro com 18 anos tentar meter um banco, qualquer coisa do gênero ia para o presídio me matariam lá dentro ou me matariam na rua, vamos e viemos. Poucas pessoas acreditaram em mim.

Eu tive experiências. Eu poderia ser um ser um pouco mais feliz ou pouco mais triste se não tivesse acontecido isso na minha vida, mas como já aconteceu, eu já passei, já vivenciei, já sai, foi, eu vejo tudo como experiência, o que me tornou o homem que eu sou e o que eu vou ser ainda eu devo muito a isso, a essa experiência no abrigo e sei lá na minha maneira de ver o mundo é completamente diferente justamente por ter vivido aquilo lá. Me dedico a ser um bom pai, eu aprendi lá, quando o meu filho aprontar eu vou ser o primeiro a saber, quando ele fumar o primeiro baseadinho, que Deus quiser ele não vai fumar, mas eu vou saber na hora, não vai ter como ele esconder de mim. Vários monitores vieram na minha cara e disseram que eu não tinha salvação, que eu não tinha saída, não foi um não foi outro, tem várias pessoas que passam por mim na rua que, bom o Z. (monitor), se lembra do Z. gremista, que tinha um Santana, bom ele se apavorou o dia que ele entrou na galeria e me viu trabalhando. Têm muitos que estão bem, fácil, quem não quis encarnar, muito mau. (Nesta frase refere-se aos outros jovens do abrigo).

Estas narrativas nos fazem refletir acerca de como a experiência da abrigagem se atualiza na vida destes jovens. Eles narram as marcas da experiência que tiveram no abrigo, marcas que se dobram nos seus corpos e circulam nas suas ações.

“A história da última vez do institucionalizado”, é assim que Marcos refere-se à saída do abrigo. É o arquivamento do processo e o fim do cumprimento da medida de proteção abrigo. No caso destes jovens, é o fim de uma experiência com a institucionalização, mas não a ruptura com as marcas da experiência de abrigados.

Todos relatam uma saída conflituosa e sem preparo. Não referem nenhum acompanhamento após a saída do abrigo, bem como nenhuma vinculação a projetos sociais. A rede de apoio, que já era frágil, se rompe com a saída do abrigo. Não havia política de reinserção social, exceto ações incipientes como a casa que Felipe recebeu do Estado, experiência esta marcada pela lógica do assistencialismo em um cenário de demandas emergenciais, já que a saída também para Felipe foi abrupta e sem preparo.

Os 18 anos era a idade limite, a imposição legal, o aviso que o tempo no abrigo estava prestes a terminar. Se anteriormente no ingresso no abrigo, tínhamos que persuadi-los a ficar, agora, o convencimento era para irem embora. As práticas e saberes do abrigo, ainda estão presentes nas vidas destes jovens.

Marcos quando saiu do abrigo, foi morar sozinho num apartamento. Sentia-se muito só e deprimido. A condição de abandonado no passado reapareceu levando-o a sair do apartamento e novamente vir para Porto Alegre. Casou-se e teve um filho, que hoje está com dois anos. Por algum tempo, ficou com a esposa e o filho. Após a separação, percebendo o uso de drogas da mãe do seu filho, decidiu assumir os cuidados com o bebê. Marcos no início de nossas entrevistas, já anunciava as dificuldades que tinha em manter a creche e a alimentação de seu filho. Neste período, sua mãe lhe ajudava, mas relata, que mesmo assim sempre havia as brigas. No início deste ano, sua mãe entrou na justiça para obter a guarda de seu filho, alegando que Marcos é usuário de drogas. Na última vez que conversamos Marcos iria até o Juizado para tratar desta questão.

Felipe não esqueceu a instituição, pois foi no abrigo que fez suas melhores conquistas. Quando saiu do abrigo recebeu uma “casinha” do Estado, mas não conseguiu manter-se na casa, indo morar com sua mãe. Não consegue assumir a

própria vida, permanecendo a relação com as drogas e a difícil relação com a família. No final do ano de 2009, iniciou o Projovem urbano, mas logo desistiu, assim como na experiência de trabalho como cabeleireiro, da qual desistiu em pouco tempo depois.

Em outra experiência de institucionalização após a saída do abrigo, Ricardo tornou-se um albergado. A dependência química lhe acompanhou como parte do seu corpo, preso no passado como declara. Ricardo trabalha como auxiliar de pedreiro, e a noite vai para o albergue. Recentemente, encontrei-o próximo ao albergue e disse-me que iria casar com uma moça que também era albergada.

As brigas, o uso de drogas, a solidão, a depressão, os conflitos familiares são heranças institucionais. Como estratégia de sobrevivência eles circulam, vão para um lado e para outro, não se fixam em nada, tudo é efêmero. Mas, também resistem e insistem, como relata Ricardo quando refere-se aos outros jovens que foram abrigados no A.A., que já morreram ou foram presos, ele diz: “eu continuei”. Ou na narrativa de Marcos: “eu era um caso sem solução na cabeça de vocês, pela minha rebeldia, vamos e viemos, nunca vocês iam botar a mão no fogo, que eu me tornaria um homem de verdade, responsável, criaria um filho sozinho”. E realmente, Marcos tinha razão, poucos acreditaram nele, pois ele era o que mais resistia à instituição. A paternidade garantiu sua insistência, não quer ver seu filho institucionalizado.

Analisemos a produção de subjetivações destes jovens nesta experiência com a abrigagem, considerando a passagem de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de controle. O abrigo que antes mantinha um rígido disciplinamento, fechado, prossegue com o mesmo sistema, mas num meio aberto, sem fronteiras, onde tudo adquire mobilidade e fluidez.

Seus corpos ainda são disciplinados para permanecerem no abrigo. Os horários, as atividades estabelecidas, as punições e a vigilância foram tecnologias de poder utilizadas em seus corpos para permanecerem acomodados, adaptados a viver na instituição. Estas normas e valores vão sendo inscritos em seus corpos, só que este controle é uma das dimensões desta subjetivação. Os jovens então vão produzindo suas subjetivações num processo que dá pelo exterior e pelas forças que estão neste exterior.

O poder disciplinar, numa sociedade de controle, deve também se apoderar de uma dimensão imaterial. “Chegamos a um estágio de modelagem contínua e

visibilidade permanente que se produz através de um culto exacerbado do próprio corpo". (SILVA, 2003, p. 186).

O que ocorre no abrigo, das permissões ou proibições, vai subjetivando os jovens a ponto de perceberem-se como não possuidores, incapazes de ter acesso a outro tipo de comida senão aquela servida no abrigo, a vestirem outras roupas, terem calçados, possuírem material escolar, irem a outros lugares, transar e namorar, dentre alguns exemplos. Assim, essa série de impedimentos vai produzir efeito de exclusão.

Como eles não têm acesso direto ao que o mercado capital dispõe para cultivar o corpo, eles buscam outras formas de ter acesso, de inserir-se nessa lógica, inserem-se através de práticas marginais: brigam, usam drogas e cometem delitos.

Por outro lado, os discursos dos técnicos vão referendar esta lógica da exclusão, pois, através de seus diagnósticos, estes jovens são classificados com uma patologia específica para cada situação. Declaram que eles são problemáticos e vulneráveis reafirmando novamente uma juventude de risco e em risco.

Assim, nas relações de poder que tentam excluí-los, os jovens resistem marginalmente. Por outro lado, esta vida marginal é capturada pelo biopoder, como elemento de estatísticas da criminalização e vulnerabilidade.

Quando saem do abrigo estas subjetivações do passado se atualizam em suas memórias, pois percebem que possuem grandes dificuldades para adaptarem-se à vida lá fora, como refere Marcos. Eles percebem que não possuem um local pra morarem, estão em subempregos ou desempregados, possuem uma alimentação precária. Percebem suas limitações e se culpam por isso.

A culpabilização é uma função da subjetividade capitalística. A raiz das tecnologias capitalísticas de culpabilização consiste em propor sempre uma imagem de referência a partir da qual colocam-se questões tais como: "quem é você?", "você que ousa ter uma opinião, você fala em nome de quê?", "o que você vale na escala de valores reconhecidos enquanto tais na sociedade?", "a que corresponde sua fala", "que etiqueta poderia classificar você?" (GUATTARI; ROLNINK, 1986, p. 40-41).

Os jovens referem em suas narrativas o fato de sentirem-se solitários para enfrentarem o mundo. Como se existissem dois mundos, o mundo do abrigo e o mundo fora do abrigo. Pois, no abrigo sentiam-se unidos, "como irmãos" conforme declara Felipe. Logo, percebem-se separados, a parte, tentando ingressar no mundo

fora do abrigo. Esta segregação é entendida como mais uma função da economia subjetiva capitalística, diretamente vinculada à culpabilização.

É como se a ordem social para se manter tivesse que instaurar, ainda que da maneira mais artificial possível, sistemas de hierarquia inconsciente, sistemas de escalas de valor e sistemas de disciplinarização. (GUATTARI; ROLNINK, 1986, p. 41).

Com relação à saída do abrigo demonstram que era uma decisão que já estava posta, como se não houvesse outra opção senão a de aceitar. Percebe-se que as decisões sobre suas vidas eram tomadas de forma arbitrária. Decisões que desconsideravam os saberes que estes jovens tinham acerca das suas vidas, produzindo nestes jovens um sentimento de incapacidade de gerir suas vidas. É a infantilização, outra função da economia subjetiva capitalística. “[...] consiste em que tudo o que se faz, se pensa ou se posa vir a fazer ou pensar seja mediado pelo Estado. [...] Essa relação de dependência do Estado é um dos elementos essenciais da subjetividade capitalística.” (GUATTARI; ROLNINK, 1986, p. 42).

5.2.2 Quem Sobrou para Contar a História

Onde estão os amigos, os outros abrigados? Aqueles que fizeram parte também desta história. Marcos, Felipe e Ricardo relembram deles. Alguns morreram tragicamente, outros seguem transitando nas ruas da cidade.

Lembra-te do L. (abrigado) encontraram o corpo dele dentro de um bueiro, aqui na Otávio Rocha (rua), encontraram o corpo dele dentro de um bueiro, eles mataram, te lembra do..., um guri novo, um rapazote que mataram ele também... acho que era de Viamão, mataram ele por causa de droga, entendeu, foram pessoas que eu não... que fizeram parte da minha vida, o D., o P. S. (abrigados), e a cada notícia que eu tenho dessas criaturas que faleceram me dói... Deixa-me triste, porque para mim além da (inaudível) de Deus (inaudível) ao meu ver nós somos irmãos, mais deles ainda, porque é diferente eu considerar tu uma irmã, de sangue, se nós não tivemos aquela convivência. Entendeu, mas isso me deixa triste ver esses guris se indo, foram se definhando, que não foram decidindo por um caminho, com pedras no caminho, com tombo prá subir com tombo prá cair, mas foram seguindo, entendeu... O E. S. (abrigado) está bem, espero eu que nada tenha acontecido com ele, mas está bem, mas e fulano, está no hospital, mas já está melhor, ai é bom... (OBS: E.S. faleceu em Maio/2010, vítima da AIDS).

Porque naquele tempo, o W. (abrigado) encontrou o A. (abrigado), um guri que estava estudando, um guri legal, falou que ele já estava numa fase de vida meio ruim, usando droga, se prostituindo... o P.S. (abrigado) morreu. O D. (abrigado) foi assassinado. Não é mais o W. (abrigado) que eu conheci sabe, ele vem trocar umas piadinhas, brincar e tudo, mas nem pensar, eu levo na boa. Ele mora na rua, mora nos albergues, é assim, é a vida dele, se tornou um círculo vicioso, que muita gente que saiu de lá, não consegui se segurar, não saiu, não consegui.

O W. (abrigado) eu o vejo quase todo o dia, o que eu me incomodei com ele, uma barbaridade, báh, uma barbaridade mesmo, esse louco me incomodou uma semana. Ele me pegou um telefone, daí ele já tinha perdido, ai ele queria um telefone novo, ficou me enchendo, me enchendo o saco, até que a gente teve que dá umas bolachas nele.

O Jornal Zero Hora (RS) em maio de 1993 publica uma reportagem intitulada Meninos de rua-Tartarugas ninja emergem dos subterrâneos. (BRUM, 2009). Este artigo refere-se ao fato de alguns meninos terem sido vistos saindo de bueiros no centro de Porto Alegre (RS). Na época eles foram conhecidos como os meninos ninja, fazendo uma alusão as tartarugas ninja, heróis de filmes e desenho-animado, ídolos das crianças na época, moradores dos subterrâneos de Nova York.

Dos subterrâneos de Porto Alegre, entre o Mercado Público e a Prefeitura, brotaram às 10h de ontem 12 meninos de rua, com idades entre 11 e 14 anos. Sujos, estonteados pelo cheirinho-da-loló, cabelos piolhentos, desgrenhados e as roupas rasgadas, eles saíram um a um dos bueiros, como se tivessem pulado da cama. A luz do sol ofuscava os olhos habituados à escuridão, e eles piscaram repetidas vezes. [...] À multidão que os olhava estarecida, os meninos estropiados que emergiram das catacumbas da Capital, alguns ainda chupando bico, declararam em desafio:- Somos as tartarugas ninja de Porto Alegre. (BRUM, 2009, p. 110).

A cena foi impactante, muitas fotos foram tiradas e a reportagem repercutiu internacionalmente, como uma denúncia de infância desprotegida. O fato foi tratado conforme a competência de cada órgão do governo; a prefeitura providenciou o fechamento do bueiro, a polícia deteve o líder dos meninos, o Rato, que na época tinha 14 anos.

Relendo este artigo, verifico que alguns destes meninos eram moradores do abrigo, mas que na reportagem isso não é mencionado, sendo evidenciada apenas a cena patética de emergirem dos bueiros, como ratos de esgoto.

Dez anos depois, em 2003, uma equipe de repórteres do referido Jornal é encarregada de encontrar o paradeiro daqueles meninos.

Após três semanas percorrendo o submundo da Capital e da Região Metropolitana, a constatação de mais uma tragédia brasileira. Ração, que liderava o grupo, e Alexandre Gonçalves de Souza, o Cabecinha, estavam mortos. Foram executados. Ari Roberto Soares Menezes, o Arizinho, 18 anos, tombou baleado ao tentar um assalto. Davi Gonçalves Alves da Silva definhou como viveu, abandonado, vitimado pelo HIV. A AIDS também teria matado Alexandre Pedroso, que estava desaparecido. Dois enveredaram para o mundo do crime. Rodrigo Monteiro Amaral, o Sarará, suspeito de furtos, estava preso preventivamente. Na mesma situação, encontrava-se Alexandre de Oliveira Fragoso, o Chininha. Ele teria reproduzido o que a sociedade fez com o seu futuro: era réu confesso de um assassinato. Apenas um permanecia nas ruas, sem rumo. Wagner Sprindalo Severo, o Ratinho, vivia entre o bairro Sarandi, Zona Norte, e a Vila da Conceição, onde moravam a namorada e o filho. Dos nove localizados, Paulo Tormes Vieira, o Paulinho, e o Dorval da Rosa eram os que tentavam sobreviver com dignidade. O primeiro ganhou um trabalho e voltou a estudar. O segundo formou um patrimônio que enchia a mãe de orgulho: três cavalos, uma carroça, uma cabrita, duas casas de madeira e dois carrinhos para juntar papel. (BRUM, 2009, p. 110-111).

Na narrativa de Felipe a lembrança da família Amaral no abrigo.

Era a loló que a gente mais usava no Abrigo. O M. F. usava também, ele faleceu, tadinho... O Amaral também, era o F. Amaral, o L. Amaral e o R. Amaral.

Foucault (1992) nos fala da vida dos homens infames. Na época, ele recolhe na Bibliothèque Nationale trechos de registros de internamentos em hospícios franceses. São registros de internação de algumas pessoas, que tiveram como marca na suas vidas a infâmia, o descrédito, a desconsideração, a desonra e a miséria.

Consideremos, como refere Foucault, que a vida dos homens infames prolongue-se a outros tempos e a outros lugares. Nas histórias desses meninos que experimentaram nas suas vidas situações de abandono, miséria e descaso, restando-lhes durante a infância e a adolescência a moradia do abrigo, a vida na instituição, para na maioridade vagar entre uma casa e outra, nas ruas da cidade, a procura do próximo emprego, ou quem sabe na tentativa de um assalto, a garantia de comer naquele dia. Vidas ínfimas, existências que estão destinadas a não deixar rastro, nas quais Foucault tenta dar-lhes outro sentido.

O meu sonho era restituir-lhes a intensidade mediante a análise. À falta do necessário talento, ruminei pois longamente a simples análise; tomei os textos na sua secura: indaguei qual seria sua razão de ser, a que instituições ou a que prática política se referiam; intentei saber porque é que, numa

sociedade como a nossa, se tinha de súbito tornado tão importante que fossem “sufocados” (como se sufoca um grito, um fogo, um animal) um monge escandaloso ou um usurário fantasista e inconseqüente; procurei a razão pela qual se tinha posto tanto zelo em impedir os pobres de espírito de se passearem por caminhos esconsos. (FOUCAULT, 1992, p. 92).

São vidas tão absurdamente sofridas, que quando passam não deixam vestígios, como se seus destinos já estivessem decididos a viver na obscuridade. “Negra lenda, mas, sobretudo, seca lenda”, como refere-se Foucault (1992, p. 101) a estas vidas sem brilho, sem tradição e esquecidas.

Como então estas vidas chegam até nós? Foucault (1992, p. 97) nos responde que é o encontro com o poder que lhes arranca deste estado de obscuridade, que ao contrário disso, sem esse choque com o poder nada teria ficado para lembrar de suas histórias.

O poder que vigiou aquelas vidas, que as perseguiu, que, ainda que por um só instante, prestou atenção às suas queixas e ao seu leve burburinho e que as marcou com um golpe das suas garras, foi também o poder que suscitou as poucas palavras que delas nos restam: quer porque se lhe tenham querido dirigir para denunciar, apresentar queixa, solicitar, suplicar, quer porque ele tenha pretendido intervir e que com algumas palavras tenha julgado e decidido. Todas aquelas vidas, que estavam destinadas a passar ao lado de todo o discurso e a desaparecer sem nunca terem sido ditas, não puderam deixar traços breves, incisivos, enigmáticos muitas vezes senão em virtude do seu contacto momentâneo com o poder. De maneira que sem dúvida para sempre impossível reavê-las em si mesmas, tal como seriam “em estado livre”; já não se pode recuperá-las a não ser fixadas nas declamações, nas parcialidades tácticas, nas mentiras imperiosas que supõem os jogos de poder e as relações com ele. (FOUCAULT, 1992, p. 98).

Muitos jovens realizam um movimento de constante reingresso e saída dos abrigos. Quando saem dos abrigos, por não terem para onde ir, vagam pelas ruas da cidade ficando expostos há situações de violência, uso de drogas, exploração e miserabilidade, que na maioria das vezes os fazem retornar para o abrigo. Nesse movimento de idas e vindas, os jovens não se vinculam em nada do que o abrigo oferece, além de carregarem o estigma de fujões. E assim permanecem até seus 18 anos quando, não tendo mais o abrigo para retornarem, acabam ficando pelas ruas, pelos albergues, às vezes dormindo em casa de familiares, sempre com muita

dificuldade de permanecerem, de finalizarem o que iniciam, de construir algo para si mesmos.

Estas abrigagens revelam uma política pública fragmentada. Ela se traduz no recolhimento da rua, no encaminhamento para o abrigo, na permanência no abrigo e na saída do abrigo.

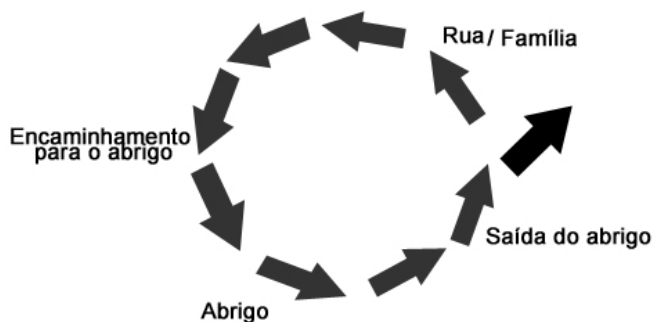


Figura 2: Movimento de ingresso e saída do abrigo

Cada órgão age por seu lado, o conselheiro, o juiz, a equipe do abrigo e a família. Este funcionamento, mesmo mostrando-se como numa rede, é uma rede fragmentada. Deixa espaços, que deveriam ser ocupados com outras ações, com outras estratégias de desinstitucionalização. Estratégias de educação e orientação para que os jovens possam construir experiências de vida que rompam a exclusão, com as profecias autorealizadas da drogadição, marginalização, criminalização e morte.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há ou não motivo para se revoltar? Deixemos aberta a questão. Insurge-se, é um ato; é por isso que a subjetividade (não a dos grandes homens, mas a de qualquer um) se introduz na história e lhe dá seu alento. Um delinquente arrisca sua vida contra castigos abusivos; um louco não suporta mais estar preso e decaído; um povo recusa o regime que o oprime. Isso não torna o primeiro inocente, não cura o outro, e não garante ao terceiro os dias prometidos. Ninguém, aliás, é obrigado a ser solidário a eles. Ninguém é obrigado a achar que aquelas vozes confusas cantam melhor do que as outras e falam a essência do verdadeiro. Basta que elas existam e tenham contra elas tudo o que obstina em fazê-las calar, para que faça sentido escutá-las e buscar o que elas querem dizer. Questão moral? Talvez. Questão de realidade, certamente. Todas as desilusões da história de nada valem: é por existirem tais vozes que o tempo dos homens não tem forma da evolução, mas justamente a da história. (FOUCAULT, 2004, p. 80).

Ao terminar a dissertação a sensação é a de que, embora saiba que é o fim de uma escrita, meus pensamentos não param. Lembro de todo o percurso da pesquisa, os encontros para definir o tema, o problema, as questões, as combinações, os entrevistados, as narrativas.

Como fiz parte desta história, minha tarefa era sair do vivido para poder analisar estas narrativas tentando experienciar um saber que me era estranho, pois até então, me sentia como os adolescentes, colada à instituição.

O fato de reencontrar estes jovens e pedir-lhes para contarem sobre a sua experiência no abrigo possibilitou-me a pensar, de outra forma, tudo o que aconteceu. Aliadas às suas narrativas, vieram as leituras e as análises. A quebra dos pensamentos, a provocação dos textos. Ingredientes potencializadores do pensamento e da escrita.

Portelli (2006) estuda narrativas de mulheres que sobreviveram ao massacre de Civitella Val Di Chiana, em Toscana em 1944, e que presenciaram a morte de seus maridos por tropas alemãs, quando estas retiraram-se de Roma. As narrativas são contundentes e revelam um passado da guerra, que ainda está presente na vida daquelas mulheres.

Quando os jovens abrigados relembram as brigas, os episódios com a brigada militar, reconstroem um cenário de guerra que perpassava o cotidiano institucional da abrigagem. Poucos sobreviveram ao aprisionamento institucional e

aqueles que sobreviveram, contam tragicamente as histórias deste passado marcado por disciplinamentos e punições.

Deleuze (1992), numa entrevista a Toni Negri, em 1990, refere ter ficado impressionado quando leu o testemunho de Primo Levi sobre os campos de concentração de Auschwitz. No seu testemunho, Primo Levi afirma que os campos nazistas nos introduziram “a vergonha de ser homem”. Deleuze acrescenta, “não, diz ele, que sejamos todos responsáveis pelo nazismo, como gostariam de nos fazer crer, mas fomos manchados por ele: mesmo os sobreviventes dos campos tiveram que fazer concessões, ainda que para sobreviver” (p. 213).

“Vergonha por ter havido homens pra serem nazistas”. (DELEUZE, 1992, p. 213).

Vergonha por haver pessoas que tratam crianças e adolescentes pobres como estatísticas, num discurso de ministro. Vergonha por saber da presença de micro-fascismos nas práticas ditas de "proteção" a esses jovens.

As histórias desses jovens provavelmente se assemelhem às muitas histórias de outros jovens que passaram por instituições de abrigo. Hoje, eles são adultos com uma experiência da assistência em seus corpos. Fazem parte da população brasileira que ainda não concluiu o ensino fundamental, realizam trabalhos eventuais, moram em locais de risco, transitam pelas ruas, usam drogas, têm sérias dificuldades econômicas que os levam, muitas vezes, para a criminalidade como forma de sobrevivência. Produzem suas saídas, inventam formas de driblar o passado que insiste em se fazer lembrar.

Algumas descobertas foram feitas. O abrigo refletia o impacto de duas políticas antagônicas e divergentes de atendimento à crianças e adolescentes. Naquele período, a política preconizada pelo ECA estava sendo implementada no abrigo, mas a política do Código de Menores também estava na instituição. Era um instituto com nome de abrigo, habitado por concepções diferentes de crianças e adolescentes.

No ECA, a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana; no Código de Menores, eles estavam em situação irregular, não eram considerados titulares de direito algum, eram objetos de intervenção judicial.

No Código de Menores, o juiz tomava decisões acerca da vida dos jovens sem sequer escutá-los, ou até mesmo desconsiderando a participação das famílias quanto ao destino dos seus filhos. No ECA, o juiz quer ouvi-los e também à família. Nem uma nem outra decisão saía da instituição, elas permaneciam nas práticas daqueles que trabalhavam ali. Não houve vencedor ou vencido. Somente sabemos que as forças se recuperam nas relações de poder, circulam entre os corpos e produzem sujeitos. Foi neste cenário institucional que estes jovens experimentaram a assistência. Uma experiência que deveria ser provisória e excepcional, durou em torno de 11 anos para Felipe, oito anos para Marcos, 14 anos para Ricardo.

A transitoriedade do abrigo se efetivou na institucionalização de suas vidas, na infância e na juventude. O transitório habita suas vidas, não conseguem concluir ou fixar-se em trabalhos, iniciam para nunca terminar, moram num lugar e logo vão para outro, são fugazes.

Nesta pesquisa, os jovens narraram um cotidiano onde ora eram sujeitos de direitos, ora eram os menores em situação irregular. Logo, questões relacionadas às drogas, sexualidade, relacionamentos, escola, brigas, também eram vistas assim. Tinham direito de ir à escola, mas, se não fossem, eram menores que não davam valor ao estudo; se transavam entre si, estavam em desvio; se eram heterossexuais, tinham o direito de ser, mas que o fossem longe da instituição.

As brigas eram naturalizadas como sendo “coisa de homem”; eram normais, mas no caso de lesões corporais, a indicação era a delegacia de polícia. As drogas também eram naturalizadas - crianças e adolescentes pobres usam drogas. Na política do ECA, o uso de drogas deve ser tratado mas não esquecendo que, se as portarem, a prescrição é também na delegacia.

Outro aspecto importante evidenciado foi a prática de abrigagem, através do exercício de descrever os passos de um procedimento aparentemente simples, mas que engendra inúmeras relações de poder, perfazendo um caminho nada linear, tomado por bifurcações. Abrir esta prática, em detalhes, faz pensar o quanto este procedimento é importante no cumprimento da medida de proteção.

A partir da abrigagem, da ação política de recolher e acolher crianças e adolescentes em instituições, abrem-se possibilidades de múltiplas subjetivações que vão produzir corpos, pensamentos, ações para com o mundo. Para algumas pessoas isso pode não ter valor, como refere Foucault (2004), mas elas estão aí

para anunciar também algo que nos é estranho e nos mostra para nós mesmos, no que estamos nos tornando.

Neste exercício, concluo que analisei apenas um aspecto das medidas protetivas, a abrigagem, restando-me a curiosidade de analisar outras práticas da proteção especial que, sem dúvida, estão inseridas nesta governamentalidade.

Alguns desafios se impõem. Vivemos num período em que se tenta romper com a lógica da abrigagem em grandes instituições – como saímos da lógica do recolhimento e da limpeza das ruas? Quem protege quem na cidade? Estamos protegendo a criança, ou protegendo a cidade da criança? Talvez possamos responder: a ferramenta é o ECA e devemos saber usá-la. Outros diriam, é através da escola e da família. Penso que tudo acontece através dos movimentos, no ECA, na escola, nas famílias, na comunidade e nas ruas. O ECA pode se constituir apenas em uma lei a mais, se não se traduzir em práticas que operem em rede e que tenham como referência uma ética de delicadeza com a vida e de ruptura com os especialismos de trabalhadores sociais.

Em tempos de capitalismo-neoliberal não devemos nos iludir, pois este gigante teima em fazer de nossas lutas apenas tremores frente ao poder capital. Mas, é nos tremores que se produzem ruídos, é nas rachaduras que encontramos outros possíveis para oportunizar a esses jovens institucionalizados, como referiu Marcos, uma experiência não tão trágica com a instituição. É apostar em outras forças que existem neste território das instituições, é intervir nas práticas do cotidiano do abrigo, é não temer os riscos, é apostar no imprevisível, no acaso, sem deixar-se abater por idéias fatalistas, é acreditar na potência da vida. Penso que este é o desafio do psicólogo social e da rede de outros profissionais que se aventuram no trabalho com as políticas públicas, acreditar no humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência Normal**. 9.ed. Trad. S.M. Ballve. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

ALBERTI, V. **O Fascínio do Vivido, ou o que Atrai na História Oral**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2003. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 19 jan. 2009.

ARAGÃO, Elizabeth Maria Andrade; NOVO, Helenira Aparecida. Histórias, sonhos e lutas de conselheiros tutelares de Cariacina-ES. In: MACHADO, Adriana Marcondes; FERNANDES, Ângela Maria Dias; ROCHA, Marisa Lopes da (Orgs.). **Novos Possíveis no Encontro da Psicologia com a Educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de crianças no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Orgs.). **A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño: Editora Universitária Santa Úrsula, AMAIS Livraria e Editora, 1995.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Traduzido por Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas; v.1).

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Educação, Assessoria de Comunicação Social. Brasília: MEC, ACS, 2005. 77p.

BRUM, Eliane. Meninos Ninja Vivem no Esgoto. In: Coletânea de Textos de Zero Hora. RBS Publicações, 272p. **45 Reportagens que fizeram História**. Porto Alegre: Solus, 2009.

BULCÃO, Irene; NASCIMENTO, Maria Lívia do. O Estado Protetor e a Proteção por Proximidade. In: NASCIMENTO, Maria Lívia do (Org.). **Pivetes: a produção de infâncias desiguais**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2002.

CASTEL, Robert. Introdução. In: _____. **As Metamorfoses da Questão Social:** uma crônica do salário. Traduzido por Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CEDICA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Mensagem pessoal. Mensagem recebida de <cedica@stcas.rs.gov.br> em 27 jan. 2009.

CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o Saber:** elementos para uma teoria. Traduzido por Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

CONSELHO Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<http://portoalegre.rs.gov.br/cmdca/>>. Acesso em: 21 jan.2009.

CRUZ, Lilian Rodrigues da. **Infância Abrigada:** negligências e riscos no campo das políticas públicas. Crianças e jovens do século XXI. Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC (Brasil) Maio, 2009. Disponível em: <<http://www.psicolatina.org/09/infancia.html>> Acesso em 25/05/10.

_____; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. A Trajetória das Políticas Públicas Direcionadas à Infância: paralelos com o presente. In: **Mnemosine**, v. 4, n. 1 (2008). Disponível em: <<http://www.mnemosine.cjb.net/mnemo/index.php/mnemo/article/view/298>>. Acesso em: 10 dez. 2009.

_____; HILLESHEIM, Betina. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. In: CRUZ, Lilian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima (Orgs.). **Políticas públicas e assistência social:** diálogo com as práticas psicológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009a. (Coleção Psicologia Social).

DELEUZE, Gilles. **Conversações, 1972-1990.** Traduzido por Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

_____. Spinoza e as três éticas. In: _____. **Crítica e Clínica.** São Paulo: Editora 34, 1997.

DROGAS: Quando a vítima é o adolescente. Disponível em: <<http://diganaoerotizacaoinfantil.wordpress.com/2007/08/08/drogas-quando-a-vitima-e-o-adolescente/>>. Acesso em: 02 jun. 2010.

ESPERANÇA, Clarice; BRUM, Eliane; TREZZI, Humberto. FEBEM, Casa dos Horrores. In: Coletânea de Textos de Zero Hora. RBS Publicações, 272p. **45 Reportagens que Fizeram História**. Porto Alegre: Solus, 2009.

ESTADO do bem-estar social-Sociologia. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/geografia/neoliberalismo-brasil.jhtm>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um CASO. Pesquisa etnográfica e Educação. **Revista Brasileira de Educação**, Porto Alegre, n. 10, jan.-fev.-mar.-abr. 1999.

FÓRUM Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Centro de Referência e Documentação da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <<http://www.forum-dca-poa.org.br/index.html>>. Acesso em: 21 out. 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Nascimento da Prisão. Traduzido por Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **A Arqueologia do Saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1996. p. 79-126.

_____. A Vida dos Homens Infames e A Escrita de Si. In: _____. **O Que é Um Autor**. Lisboa: Vega, 1992.

_____. É inútil revoltar-se. In: _____. **Ética, Sexualidade, Política**. Organização e seleção de textos Manoel Barros de Motta. Traduzido por Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Em Defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976) São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).

_____. Entrevista com D. Trombadori. In: _____. **Ditos e Escritos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000. v. IV, p. 41-95.

_____. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 10.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II**. O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **Microfísica do Poder**. 26.ed. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Segurança, Território, População**: Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Coleção Tópicos).

FUNDAÇÃO de Proteção Especial do Rio Grande do Sul. Disponível em: [≤http://www.fpe.rs.gov.br>](http://www.fpe.rs.gov.br). Acesso em: 18/07/09.

GOFFMAN, Erving. As características das instituições totais. In: _____. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Traduzido por Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**. Cartografias do Desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

LEI nº 12010. Disponível em: [<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art2>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art2). Acesso em: 20 maio 2010.

LEI nº 8069. Disponível em: [<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm). Acesso em: 20 maio 2010.

LOURAU, R. Implicação e Sobreimplicação. In: ALTOÉ, Sonia (Org.). **René Lourau: Analista Institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MAIRESSE, Denise; FONSECA, Tania. Dizer, escutar, escrever: redes de tradução impressas na arte de cartografar. In: **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 2, jul.-dez. 2002.

MARQUES, Cecília de Castro e; CZERMAK, Rejane. O olhar da psicologia no abrigo: uma cartografia. **Psicologia Sociedade**, Florianópolis, v. 20, n. 3, dez. 2008. Disponível em: [<http://www.scielo.br/scielo.php>](http://www.scielo.br/scielo.php). Acesso em: 03 abr. 2010.

NASCIMENTO, Maria L; RIBEIRO, RUTH S. T. Percursos do PIVETES: a construção coletiva de um grupo de pesquisa. In: NASCIMENTO, Maria L (Org.). **Pivetes: a produção de infâncias desiguais**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2002.

NEOLIBERALISMO. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/geografia/neoliberalismo.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. 1844-1900. Segunda Dissertação “Culpa”, “Má Consciência” e Coisas Afins. In: _____. **Genealogia da Moral: uma polêmica**. Traduzido por Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

O NARCOTRÁFICO já é o maior negócio imperialista do mundo. Disponível em: <http://www.pampalivre.info/narcotrafico_maior_negocio_imperialista.htm>. Acesso em: 9 maio 2010.

OLIVA, Paula Petter. O desvelamento do real numa instituição de abrigo para crianças e adolescentes. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n.3, ano III, dez. 2004.

OLIVEIRA, Carmem Silveira de. A (exacerbada) busca de reconhecimento. In: _____. **Sobrevivendo no inferno**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

PARKER, Richard. Homossexualidades Brasileiras. In: _____. **Abaixo do Equador: Culturas do Desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PERELMUTTER, Daisy. 1º Encontro das Ações Educativas em Museus da Cidade de São Paulo. Mesa 3. **História Oral, Memória e Subjetividade**. 15 ago. 2006.

PLANO Municipal de enfrentamento a violência sexual contra a criança e o adolescente. Disponível em: <<http://lproweb.procempa.com.br>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

POCAHY, Fernando Altair; NARDI, Henrique Caetano. Saindo do armário e entrando em cena: juventudes, sexualidades e vulnerabilidade social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.15, n. 1, p. 45-66, jan.-abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n1/a04v15n1.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2010.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val Di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944) mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coords.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: **Projeto história**: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo: PUC-SP, n. 15, abr. 1997.

PREFEITURA Municipal de Porto Alegre. CONFERÊNCIA MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. 1. 1994.

_____. CONFERÊNCIA MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. 2. 1999.

PRESTES, Vanêsa Buzelato. **Natureza jurídica da função conselheiro tutelar**: legislação de Porto Alegre. Disponível em: <http://www.foncaije.org/dwnld/ac_apoio/artigos_doutrinarios/conselhos_tutelares_di_reitos/natureza_juridica_funcao.pdf>. Acesso em: 03 maio 2010.

PROGRAMA Bolsa Família. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/criterios-de-inclusao>. Acesso 10 jun. 2010.

RANGEL, Maria Nogueira. Resgate das Narrativas de Pacientes de Longa Permanência. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p.18-35, 2006. Disponível em: <<http://www.mnemosine.cjb.net/mnemo/index.php/mnemo/article/viewFile/199/320>>. Acesso em: 15 set. 2009.

RELATO de Experiência. Disponível em: <http://jjj.tj.rs.gov.br/jjj_site/docs/PEMSE/HISTORICO+SYLVIA.HTM>. Acesso em: 20 abr. 2010.

RELATÓRIO Azul da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Assembléia Legislativa RS. p. 36. Disponível em: <http://www.rolim.com.br/relatorio_azul.htm/1997>. Acesso em: 12 mar. 2010.

RELATÓRIO Nacional sobre Direitos Humanos no Brasil. 1. 1999. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/nacionais/i_relatorio_nacional/riograndedo_sul.htm>. Acesso em: 14 mar. 2010.

RIZZINI, Irene; CARVALHO, Sandra; RIZZINI, Irma. Instituições para menores: A quem serve? In: **Cadernos de Cultura**. Rio de Janeiro USU: Espaço, n. 10, p.103-122, dez. 1984.

_____; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de Crianças no Brasil**: Percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: CIESP; Brasília: UNICEF; São Paulo: Loyola, 2004.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. O Homem Sem Qualidades. História Oral, Memória Modos de Subjetivação. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, Ano 2, n. 2, 2º Semestre de 2004. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v4n2/artigos/ARTIGO2V4N2.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

SCHUCH, Patrice. Da infância universal ao refinamento das categorias dos desviantes. In: _____. **Práticas da Justiça**: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCISLESKI, Andrea; GUARESCHI, Neuza. **Problematizando Categorias**: juventude, violência e políticas públicas. Fev. 2010. Disponível em: <http://www.acta.ssnip2010.com/conteudos/actas/PsiSoc_23.pdf>. Acesso em: 25 maio 2010.

SILVA, Roberto da. **Os Filhos do Governo**. A formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas. São Paulo: Ática, 1997. (Série Fundamentos).

SILVA, Rosane Neves da. Inventando uma outra psicologia social. In: FONSECA, Tânia Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes (Orgs.). **Cartografia e Devires**: a construção do Presente. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SOARES, Luiz Eduardo. **Mais cedo ou mais tarde a estupidez da política vigente há de se desmascarar**. Entrevista com Luiz Eduardo Soares. Disponível em: <<http://coletivodar.wordpress.com/2010/04/19/>>. Acesso em: 03 jun. 2010.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 16-39. set.-out.-nov.-dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2009.

TEIXEIRA, Ricardo Rodrigues. A Grande Saúde: uma introdução à medicina do Corpo sem Órgãos. **Interface**, Botucatu, v. 8, n. 14, p. 35-72, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832004000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 set. 2009.

THOMSON, A. Reconstituo a mem6ria. Quest6es sobre a rela76o entre a hist6ria oral e as mem6rias. In: **Projeto Hist6ria**: revista do Programa de Estudos P6s-Graduados em Hist6ria do Departamento de Hist6ria da PUC-SP. S6o Paulo: PUC-SP, n. 15. abr. 1997.

VEYNE, Paul. **Como se Escreve a Hist6ria**: Foucault revoluciona a Hist6ria. Traduzido por Alba Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4.ed. Bras6lia: UnB, 1998.

VIA RS: Espaço Empresarial. Dispon6vel em: <<http://www.acervoditadura.rs.gov.br/doutrina.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2010.